**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA**

MAIARA DE SOUZA BENEDITO

A relação entre Psicologia e Racismo: as heranças da clínica psicológica

**São Paulo
2018**

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA**

MAIARA DE SOUZA BENEDITO

A relação entre Psicologia e Racismo: as heranças da clínica psicológica

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de mestre em Psicologia.

Área de concentração: Psicologia Social.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Maria Inês Assumpção Fernandes.

**São Paulo
2018**

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTES
TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO,
PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na publicação
Biblioteca Dante Moreira Leite
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo
Dados fornecidos pelo(a) autor(a)

de Souza Benedito, Maiara.
A relação entre Psicologia e Racismo: as heranças da clínica psicológica /
Maiara de
Souza Benedito; orientadora Maria Inês Assumpção Fernandes. -- São Paulo,
2018.
108 f.
Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social) --
Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2018.
1. Racismo. 2. Relações Raciais. 3. Psicologia Social. 4. Alianças
Inconscientes. 5.
Clínica Psicológica. I. Assumpção Fernandes, Maria Inês, orient. II. Título.

Nome: Benedito, Maiara de Souza.

Título: A relação entre Psicologia e Racismo: as heranças da clínica psicológica

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de mestre em Psicologia.

Área de concentração: Psicologia Social.

Orientadora: Prof^a. Dra. Maria Inês Assumpção Fernandes.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. : _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. : _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. : _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, com imensurável amor e gratidão.

AGRADECIMENTOS

Felizmente, há muitas pessoas a quem agradecer direta ou indiretamente. Muita gente fez parte da minha construção enquanto mestre antes, durante e nos momentos finais. Portanto, é inevitável que alguns nomes não sejam citados, não por falta de gratidão, mas pela limitação das palavras e das páginas aqui contidas.

Sou imensa e eternamente grata aos meus pais que, apesar de não terem tido a oportunidade de estudar, me ofereceram esse privilégio e depositaram em mim a crença de que eu poderia dar passos largos, mesmo que, por vezes, isso significasse me afastar deles e “estar no mundo” (simbólico e geográfico).

Ao meu irmão Arthur, por me enxergar com uma fonte de inspiração. Meu desejo é que ele também possa trilhar os passos que desejar, sem que ninguém o impeça de sonhar.

Sou grata à Maria Inês, por acolher a mim e a minha pesquisa, me acompanhar nessa jornada e por nortear e iluminar as minhas escolhas enquanto pesquisadora.

Agradeço também aos professores Eliane Silvia Costa e Augusto Dutra Galery, membros da banca de qualificação, que ofereceram valiosas contribuições para o desenvolvimento deste trabalho. Às profissionais que aceitaram participar de bom grado e que me inspiraram e me ensinaram tanto. A CAPES, pelo financiamento que possibilitou a realização deste estudo.

Agradeço à Mara, por dividir comigo as ansiedades e alegrias do processo seletivo, e às minhas parceiras Marina e Mariana, que fizeram com que a academia fosse menos solitária: amigas que levarei para vida.

Aos colegas do Laboratório de Estudos em Psicanálise e Psicologia Social (Lapso), pelos acolhimentos das dúvidas e das angústias e por todas as partilhas enriquecedoras.

À Marisa Caldeira, a primeira pessoa que mostrou quão bonito é ser mestre.

À Marina Cecchini, por confiar e ser-com na minha escuta.

À Wilma Magaldi e à Renata Ghisleni, por me incumbirem o amor à Psicologia Social.

Aos professores com quem tive oportunidade de conviver e muito aprender na minha estada no IP e na USP.

À Mônica Gonçalves e à Mônica Santana, que foram espelho e me fizeram acreditar que a academia também é o meu lugar. Ao Carlos Eduardo, por fazer o mesmo. Ao Marcio,

por, além disso, compartilhar desabafos, bandejões e *spoilers*. À Nicole, por me acudir nos meus desesperos da Plataforma Brasil.

À Débora, por me motivar.

À Alessandra, por vibrar comigo.

À Alice, à Aline, à Fabíola e à Luana, que foram e são maravilhosas não só na área acadêmica da minha vida.

Às borboletas do Panapaná, a quem me uni na reta final dessa etapa, por me fortalecerem e darem a energia necessária para que eu encerrasse esse ciclo com a esperança de adentrar em outro tão lindo quanto: Ana Luiza, Bruna Alves, Bruna Silveira, Carina, Carol, Juliana, Kalu, Maria Fernanda, Pamela, Renan e Thalita.

Às amigas e aos amigos que tanta fé em mim depositaram e assim continuam fazendo (às vezes mais do que eu): obrigada por não me deixarem desistir e pela compreensão das ausências, nervosismos, ansiedades e tudo o que vem junto com a entrada na academia. Muito obrigada de todo o meu coração!

Eu poderia continuar a lista de nomes de pessoas incríveis que me apoiaram e eu teria outra dissertação e defenderia o quanto sou agraciada por ter em minha vida pessoas especiais que me impulsionam, mas finalizar é preciso.

Por fim, agradeço hoje e sempre às mulheres negras, minhas ancestrais que tanto lutaram para que hoje eu estivesse aqui: onde eu quero estar.

*Você pode me inscrever na história
Com as mentiras amargas que contar
Você pode me arrastar no pó,
Ainda assim, como pó, vou me levantar*

*Minha elegância o perturba?
Por que você afunda no pesar?
Porque eu caminho como se eu tivesse
Petróleo jorrando na sala de estar*

*Assim como a lua ou o sol
Com a certeza das ondas do mar
Como se ergue a esperança
Ainda assim, vou me levantar*

*Você queria me ver abatida?
Cabeça baixa, olhar caído,
Ombros curvados como lágrimas,
Com a alma a gritar enfraquecida?*

*Minha altivez o ofende?
Não leve isso tão a mal
Só porque eu rio como se tivesse
Minas de ouro no quintal*

*Você pode me fuzilar com palavras
E me retalhar com o seu olhar*

*Pode me matar com o seu ódio
Ainda assim, como ar, vou me levantar*

*Minha sensualidade o agita
E você, surpreso, se admira
Ao me ver dançar como se tivesse
Diamantes na altura da virilha?*

*Das choças dessa história escandalosa
Eu me levanto
De um passado que ancora doloroso
Eu me levanto
Sou um oceano negro, vasto e irrequieto
Indo e vindo contra as marés eu me elevo
Esquecendo noites de terror e medo
Eu me levanto
Numa luz incomumente clara de manhã cedo
Eu me levanto
Trazendo os dons dos meus antepassados
Eu sou o sonho e a esperança dos escravos
Eu me levanto
Eu me levanto
Eu me levanto*

Maya Angelou

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo investigar como a raça e o racismo afetam a prática dos psicólogos. A partir de uma leitura histórica da construção do que é ser negro no Brasil, discute-se as formas como a Psicologia pode contribuir para o enfrentamento do sofrimento causado pelo racismo. Adota-se a compreensão da raça enquanto uma construção social que reverbera em diversas faces do racismo, entre elas o racismo institucional, que pode refletir e determinar a forma como os negros acessam seus direitos. Apoiada na psicanálise vincular e no conceito de alianças inconscientes de Kaës, averigua-se se e como profissionais do campo da clínica psicológica identificam problemas relacionados ao racismo, analisando como eles atuam diante dessa problemática. As entrevistas abertas tiveram como base os pressupostos de Bleger e realizadas com três profissionais que atuam em dispositivos clínicos em serviços públicos e privados na região metropolitana de São Paulo. Em seguida, identificou-se de que modo as questões raciais são expressas no campo da clínica nesses dispositivos. Foram encontrados aspectos comuns entre as narrativas estudadas com relação ao racismo operar como uma transmissão psíquica entre as gerações e observou-se que há ambiguidade na diferenciação do racismo a outros tipos de preconceitos. Reconheceu-se a contradição entre desejo e a culpa entre as vítimas do racismo nos relatos dos entrevistados. Evidenciou-se a problemática do lugar do negro nos espaços sociais e a relevância dos territórios onde eles podem ou não ocupar. Na clínica psicológica, admitiu-se a existência de estruturantes psíquicos, responsáveis pelo delineamento do sofrimento de ser negro, e que, nessa dimensão, há um espaço para elaboração desse problema. Percebeu-se a importância de respeitar o sujeito enquanto si mesmo antes de fazer os recortes sociais necessários. Além disso, foi descoberta a necessidade de se realizar parcerias para o enfrentamento do racismo, destacando-se ainda o valor da apropriação histórica para que os fenômenos raciais possam ser compreendidos e superados. Este estudo conclui que a atuação da Psicologia se faz necessária política e socialmente.

Palavras-chave: Racismo, Relações Raciais, Psicologia Social, Alianças Inconscientes, Clínica Psicológica.

ABSTRACT

This dissertation aims to investigate how race and racism have affected the practice of psychologists. From a historical reading of what it means to be black in Brazil, we discuss the ways in which Psychology can contribute to confronting the suffering caused by racism. The understanding of race is adopted as a social construction that reverberates on several branches of racism, including institutional racism, which can reflect and determine how blacks access their rights. Based on Linkage Psychoanalysis and on the concept of Unconscious Alliances by Kaës, we investigate whether and how professionals in the field of Psychology Clinic identify problems related to racism, analyzing how they act in face of this issue. Open interviews were conducted based on the assumptions of Bleger and carried out with three professionals who work in clinical settings in public and private services in the metropolitan region of São Paulo. Then, it was identified how racial issues are expressed in the clinical field. Common aspects were found among the narratives studied regarding racism operating as a psychic transmission between generations. Moreover, it was observed ambiguity in the differentiation of racism from other types of prejudices. The contradiction between desire and guilt among the victims of racism in the interviewees' accounts was acknowledged. The problematic of the place of the black in social spaces and the relevance of the territories where they can or cannot access were evidenced. In the psychological clinic, the existence of psychic structurants was admitted as responsible for the delineation of the suffering of being black, and in this sense, there is room for further elaboration. The importance of respecting the individual before making necessary social evaluations was recognized. In addition, we discovered the need to realize partnerships to combat racism, highlighting the importance of historical appropriation so that the racial phenomena can be understood and overcome. This study concludes that the performance of Psychology becomes politically and socially necessary.

Keywords: Racism, Race Relations, Social Psychology, Unconscious Alliances, Psychological Clinic.

SUMÁRIO

Introdução.....	12
1. Racismo.....	24
1.1. Sobre o racismo institucional.....	27
2. Sujeito do Grupo e as Alianças Inconscientes: racismo como uma herança intergeracional.....	33
3. Método.....	37
4. Análise.....	64
4.1. Análise Entrevista 01.....	64
4.2. Análise Entrevista 02.....	69
4.3. Análise Entrevista 03.....	73
5. Discussão.....	77
Conclusão.....	90
Anexos.....	92
Referências.....	94

Introdução

Os negros¹ de diversas regiões da África foram trazidos ao Brasil para trabalhar como escravos, submetidos ao uso de sua força física e forçados a viver em um continente desconhecido com outros negros de culturas e línguas diferentes, perdendo suas identidades, bem como sua condição de seres humanos. De forma naturalizada, foram tratados como animais e despossuídos de direitos, mesmo após a promulgação da “Lei Áurea”, pois a abolição não se preocupou em inserir os negros na sociedade enquanto indivíduos ativos.

Os trabalhos que eles tinham até então foram ocupados por imigrantes europeus, tidos como competentes e bons trabalhadores – sendo os negros considerados o oposto –, ficando destinados aos trabalhos domésticos, em razão da incapacidade que lhes fora atribuída para as demais funções, ou subalternos, que expunha suas vidas ao risco de morte. Por isso, mesmo em liberdade, continuaram marginalizados e participando da sociedade de maneira excludente: aquela que contribui para manter o sistema de desigualdade. A partir dessa perspectiva, compreende-se que o reles trabalho oferecido aos escravos libertos tinha a função social de impedir que saíssem da margem social. Assim, não foram excluídos, mas incluídos marginalmente, de acordo com o que nos explica Martins (1997, p.14): “Por isso, rigorosamente falando, não existe exclusão: existe contradição, existem vítimas de processos sociais, políticos e econômicos excludentes (...)”.

Conforme apresenta Isildinha Baptista Nogueira em sua tese de doutorado, a libertação não ocorreu de fato, já que, mesmo que juridicamente os negros não fossem mais escravos, ainda eram impedidos e invisíveis na sociedade. Os efeitos da escravidão ainda reverberam, conforme aponta a pesquisadora (1998, p.15): “Desde então, libertados do cativeiro, mas jamais libertos da condição de escravos de um estigma, os negros têm sofrido toda sorte de discriminação, que tem como base a ideia de serem os negros seres inferiores, portanto não merecedores de possibilidades sociais iguais”.

É pertinente mencionar também que, embora coisificados e oprimidos, os negros não passaram pela escravização passivamente, como contado na história unilateral. Durante os anos de escravidão no Brasil, eles criaram estratégias de resistência: lutaram pelo direito à liberdade, para manifestar sua cultura e suas crenças religiosas; defenderam a família; fingiram-se doentes, para não trabalhar; e sabotaram a produção. Nesse sentido, Reis (1983, p.108) afirma que: “(...) não foi fácil sobreviver, mas para isso foi preciso muita luta. E se

viver é lutar, sobreviver e criar uma cultura de expressão de liberdade que a cultura negra possui, é lutar dobrado”.

Um exemplo da organização e da resistência que havia entre os escravos é a Revolta de Malês, na qual cerca de 600 homens se uniram para tentar resgatar o escravo idoso Pacifico Licutan, preso no subsolo da Câmara Municipal, em Salvador, em 1835. Apesar de a ação não ter tido sucesso e de muitos malês terem sido massacrados, a ocasião foi responsável por horas de tumulto na cidade e o constante medo de que um evento semelhante tornasse a ocorrer. Se, bem-sucedido, o levante teria sido capaz de tornar a Bahia em uma nação africana controlada por muçulmanos (origem dos malês), um país islâmico ortodoxo onde as religiões praticadas pelos africanos e crioulos fosse tolerada (Reis, 2003).

É importante destacar que nem só de força física mantinha-se a escravidão: uma aliada da coerção era a persuasão. Do mesmo modo que nem só de conformismo se faziam os escravos: eles também se rebelavam. Ainda de acordo com Reis (1996), havia um espaço de negociação onde eram realizadas barganhas da vida material e do trabalho entre escravos, senhores, negros, forros, livres e homens brancos – todos brigavam para delimitar a autonomia de como os escravos e libertos podiam se expressar culturalmente –, as irmandades religiosas, instituições autônomas onde os negros podiam se reunir. Eram associações que contavam com a colaboração de todos para sua manutenção e ofereciam ajuda mútua aos seus membros:

A irmandade era uma espécie de família ritual, em que africanos desenraizados de suas terras viviam e morriam solidariamente. Idealizadas pelos brancos como um mecanismo de domesticação do espírito africano, através da africanização da religião dos senhores, elas vieram a constituir um instrumento de identidade e solidariedade coletivas (Reis, 1996, p.4).

Por isso, entende-se a resistência como marca da condição negra no Brasil, que desde o período da escravização resiste individual e coletivamente. Individualmente, os negros resistiram de muitas maneiras, como fugindo, recusando-se a exercer certas atividades, suicidando-se (as mães escravizadas assassinavam os filhos e depois se suicidavam) e assassinando seus senhores. Coletivamente, havia os quilombos. No entanto, outra forma de resistência pouco conhecida eram os mais de 20 jornais diferentes escritos por negros entre 1903 e 1963, em São Paulo. Atualmente, as formas de resistência são pelo movimento negro, pela cultura, pela arte, a moda e pela culinária (Silva Jr, 1994; Bento, 1998).

Embora não tenham apresentado passividade durante a escravização, após a abolição, a condição dos negros brasileiros não passou por muitas transformações no que diz respeito às

condições sociais, como é possível observar no último Relatório Anual das Desigualdades Raciais, correspondente aos anos de 2009 e 2010, organizado por Paixão, Rossetto, Montavanele e Carvano (2010) e publicado pelo Laboratório de Análises Econômicas, Históricas, Sociais e Estatísticas das Relações Raciais (LAESER) do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE-UFRJ). Esse documento chama a atenção para o fato de que, no Brasil, a cor da pele é um fator determinante das diferenças sociais. Nesse estudo, as pessoas abaixo da linha de indigência somavam 43% entre pretos e pardos contra 14,3% do índice apresentado pelos brancos. Esse é um número significativo quando se considera que 53,6% da população declara-se preta ou parda, conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2014 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Mesmo que esses números representem mais da metade dos brasileiros, quando se trata de economia, a mesma pesquisa aponta que os negros representam 73% entre os mais pobres.

Buscar entender o papel do negro ao longo da história do Brasil é remeter-se a estudos que falam do período em que eles eram responsabilizados pelos males que atingiam a nação, seja econômica, política, sócio ou culturalmente. Esses problemas eram associados às suas características físicas e mentais, sob o argumento das diferenças biológicas. Os problemas estruturais eram naturalizados como de origem biológica e associados a ela, encarada como mais predisposta às mazelas físicas e mentais e ao crime e à insubordinação. Costa (2012, p.40) explica que a crença na degeneração estimulou mobilizações contra os negros:

Ciência – ocupada principalmente com os processos biológicos, morfológicos e com a antropologia criminal – e Estado legitimaram o agir em prol de uma suposta segurança interna, normalização e regulação da vida social. A reforma sanitária, a medicalização, os problemas de urbanização, a imigração de europeus e mesmo propostas de esterilização compulsória passaram a ser instrumento de administração pública, cujo intuito tácito, por assim dizer, era principalmente de eliminar os grupos considerados degenerados, sobretudo os negros e os pobres, na ocasião, quase sinônimos.

No livro “O espelho do mundo – Juquery, a história de um asilo”, Maria Clementina Pereira Cunha (1986) relata como os negros eram vistos nos hospícios e observa a degeneração atribuída à raça (p.124):

Espelho do mundo: também em termos de composição étnica o hospício é um espaço dos brancos. Os negros, embora constituam uma parcela imensa da população do hospício, merecem pouca atenção e despertam pouco interesse científico, na medida em que portariam por nascimento “traços de degeneração” que o organismo atribuída atavicamente à raça: beócios, primitivos e pouco dignos de interesse humano, social ou médico. O silêncio, nestes casos, diz mais que o discurso e os milhares de prontuários referentes ao negros vêm praticamente em branco, preenchidos quase telegraficamente em diagnósticos que apontam, em sua maioria, para a “idiotia”, a “imbecilidade” e outras rubricas da degeneração “inferior” inscrita em sua própria condição racial: “Os os estigmas de degeneração

física que apresenta são os comuns da sua raça: lábios grossos, nariz esborrachado, seios enormes e pés chatos”.

Em defesa da eugenia os negros foram excluídos e confinados nos hospitais psiquiátricos, sujeitos a altas taxas de mortalidade sob o pretexto de uma higienização mental. No século XIX, a Psicologia usada na Europa, trazida pelos psiquiatras a fim de naturalizar distúrbios e deficiências de acordo com a aparência física, ainda é base para as práticas atuais. O objetivo, na época, era excluir aqueles que estavam fora do critério de normalidade, do qual os negros eram o grupo majoritário. Foi esse um dos motivos pelos quais ocorreu a grande imigração de europeus no Brasil e o início da ideologia de branqueamento. Bento (2014, p.36) expõe:

O biotipo do criminoso nato de Lambroso era o biótipo do negro, eram os negros que estavam sob o rótulo de criminosos, presos nas casas de detenções, submetidos à mensuração. Patto chama nossa atenção para o fato de que estas são as bases de uma psicologia que se faz presente até hoje, que explica as condições dos que vivem em desvantagem, tidos como perdedores a partir de distúrbios ou deficiências presentes em seu aparato físico ou psíquico, absolutamente naturalizados. Ela lembra, por exemplo, que os hospitais psiquiátricos do Brasil, desde o começo do século, são lugares de exclusão, com uma taxa de mortalidade em torno de 80% a 90%. Os psiquiatras são citados por ela como nossos ancestrais, pois foram os primeiros a trazer a psicologia que se aplicava na Europa no século XIX. Patto (1997) vai mostrar que a Liga Brasileira de Higiene Mental, formada por psiquiatras no Rio de Janeiro, defendia a esterilização dos degenerados, entre os quais estavam incluídos os negros alcoólatras, os tuberculosos, os sífilíticos, os loucos e os infratores. Não só os zelosos médicos e psiquiatras estavam preocupados com o confinamento dos considerados “fora da norma”, mas também os deputados das assembleias legislativas de todo o país apresentavam ousadas propostas de imigração massiva de europeus, objetivando uma miscigenação que levaria à assimilação e ao desaparecimento do negro.

Saber como os negros eram vistos na sociedade é importante para compreender o caminho percorrido até os dias atuais. É necessário refletir sobre o modo como a sociedade se relaciona com as diferenças que resultam nas desigualdades.

Nesta pesquisa, acredita-se na premissa de Boaventura de Sousa Santos (1999, p.61) de que “temos que ser iguais sempre que a diferença nos inferioriza; temos o direito a ser diferentes sempre que a igualdade nos descaracteriza”. Assim, compreende-se que o racismo é um modo de inferiorizar um grupo a partir de suas diferenças e, mais do que isso, é uma violação dos direitos humanos. De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, em seu artigo VII:

Todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação.

O direito a não discriminação também é assegurado pela Constituição Federal de 1988, que, em seus princípios fundamentais, no artigo 3º, parágrafo IV, aponta como objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”.

No capítulo que trata dos direitos e deveres individuais e coletivos, artigo 5º, parágrafo XLII, a Constituição prevê que “a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei”.

Para discutir e lutar pela garantia desses direitos, deve-se conhecer a respeito não apenas sobre direitos humanos, mas também compreender quais defesas podem ser usadas quanto a raça e racismo, noções que serão abordadas nos capítulos seguintes. Assim, pensar na atuação dos profissionais da Psicologia diante dessa temática leva ao questionamento sobre a forma como se tem discutido e atuado em questões raciais e os sofrimentos por elas originados. Considera-se a afirmação de Fernandes (1996, p.46): “todo conhecimento corre o risco de se transformar em ideologia e se perpetuar na instituição. A luta deve nos impor um exercício contínuo de construção e desconstrução de nosso fazer”. Essa premissa respalda a questão que norteia este trabalho e leva a investigar a prática das psicólogas e dos psicólogos. Questiona-se como o (des)conhecimento atravessa o nosso fazer e o quanto estamos construindo e desconstruindo ideologias. Na proposta de explorar a clínica psicológica, questiona-se como a prática clínica é atravessada pelas questões raciais, investigando-se questões como a presença da problemática racial nos atendimentos e as intervenções diante do sofrimento provocado pelo racismo.

A escolha do tema de pesquisa foi motivada por importantes questões expressas a seguir. Há momentos importantes da Psicologia dentro da discussão racial. Conforme apontado por Santos, Schucman e Martins (2012), durante os primeiros anos da Psicologia, muito se associou a raça às patologias psiquiátricas e às tipologias criminais, ideia baseada no darwinismo. O precursor desse pensamento foi o médico Raimundo Nina Rodrigues, defensor de que o atraso econômico do estado da Bahia devia-se à grande presença de negros e mestiços, e que acreditava na degeneração de raça, criando um modelo psicofísico sobre as deficiências do negro.

Um segundo momento da Psicologia se caracterizou por uma mudança de pensamento de estudiosos como Virgínia Leone Bicudo, Aniela Ginsberg e Dante Moreira Leite, que consideraram que as diferenças entre as raças abrangiam aspectos econômicos, sociais e educacionais, negando a ideia de investigar determinações genéticas que pudessem causar tais diferenças (Santos, Schucman e Martins, 2012).

Já o terceiro momento foi marcado pelos estudos de Jurandir Freire Costa, Maria Aparecida Bento e Edith Piza, que entenderam raça como construção social e, por meio do estudo das relações de poder, compreenderam a hierarquização na sociedade (Santos, Schucman e Martins, 2012). Os autores defendem ainda que foi um período muito favorável para a investigação das relações étnico-raciais e que os novos estudos ainda permitirão o aprofundamento histórico de cada um desses três momentos, além de possibilitarem a reflexão da Psicologia enquanto produtora das maneiras de se enxergar o ser humano e o mundo. Como denotam:

Defendemos também a realização de novos estudos que permitam o aprofundamento das especificidades históricas, sociais e políticas de cada um desses momentos, bem como a sistematização do debate travado acerca da problemática racial e das ideias e dos argumentos dos principais autores envolvidos. Acreditamos que investigar a história da constituição do pensamento psicológico sobre as relações étnico-raciais em finais do século XIX e suas transformações ao longo do século XX possibilitará refletir sobre a própria gênese da Psicologia e sua atualidade na produção de visões de mundo e de ser humano (Santos, Schucman e Martins, 2012, p.174).

Salienta-se que os estudos de Maria Aparecida Bento e Edith Piza foram responsáveis por uma virada de pensamento no qual o foco deixou de ser o negro e, iniciaram-se as discussões sobre a branquitude: o branco como referencial ideal: “No Brasil, o branqueamento é frequentemente considerado como um problema do negro que, descontente e desconfortável com sua condição de negro, procura identificar-se como branco, miscigenar-se com ele para diluir suas características raciais” (Bento, 2014, p.25). Com relação ao branqueamento, entende-se que esse é um processo pelo qual os negros passam para se adequar à uma sociedade branca e conseqüentemente se distanciar e negar sua racialidade. Branquitude diz respeito a pensar sobre o que significa ser branco em uma sociedade racializada e os lugares estruturais dados, como as representações de cada grupo racial:

É esta excessiva visibilidade grupal do outro e a intensa individualização do branco que podemos chamar de “lugar de raça”. Um “lugar” de raça é o espaço de visibilidade do outro, enquanto sujeito numa relação, na qual a raça define os termos dessa relação. Assim, o lugar do negro é o seu grupo como um todo e do branco a individualidade. Um negro representa todos os negros. Um branco é a unidade representativa apenas de si mesmo (Piza, 2014, p.72).

Ainda que se reconheça a importância dos trabalhos realizados nos três momentos delineados, continua sendo notória a falta de estudos que contemplem os problemas raciais e falem sobre racismo. Em artigo que analisa como os sujeitos brancos se apropriam da categoria raça e do racismo na constituição das subjetividades e que contribui para relacionar as categorias raça, racismo e Psicologia, Schucman (2014) reflete sobre os motivos pelos

quais pouco se discutem as questões raciais nesse campo de conhecimento, levantando duas hipóteses (p.84):

Pensando no campo da Psicologia, algumas hipóteses foram feitas para justificar a falta de estudo que pensam a branquitude. A primeira é o fato de que a grande maioria dos psicólogos e pesquisadores são brancos e socializados entre uma população que se acredita desracializada, o que colabora para reificar a ideia de que quem tem raça é o outro e para manter a branquitude como identidade racial normativa. A outra hipótese é que desvelar a branquitude é expor privilégios simbólicos e materiais que os brancos obtêm em uma estrutura racista; e, assim, os estudos sobre brancos indicam que o ideal de igualdade racial em que os brasileiros são socializados opera para manter e legitimar as desigualdades raciais.

Seja em razão de a maioria dos profissionais da área ser branca, não ter compreensão de raça e acreditar que a branquitude é o padrão de identidade normativo, seja pela dificuldade em reconhecer privilégios dentro de uma estrutura social racista, é evidente que ainda é pequeno o número de discussões acadêmicas sobre as questões mencionadas. Santos (2011), ao pesquisar diretórios de grupos de estudo sobre programas de ação afirmativa no ensino superior público, cadastrados até dezembro de 2007, revela que apenas 29 entre 20.460 grupos de pesquisa dedicam-se ao estudo de temáticas relacionadas à população negra. De acordo com o autor, os grupos de pesquisa constituem um segmento privilegiado de exercício de poder, já que são capazes de produzir conhecimentos que podem contribuir para construção de políticas que transformem a sociedade e o futuro.

Também no sentido de investigar as produções acadêmicas acerca das relações étnico-raciais, o estudo de caráter exploratório realizado por Martins, Santos e Colosso (2013) buscou artigos com foco no tema, publicados entre os anos 2000 e 2009 nos periódicos digitais SciELO e Lilacs, e encontrou o total de 41 no campo da Psicologia. A área que mais produziu conhecimento sobre o tema foi a Psicologia Social, com 16 artigos. Segundo os pesquisadores, a Psicologia – por meio da construção do conhecimento sobre o preconceito e do racismo, da busca por transformar esses processos e da formação dos profissionais para trabalhar com tais questões – pode contribuir significativamente, como indicam:

O momento é propício à psicologia para o debate rigoroso sobre as relações étnico-raciais, bem como sobre suas possibilidades como ciência e profissão de contribuir para uma maior compreensão do preconceito, da discriminação e do racismo. Ante os avanços dos marcos regulatórios (leis, decretos, portarias) e das políticas de proteção e promoção de direitos no Brasil, a psicologia vem sendo, cada vez mais, interpelada e chamada a contribuir para a compreensão das relações étnico-raciais. A implantação e consolidação de práticas de promoção da igualdade étnico-racial dependem do conhecimento produzido sobre os condicionantes e a dinâmica de funcionamento dos comportamentos e modos de produção de subjetividades que sustentam e perpetuam o preconceito, a discriminação e o racismo, assim como da formação de profissionais qualificados para atuar na desinstrumentalização desses processos na vida cotidiana, pois de nada valerão leis e políticas se as relações intersubjetivas entre indivíduos e grupos no país continuarem reproduzindo modos

de pensar e viver a alteridade do período pós-abolição. Assim, a psicologia tem um grande desafio: exercer um papel decisivo na superação das desigualdades no Brasil (Martins, Santos e Colosso, p. 130).

Contudo, entende-se que o nível de formação estudantil tem um papel fundamental para preparar profissionais para trabalho diante das questões raciais. É importante pensar e questionar o quanto esse tema se faz presente durante os cursos de graduação e como são construídas as noções dos sujeitos e seu psiquismo. Uma formação universalista e independente de recortes em categorias, como raça, capacita para atuar com aqueles que se queixam pelos problemas trazidos em função da sua raça?

Como constatação da falta de preparo dos profissionais, é pertinente citar o estudo realizado por Tavares, Oliveira e Lages (2013), no qual psicólogos apresentaram desconhecimento sobre racismo na rede pública de saúde, bem como em suas relações de trabalho. Os pesquisadores entendem que:

Essa situação pode ser pensada a partir da formação dos cursos de psicologia, que só muito recentemente têm colocado o tema em pauta; na falta de diálogo da psicologia social com a psicanálise; na psicanálise, que, de forma geral, insiste em reduzir os sujeitos a questões psíquicas, tratando a subjetividade de maneira individualista; na antiga e persistente dificuldade dos profissionais psicólogos de marcar posições fortes dentro dos centros de saúde. Por outro lado, o que se percebe na fala dos entrevistados é a reprodução da naturalização de ideologias que foram construídas para manter as relações interétnicas e raciais sem conflitos, propositoras de igualdade que na realidade não existe (Tavares, Oliveira e Lages, 2013, p.586).

Um dos motivos pelos quais há um pequeno número de produções acadêmicas e poucas discussões entre profissionais de diversas áreas, incluindo a Psicologia, pode ser a crença de que este é um problema exclusivo de negros, o que impossibilita que indivíduos brancos reflitam sobre o papel que ocupam na sociedade e como isso está relacionado às desigualdades raciais. Ademais, nos estudos existentes, só negros são estudados e problematizados; excluir os brancos dessa discussão é deixar de discutir um sistema de privilégios simbolizado pela cor da pele (Bento, 2014).

Mundialmente, as questões sobre relações raciais e racismo têm sido discutidas por acadêmicos de diversas áreas. Na Psicologia, ainda é pouco comum encontrar estudos que debatam tais questões nas perspectivas da formação e da prática profissional, porém é possível citar alguns deles.

A pesquisa de Andreouli, Greelandt e Howarth (2016) aponta que negros identificam e denunciam o racismo mais do que as pessoas brancas. O estudo foi realizado na Inglaterra com grupos de estudantes com idade entre 12 e 14 anos e concluiu que, nessa faixa etária, o

entendimento do racismo é equivalente ao de adultos e que seus discursos trazem uma ideia “antirracista” e o fim desse tipo de discriminação, mas que o comportamento apresentado ainda favorece a discriminação racial. Os autores indagam (p.181):

Em nossos dados, descobrimos que o racismo é construído de formas variáveis. Foi comumente individualizado (como resultado de falhas pessoais). Contudo, também foi discutido em termos de estruturas sociais e relações sociais. Por exemplo, estruturas sociais “ultrapassadas”. Às vezes, culpado pela existência do racismo no passado e seu legado no presente. O que parece ligar tudo nas conversas com os estudantes é a constatação de que o racismo é dos “outros” (tradução nossa).

Também em comparação entre brancos e não brancos, a investigação feita por Brodish, Brazy e Devine (2008) constatou que as pessoas brancas consideram que há mais progresso racial nos Estados Unidos do que as pessoas não brancas, refletindo divergências naquilo que consideram como progresso racial e na noção de igualdade entre brancos e negros.

Sobre os efeitos psicossociais do racismo, em sua pesquisa sobre relacionamentos inter-raciais, Trail, Goff, Bradbury e Karney (2012) identificaram que o preconceito racial não traz prejuízos apenas no nível individual e que se trata de um dos fatores mais estressantes na relação entre o casal e seus filhos. Eles sugerem “não apenas um novo campo importante no qual se aplicam as teorias raciais, mas também uma oportunidade de se obter um retrato mais completo de como raça molda nossas vidas sociais” (p.462).

A correlação do racismo com problemas de saúde mental, como depressão, foi encontrada por Molina e James (2016), que investigaram negros caribenhos e negros americanos. Os autores defendem que pessoas que sofrem com os impactos do racismo têm maior probabilidade de desenvolver problemas de saúde mental, principalmente àqueles que são imigrantes. Eles propõem o seguinte encaminhamento (p.453):

Nosso estudo focou no risco à depressão devido sua significância clínica, nossos dados sugerem que as intervenções destinadas às carências da saúde mental das pessoas negras devem considerar o que é lidar com a discriminação. Por exemplo, no contexto de incontroláveis e ambíguas experiências como a discriminação cotidiana. Pode ser útil considerar estratégias que incluem reformulação das avaliações de situações estressantes (emoções), juntamente com persistência e otimismo. Por outro lado, permanece crítico combater a discriminação no seio da sociedade e estudar a maneira como ela é internalizada entre as pessoas estigmatizadas.

No artigo resultante da pesquisa com 342 estudantes brancos, Poteat e Spanierman (2012) defendem que há diversas formas de racismo, chamando a atenção para o que denominam como “racismo moderno”, que, segundo eles, não é expresso de modo nítido como anteriormente, mas que se mostra com sutileza em atitudes como negar que exista

discriminação racial, por exemplo: “as atitudes racistas modernas afirmam que a discriminação racial não ocorre mais na sociedade contemporânea. Uma atitude relevante durante o período que um homem negro é presidente dos Estados Unidos” (p.759).

No Brasil, os estudos encontrados apresentam resultados semelhantes à produção realizada no exterior: as pessoas reconhecem a existência do racismo, mas não se reconhecem no papel de preconceituosas.

A sutileza do racismo foi apontada no estudo de Nunes (2014), que pesquisou estudantes universitários e seus discursos com conotações racistas, mas, nos quais, apenas dois dos 13 estudantes entrevistados assumiram tal comportamento. Outro dado obtido é que constantemente os participantes responsabilizaram os negros pelas situações de racismo vivenciadas (p.19):

Notamos uma tensão constante na fala dos entrevistados entre constatar o racismo, ser conivente, ter proximidade com negros, se sentir racista, não se sentir racista e assim por diante. Percebemos um jogo entre não querer ser visto como racista e realmente não querer ser. Das seis categorias criadas, cinco delas, onde esteve grande parte da fala dos entrevistados, são acusações de racismo para outra pessoa ou afirmações que visem à autodefesa da acusação de racista. Julgando o outro como racista, ou tentando disfarçar o próprio racismo, dificilmente avançamos na discussão. Na última categoria, em que se assume o racismo está, nos parece, algum caminho de mudança do quadro atual. A coragem em assumir o próprio racismo leva à reflexão e à constatação de sentimentos racistas em diferentes momentos. Isso não quer dizer que tal processo seja simples. Ao contrário, estamos tão acostumados a ver o negro como inferior, que precisaremos de tempo para superar essa desumanidade. Além disso, foi uma constância na fala dos entrevistados a acusação do negro como responsável pelo racismo ou, no mínimo, a ênfase no esforço do negro como a chave para a solução da discriminação e preconceito. “Apontar o dedo” para o negro como o único responsável pelo racismo é se ausentar da reflexão e responsabilização da contínua discriminação racial a que este grupo está submetido cotidianamente.

A imagem do negro é desqualificada, conforme apontou a pesquisa feita por Vergne, Vilhena, Zamora e Rosa (2015), que analisou a lógica que vê a figura do negro como algo a ser combatido, resultando em seu genocídio e tantas outras formas de sofrimento causadas pelo silêncio diante da violência originada pelo racismo. Os autores entendem que:

O higienismo era o argumento técnico por parte das elites para a rejeição do “povo misturado”. As práticas arbitrárias fazem parte de nossa cultura histórica, mas ainda hoje existem. O discurso da “guerra do Rio de Janeiro”, como informalmente têm sido chamados pela mídia os acontecimentos de conflitos armados na cidade, é uma das estratégias do estabelecimento de um regime de exceção para a parcela pobre e negra da população. Esse regime inclui a segregação racial e a busca de manutenção de uma ordem hierárquica (Vilhena, Zamora e Rosa, 2015, p.525).

De acordo com Silva (2017), a experiência dos pais está relacionada à experiência da criança. O nascimento de uma criança negra já tem o significado do racismo inscrito umbilicalmente. A hipótese da estudiosa, que considera que o sujeito se constitui no olhar do

outro, é que o primeiro contato de um bebê com o racismo é por meio do desejo e do olhar dos pais – o primeiro de muitos olhares que acompanharão a criança durante seu desenvolvimento. Se, nesses olhares, as representações atribuídas ao negro são negativas, a influência sobre a psique da criança negra (que tem seu corpo atacado por apelidos pejorativos, chacotas, olhares, xingamentos e agressões físicas) será também nociva, pois essas representações farão parte de como o olhar para si mesmo será impresso, ou seja, negativamente.

Um exemplo da rejeição provocada pelo racismo pode ser encontrado no documentário *Olhos Azuis* (*The Eye of Storm*). No filme, pensado e produzido em 1968 durante o *workshop* sobre racismo de Jane Elliot, em Kansas City nos Estados Unidos, as pessoas foram divididas em dois grupos: um por pessoas com olhos azuis e, outro, por aqueles com olhos de outras cores. Depois disso, o grupo das pessoas de olhos azuis foi submetido a um tratamento equivalente ao oferecido para negros no país: uma amostra aos brancos do racismo sofrido diariamente pelos negros americanos ou que viviam nos Estados Unidos. O objetivo da educadora e socióloga foi despertar essas ações racistas imperceptíveis no cotidiano. Os resultados demonstrados nas emoções dos participantes foram de tristeza e perplexidade diante dos determinados papéis de opressores e oprimidos pelo racismo. A declaração feita por Elliot foi incisiva:

Se algum branco gostaria de receber o mesmo tratamento dado aos cidadãos negros em nossa sociedade, levante-se. [...] Ninguém se levantou. Isso deixa claro que vocês sabem o que está acontecendo. Vocês não querem isso para vocês. Quero saber por que, então, aceitam e permitem que isso aconteça com os outros.

Isildinha Baptista Nogueira (2017) aponta a existência de um *apartheid* psíquico: uma segregação silenciosa responsável por sentimentos de persecutoriedade nos negros, como se tivessem a sensação de perseguição e não houvesse razão, já que o racismo era negado. Mesmo que hoje se saiba o significado de ser negro e o que isso implica histórica e socialmente, os negros continuam sendo afetados pelas marcas inscritas na psique.

O estudo de Jango (2017) analisou as representações sociais das crianças negras na escola e constatou que mais de 30% delas tiveram experiências ruins no cotidiano escolar, partindo desde em ocupar lugares de menos prestígio da sala de aula (longe da professora) até isolamento, relatado da seguinte forma: “*Pesquisadora, por que você acha que acontece isso? De a Karen ficar sozinha?* [criança] *Acho que é porque ela é morena*”. Mesmo que não tenham sido diretamente questionadas quanto às questões raciais, as crianças identificam, vivenciam e sofrem racismo, como se pode observar no seguinte trecho de uma das

entrevistas da pesquisa (p.249): “*Aqui tem racismo! O menino da minha sala, um grande. Ele disse: ‘Lá em casa está precisando de um carvãozinho’*”. Quanto ao pertencimento racial, as crianças demonstraram dificuldades em se reconhecer enquanto negras: apenas 30,76% das meninas e 19,04% dos meninos o fizeram. A autora acrescenta que, ao se assumirem negras, as crianças mostraram-se envergonhadas com a afirmação. Nesse mesmo estudo, uma das perguntas realizadas foi quem as crianças gostariam de ser, se pudessem escolher. O resultado encontrado foi que 56,86% das crianças negras gostariam de ser como seus amigos brancos, cuja representação social para elas apresentou-se tanto por meio de justificativas de características intelectuais, como “*Porque ele é inteligente e tira nota boa*” (p.267), quanto por estéticas, por exemplo: “*Porque ela é legal e ela é bonita. E mudar um pouco meu cabelo (...)*”. Entre as conclusões alcançadas estão o fato de que, mesmo com as leis e as diretrizes já propostas, não há uma aproximação da questão racial dentro das escolas. Também identificou-se que o direito de acesso e permanência das crianças negras na escola é constantemente violado por desqualificações e exclusões vivenciadas nesse espaço que se relaciona diretamente com a construção da identidade dessas crianças. Portanto, percebe-se que no lugar que contribui significativamente para o desenvolvimento intelectual, cultural, social e pessoal, a criança negra foi e continua sendo estigmatizada, marginalizada e excluída. A escola se configura como um local de sofrimento para as crianças negras, sendo possivelmente apenas um dos primeiros.

Reconhece-se, aqui, a contribuição e a importância dos trabalhos apresentados anteriormente, destacando-se a necessidade de que o tema continue em discussão e que a produção de conhecimento acadêmico seja ampliada por pesquisadores de todas as áreas, incluindo a Psicologia. Assim, dada a revisão de literatura e a relevância do tema, este estudo visa a investigar como os psicólogos compreendem o racismo e a maneira como as questões relacionadas a ele podem atravessar a prática profissional.

1. Racismo

Antes de discutir o racismo, convém explicitar que, o uso do termo raça, neste trabalho, faz referência a um conceito de cunho ideológico, tal qual é capaz de organizar as posições sociais na sociedade, que, embora seja fundamentada principalmente na cor da pele, diz respeito aos aspectos sociais compartilhados por determinado grupo (Sousa, 1983). Nesse sentido, Guimarães (1999, p.153) define raça como “construtos sociais, formas de identidade baseadas numa ideia biológica errônea, mas eficaz socialmente, para construir, manter e reproduzir diferenças e privilégios”.

O autor explica que a divisão de raças não existe biologicamente, mas pode ser encontrada na sociedade como forma de identificar e classificar os seres humanos e suas ações. Ainda segundo Guimarães (2003): “raça refere-se a uma categoria analítica empregada como recurso teórico-metodológico presente na realidade cotidiana, sendo também uma categoria nativa, a qual tem sentido prático, efetivo. Ou seja, possui um sentido histórico, um sentido específico para um determinado grupo humano” (p.95).

A ideia de raça conhecida no senso comum e que dá origem aos discursos racistas foi gerada entre os séculos XIX e XX pelas ciências modernas e considera as diferenças fenotípicas para classificar a diversidade humana e dividi-la de forma desigual. Segundo Munanga (2004, p.22):

Podemos observar que o conceito de raça, tal como empregamos hoje, nada tem de biológico. É um conceito carregado de ideologia, pois, assim como todas as ideologias, esconde uma coisa não-proclamada: a relação de poder e de dominação. A raça, sempre apresentada como categoria biológica, isto é, natural, de fato é uma categoria etnossemântica. De outro modo, o campo semântico do conceito de raça é determinado pela estrutura global da sociedade e pelas relações de poder que a governam. Os conceitos de negro, branco e mestiço não significam a mesma coisa nos Estados Unidos, Brasil, África do Sul, Inglaterra, etc. Por isso, o conteúdo dessas palavras é etnossemântico, político-ideológico e não biológico. Se na cabeça de um geneticista contemporâneo ou de um biólogo molecular a raça não existe, no imaginário e na representação coletivos de diversas populações contemporâneas existem ainda raças fictícias e outras construídas a partir das diferenças fenotípicas como a cor da pele e outros critérios morfológicos. É a partir dessas raças fictícias ou “raças sociais” que se reproduzem e se mantêm os racismos populares.

Por isso, ainda que as Ciências Humanas entendam que não existe raça no sentido biológico, consideram-na um fator importante, diretamente relacionado às estruturas sociais. Mesmo sem diferenças biológicas, as pessoas ainda são diferenciadas pela cor da pele, pelo formato dos lábios e do nariz e pela textura do cabelo. De acordo com essas características, são hierarquizadas e subjugadas. Por meio da raça, podem-se observar as desigualdades, que não se limitam aos aspectos socioeconômicos, mas se expandem para desigualdades

simbólicas e culturais. A ideia de raça atua como um operador social (Zamora, 2012; Santos, Diogo e Schucman, 2014). A categorização dos indivíduos em raças reflete as diferenças sociais que abrangem a apresentação de estereótipos que classificam e hierarquizam os indivíduos, apontando onde cada um está localizado na sociedade (Schucman, 2012; Nunes, 2014; Schucman, Nunes e Costa, 2015).

Para Hasenlbalg (1979), a raça pode exercer papéis simbólicos, valorativos e estratificadores em sociedades multirraciais e racistas, como o Brasil. Ela permite a divisão entre classes, na qual o *status* pertence à classe dominante (branca). Ele entende que essas divisões e suas consequências (racismo) não são apenas o resultado do processo histórico vivido na escravidão, mas que também são frutos de interesses capitalistas e, por isso, são mantidas.

Em suma, a raça, como traço fenotípico historicamente elaborado, é um dos critérios mais relevantes que regulam os mecanismos de recrutamento para ocupar posições de estrutura de classes e no sistema de estratificação social. Apesar de suas diferentes formas (através do tempo e espaço), o racismo caracteriza todas as sociedades capitalistas multi-raciais contemporâneas. Como ideologia e como conjunto de práticas cuja eficácia estrutural manifesta-se numa divisão racial do trabalho, o racismo é mais do que um reflexo epifenomênico da estrutura econômica ou um instrumento conspiratório usado pelas classes dominantes para dividir os trabalhadores. Sua persistência histórica não deveria ser explicada como mero legado do passado mas como servindo aos complexos e diversificados interesses do grupo racialmente supraordenado no presente (Hasenlbalg, 1979, p.118).

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2005), na publicação “Manual de Capacitação e Informação sobre Gênero, Raça, Pobreza e Emprego”, que cita Allen (1995), “raça é um signo, cujo significado só pode ser encontrado na experiência do racismo”. Os mecanismos de controle social sustentam e são sustentados pela raça enquanto categoria. Portanto, sem o racismo, a raça deixa de significar e existir. Compreender a representação social da raça é constatar sua relação indissociável com o racismo. A ideologia da raça é responsável por sustentar o racismo.

O Instituto Amma Psique e Negritude (2008) entende racismo como a suposição de que os negros são inferiores aos brancos, sendo o que permitiu sua escravização e é capaz de retirar sua humanidade, por meio de representações excludentes e que se consolidam como uma ideologia sob a crença evolucionista de que há uma raça superior (branco-europeia) física, moral, intelectual e esteticamente.

Para Santos e Ortega (2015), o racismo é uma violação de direitos e também uma ameaça à saúde dos indivíduos e das coletividades, favorecendo a manutenção de sistemas de privilégios. Santos (2012, p.145) concebe racismo como:

A manifestação social do racismo é a discriminação racial, ou seja, toda distinção, exclusão ou restrição baseada na cor/raça e capaz de pôr em risco as liberdades fundamentais e os direitos em quaisquer esferas. A manifestação individual do racismo é o preconceito racial, ou seja, refere-se às percepções, atitudes e juízos preconcebidos a respeito de pessoas ou grupos de determinada cor/raça e que não são facilmente modificáveis por apresentação de evidência contrária.

O racismo atua como uma forma de dominação, que considera o grupo dominado inferior ao dominante, permitindo que o segundo grupo tenha privilégios sobre o primeiro. É uma construção social complexa e multideterminada, que permeia as relações pessoais cotidianas e institucionais. É incorporado historicamente e se mantém por intermédio das relações sociais (Schucman, 2012; Nunes, 2014; Schucman, Nunes e Costa, 2015; Costa e Scarcelli, 2016).

Quando comparados a norte-americanos, sul-africanos e alemães nazistas, os brasileiros não se consideram racistas, visto que o racismo brasileiro não foi institucionalizado na crença do sangue puro e em leis segregacionistas. Munanga (2017) exemplifica essa discussão com a crença brasileira de que racista é sempre o outro, crença originada no mito da democracia racial, responsável por tal falta de posicionamento quanto ao assunto:

O mito proclamou no Brasil um paraíso racial, onde as relações entre brancos e negros, brancos e índios etc. são harmoniosas, isto é, sem preconceito e sem discriminação, a não ser de ordem socioeconômica, que atinge todos os brasileiros e não se baseia na cor da pele. Para se consolidar e tornar-se cada vez mais forte, o mito manipula alguns fatos evidenciados na realidade da sociedade brasileira, como a mestiçagem, as personalidades míticas e os símbolos da resistência cultural negra no país. Ele vai afirmar que somos um povo mestiço – ou seja, nem branco, nem negro e nem índio –, uma nova ‘raça’ brasileira, uma raça mestiça. Quem vai discriminar quem, se somos todos mestiços? (p.38).

Na Declaração sobre Raça e os Preconceitos Raciais, realizada e aprovada na Conferência Geral em Paris no mês de novembro de 1978, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), no artigo 2, entende por racismo:

1. Toda teoria que invoque uma superioridade ou uma inferioridade intrínseca de grupos raciais ou étnicos que dê a uns o direito de dominar ou de eliminar aos demais, presumidamente inferiores, ou que faça juízos de valor baseados na diferença racial, carece de fundamento científico e é contrária aos princípios morais étnicos da humanidade.
2. O racismo engloba as ideologias racistas, as atitudes fundadas nos preconceitos raciais, os comportamentos discriminatórios, as disposições estruturais e as práticas institucionalizadas que provocam a desigualdade racial, assim como a falsa idéia de que as relações discriminatórias entre grupos são moral e cientificamente justificáveis; manifesta-se por meio de disposições legislativas ou regulamentárias e práticas discriminatórias, assim como por meio de crenças e atos antisociais; cria obstáculos ao desenvolvimento de suas vítimas, perverte a quem o põe em prática, divide as nações em seu próprio seio, constitui um obstáculo para a cooperação internacional e cria tensões políticas entre os povos; é contrário aos princípios

fundamentais ao direito internacional e, por conseguinte, perturba gravemente a paz e a segurança internacionais.

3. O preconceito racial historicamente vinculado às desigualdades de poder, que tende a se fortalecer por causa das diferenças econômicas e sociais entre os indivíduos e os grupos humanos e a justificar, ainda hoje essas desigualdades, está solenemente desprovido de fundamento.

A pobreza é um dos aspectos quase que intrínsecos ao racismo e sua relação com as desigualdades sociais é inegável: metade da população brasileira é negra e grande parte dela é pobre. Os contrastes entre brancos e negros são marcados no dia a dia não só pela forma como se relacionam, mas também pela maneira como eles podem usufruir de bens, serviços, direitos civis, sociais e econômicos (Ciconello, 2008). Assim, pode-se exemplificar como o racismo opera:

O racismo é percebido e vivido no cotidiano: nos de elite, onde os trabalhadores negros são confinados em postos de vigias ou faxineiros e raramente empregados em atividades de atendimento ao público; na programação televisiva, onde os negros/as, quando aparecem, ocupam as tradicionais posições de subordinação (a empregada doméstica, o bandido, a prostituta, o menino de rua, o segurança); nas piadas e expressões de cunho racista sempre presentes nas reuniões de família brancas. Expressões como “não sou racista, mas nunca aceitaria meu filho ou filha se casando com um negro/a” são comuns no Brasil. São milhões de atitudes, gestos, opções e decisões diuturnamente tomados dentro de uma estrutura social e simbólica na qual a cor da pele é um determinante importante (Cocinello, 2008, p.3).

1.1 Sobre o racismo institucional

Institucionalizado, o racismo está diretamente ligado às informações e ao acesso que os indivíduos têm a determinados espaços e serviços. É o modo como o racismo se estrutura na sociedade e nas instituições, e reproduz uma hierarquia racial, conforme definido pelos integrantes do grupo Panteras Negras, Stokely Carmichael e Charles Hamilton, em 1967, e citado no Guia de Enfrentamento ao Racismo Institucional, manual de 2013, que foi organizado coletivamente pelo “Projeto Mais Direitos e Mais Poder para as Mulheres Brasileiras” com o incentivo da ONU Mulheres, para criar diagnósticos, planos de ação e enfrentamento ao racismo. Os autores entendem que “trata-se da falha coletiva de uma organização em prover um serviço apropriado e profissional às pessoas por causa de sua cor, cultura ou origem étnica” (p.11).

Para exemplificar como o racismo institucional opera, em Santos (2012, p.150), constata-se que:

[...] as organizações públicas e privadas reproduzem o racismo existente na sociedade e acabam por traduzir em suas práticas a discriminação racial, ao colocar as pessoas dos grupos raciais historicamente discriminados em situação de

desvantagem no acesso aos bens e serviços, formas de tratamento e oportunidades. Isso acontece, muitas vezes, sem consciência e nem reflexão, assimilada ao “corpo” da organização e das pessoas que a compõem, de maneira que não parece haver culpados, apenas vítimas.

Os brasileiros admitem a existência do racismo, mas o curioso é que não se reconhecem enquanto reprodutores. Uma pesquisa denominada “Racismo Cordial”, realizada pelo Jornal Folha de São Paulo, em 1995, identificou que 89% das pessoas entrevistadas reconheceram que há racismo, porém somente 10% foram capazes de se reconhecer enquanto racistas.

Esses números podem justificar que, embora o racismo também seja direcionado individualmente, por meio das relações interpessoais, a discriminação racial é institucional e parte da estrutura social. O racismo institucional é caracterizado por mecanismos de exclusão dos grupos racialmente dominantes e, de modo implícitamente, faz com que os negros mantenham-se em situações de inferioridade por si próprios, sem a necessidade de atores (Wieviorka, 2006). Para Fanon (1980, p.35): “o racismo não é um todo, mas o elemento mais visível, mais cotidiano, para dizermos tudo, em certos momentos, mais grosseiro de uma estrutura dada”. Ainda, segundo o autor, quanto ao seu enfrentamento, reflete: “Diz-se correntemente que o racismo é uma chaga da humanidade. Mas é preciso que não nos contentemos com essa frase. É preciso procurar incansavelmente as repercussões do racismo em todos os níveis da sociabilidade” (p. 40).

O racismo é estruturado no Estado, que organiza as desigualdades materiais e simbólicas em diversos âmbitos nas vidas das pessoas negras. Em tese de doutorado, Costa (2012, p.14) discute essa relação:

O racismo, por assim dizer, estrutura o Estado brasileiro. Ele é um dos principais organizadores das desigualdades materiais e simbólicas vividas pelo povo brasileiro. Ele estrutura as condições e possibilidades de trabalho, de estudo, de vínculo (incluindo o casamento e vínculos amistosos), de liberdade, de lugar (ou não lugar) onde morar, a forma de morrer, etc. Afeta a possibilidade de os negros garantirem o presente, planejarem o futuro, realizarem sonhos, satisfazerem necessidades. Também afeta as condições materiais e simbólicas dos brancos, que, de maneira geral, usufruem das situações mais privilegiadas.

Paixão, Rossetto, Montavanele e Carvano (2010, p.22) fazem uma importante reflexão de como raça e racismo atravessam as estruturas sociais:

O racismo, tal como operante na sociedade brasileira, baseado no critério das aparências físicas, tanto nasce no cotidiano das relações assimétricas de poder, na formação de mecanismos de prestígio social, no acesso às oportunidades de mobilidade social ascendente e de direitos sociais, como também verte das estruturas sociais localizadas no plano do aparelho do Estado (racismo institucional), das empresas do setor privado, das escolas, dos meios de comunicação, que legitimam as desvantagens estruturais que terão de ser vividas pelos que portam fenótipos

diferentes do grupo hegemônico. Isso faz com que as linhas de classes e as linhas de cor, no Brasil, se tornem tão coerentes, posto mesmo se reforçarem mutuamente a cada instante. Tal interpretação não implica o desconhecimento da óbvia realidade de que tanto existem brancos pobres como também há afrodescendentes que integram as distintas classes sociais. Antes, o que se quer dizer é que, tanto em um como em outro grupo, as aparências fenotípicas portadas criarão situações de confirmação ou deslocamento específico dentro dos correspondentes estratos. No contingente de cor ou raça branca, seja em qual classe for, a posse de um determinado fenótipo atua como uma espécie de capital humano, aumentando a probabilidade da mobilidade social ascendente. No caso dos afrodescendentes, o fenótipo atua como um capital humano às avessas. Com isso, para este último grupo, diante das situações de pobreza material e privações de todo tipo, tal condição passa a ser encarada pelas coletividades como algo perfeitamente normal ou aceitável. Por outro lado, quando os indivíduos deste último grupo se encontram em condições sociais mais favoráveis, é gerada toda sorte de constrangimentos ao efetivo gozo das prerrogativas que a posse dos bens econômicos, financeiros e materiais poderia garantir naquilo que a tradição sociológica norte-americana classificaria de incongruência de status. O racismo, tal como atuante no Brasil, também atua mediante a tentativa de negar a existência de problemas sociais aos grupos discriminados decorrentes da discriminação étnico-racial. Ou seja, neste caso, as dificuldades destes grupos passam a ser entendidas como inexistentes ou geradas por fatores outros que não o próprio modelo das relações sociais existentes. Assim, ao olhar deste tipo de agente discriminador, a perpetuação das desvantagens de um contingente perante os demais se naturaliza, passando a ser compreendida como supostamente inevitável tendo vista serem decorrentes ou do distante passado histórico, ou por problemas sistêmico-estruturais em geral ou por falhas no funcionamento do mercado. A invisibilidade dos problemas dos grupos discriminados, sua crônica dificuldade de expressar seus dilemas no espaço público e a naturalização das coincidências entre as linhas de classe e étnico-raciais raramente deixam de se traduzir em graves e severas sequelas para os contingentes alvos desta modalidade de racismo, especialmente os afrodescendentes. As especificidades desta variante de racismo não lhe conferem caráter menos condenável.

Ao analisar a história dos negros brasileiros e as desigualdades vivenciadas por eles, López (2012, p.121) constata que “pode-se afirmar que o racismo teve uma configuração institucional, tendo o Estado legitimado historicamente o racismo institucional. Este fato dá legitimidade às políticas de ação afirmativa na atualidade, e nos permite um entendimento da complexidade que envolve essas ações”. A autora explica que compreender o que é o racismo institucional ajuda a tornar visíveis as discriminações reproduzidas e legitimadas nas instituições, por vezes naturalizadas e que contribuem para as desigualdades raciais. López também distingue o racismo sofrido nas relações interpessoais do racismo institucional:

O racismo apresenta-se, ao mesmo tempo, aberto e encoberto, em duas formas estreitamente relacionadas entre si. Quanto à forma individual, o racismo manifesta-se em atos de violência de indivíduos brancos que causam mortes, danos, feridas, destruição de propriedade, insultos contra indivíduos negros. Já com a forma de racismo institucional, aparece menos identificável em relação aos indivíduos específicos que cometem esses atos, mas não por isso menos destrutivo de vidas humanas. Origina-se no funcionamento das forças consagradas da sociedade, e recebe condenação pública muito menor do que a primeira forma. Dá-se por meio da reprodução de políticas institucionalmente racistas, sendo muito difícil de se culpar certos indivíduos como responsáveis. Porém, são os próprios indivíduos que

reproduzem essas políticas. Inclusive, as estruturas de poder branco absorvem, em muitos casos, indivíduos negros nos mecanismos de reprodução do racismo (p.127).

Reconhecer existência do racismo, a nível institucional, é importante para compreender que ele está presente no cotidiano, de modo a ultrapassar os relacionamentos interpessoais, sendo capaz de reproduzir e manter as desigualdades raciais até mesmo no acesso às políticas públicas. De acordo com Silva et al. (2009, p.157):

O racismo institucional atua no nível das instituições sociais, dizendo respeito às formas como estas funcionam, seguindo as forças sociais reconhecidas como legítimas pela sociedade e, assim, contribuindo para a naturalização e reprodução da hierarquia racial. Não se expressa por atos manifestos, explícitos ou declarados de discriminação, orientados por motivos raciais, mas, ao contrário, atua de forma difusa no funcionamento cotidiano de instituições e organizações, que operam de forma diferenciada na distribuição de serviços, benefícios e oportunidades aos diferentes grupos raciais.

Em 2005, o Brasil implementou o Programa de Combate ao Racismo Institucional (PCRI), criado por várias instituições para auxiliar que o setor público identificasse e intervisse diante do acesso desigual das populações discriminadas racialmente aos seus serviços. A iniciativa contemplou os conceitos de racismo institucional supracitados e complementou:

Ele se manifesta em normas, práticas e comportamentos discriminatórios adotados no cotidiano do trabalho, os quais são resultantes do preconceito racial, uma atitude que combina estereótipos racistas, falta de atenção e ignorância. Em qualquer caso, o racismo institucional sempre coloca pessoas de grupos raciais ou étnicos discriminados em situação de desvantagem no acesso a benefícios gerados pelo Estado e por demais instituições e organizações (p.22).

Para Iraci e Madsen (2014, p.38): “O racismo institucional perpassa, portanto, desde a constituição do Estado e das suas instituições, passando pelo processo de formulação e implementação de políticas públicas, até chegar à prestação de serviços que deveriam garantir e efetivar direitos”.

Com o intuito de discutir especificamente o tema do racismo institucional, Jurema Werneck (2013) reflete sobre como o racismo estruturado pode garantir a exclusão dos grupos minoritários, como negros e indígenas, por meio da constatação de que os grupos raciais menos privilegiados não podem se apropriar daquilo que os grupos raciais privilegiados podem. Desse modo, entende que o racismo institucionalizado é um mecanismo que garante e legitima a exclusão. Para ela, o racismo institucional: “é um modo de subordinar o direito e a democracia às necessidades do racismo, fazendo com que os primeiros inexistam ou existam de forma precária, diante de barreiras interpostas na vivência dos grupos e indivíduos aprisionados pelos esquemas de subordinação deste último” (p.18).

No Guia de Enfrentamento ao Racismo Institucional, citado anteriormente, defende que “O que o racismo institucional produz é não só a falta de acesso e o acesso de menor qualidade aos serviços e direitos, mas é também a perpetuação de uma condição estruturante de desigualdade em nossa sociedade” (p.13).

Silvério (2002) afirma que, no Brasil, as desigualdades econômicas e sociais são confluentes exatamente por conta do racismo institucional. Para ele, há muitas semelhanças entre as desigualdades entre ricos e pobres e as desigualdades entre brancos e negros. O autor ainda acredita que (p.223): “[...] as discriminações e os racismos são componentes essenciais na conformação da sociedade brasileira e operam menos no plano individual e mais no plano institucional e estrutural”.

Segundo a Secretaria de Políticas de Promoção de Igualdade Racial (Seppir, 2011, p.8):

As manifestações do racismo nas instituições são verificadas por meio de normas, práticas e comportamentos discriminatórios naturalizados no cotidiano de trabalho resultantes da ignorância, da falta de atenção, do preconceito ou de estereótipos racistas. Em qualquer situação, o racismo institucional restringe o acesso das pessoas, de grupos raciais ou étnicos discriminados aos benefícios gerados pelo Estado e pelas instituições/organizações que o representam.

Já para Cocinello (2008), o racismo institucional reflete o fato de as políticas universais não serem igualitárias na prática, já que há dessemelhanças entre brancos e negros, que são beneficiados de formas desiguais. Nesse sentido, o Instituto de Pesquisa e Econômica Aplicada (IPEA, 2007, p.287) torna explícitas as disparidades raciais:

Negros nascem com peso inferior a brancos, têm maior probabilidade de morrer antes de completar um ano de idade, têm menor probabilidade de frequentar uma creche e sofrem taxas de repetência mais altas na escola, o que os leva a abandonar os estudos com níveis educacionais inferiores aos dos brancos. Jovens negros morrem de forma violenta em maior número que jovens brancos e têm probabilidades menores de encontrar um emprego. Se encontram um emprego, recebem menos da metade do salário recebido pelos brancos, o que leva a que se aposentem mais tarde e com valores inferiores, quando o fazem. Ao longo de toda a vida, sofrem com o pior atendimento no sistema de saúde e terminam por viver menos e em maior pobreza que brancos. E isso não decorre apenas da situação de pobreza em que a população negra está majoritariamente inserida. As desigualdades raciais no Brasil são influenciadas de maneira determinante pela prática passada e presente da discriminação racial.

Logo, são essas distâncias no âmbito dos direitos entre os grupos raciais que configuram o racismo institucional uma forma de discriminação não explícita que gera o sentimento de impotência, pois não há recursos visíveis para a proteção diante da violência indesejada (Lopes, 2003b). A relação das pessoas com os serviços é atravessada pelo racismo,

que torna pequena a possibilidade de diálogo entre as duas partes, interfere na autoestima e, em consequência, na saúde e na saúde mental (Lopes, 2005; Silva, 2005). Em estudo exploratório que buscou verificar a existência de racismo nos serviços de saúde, Kalckmann, Santos, Batista et al. (2007) constataram que:

No caso da população negra, que é mais vulnerável a várias patologias pelo processo histórico de exclusão social, econômica, política e cultural a que foi submetida, cabe aos serviços de saúde garantir atendimentos adequados, que reduziriam essa vulnerabilidade. No entanto, verificou-se que os serviços de saúde, por meio de seus profissionais, aumentam a vulnerabilidade destes grupos populacionais, ampliando barreiras ao acesso, diminuindo a possibilidade de diálogo e provocando o afastamento de usuários.

De acordo com Santos (2012, p.150), “ao não dar devida visibilidade às desigualdades raciais existentes na sociedade brasileira e ao não implantar políticas e promoção da igualdade racial, as organizações públicas e o governos são coniventes com e colaboram para a institucionalização do racismo”. Para encerrar tal discussão, a reflexão feita por Munanga (2004b) se faz pertinente:

Costumo dizer que o racismo é semelhante a um iceberg. Analiticamente, a parte visível, a ponta do iceberg, corresponde às manifestações dos preconceitos, tais como práticas discriminatórias, segregação e exclusão que podemos observar e até mensurar. Essas manifestações podem ser estudadas, analisadas e interpretadas pela ferramenta das disciplinas sociais como a sociologia, a antropologia, história e outras disciplinas da área das humanidades. São fenômenos que podemos considerar como relativamente objetivos. A parte submersa do iceberg é a mais profunda e a mais difícil de estudar. Ela corresponde aos preconceitos não manifestados, embora presentes na cabeça das pessoas, e às consequências dos efeitos da discriminação na estrutura psíquica das pessoas. Os desajustados e os perturbados mentais, vítimas do preconceito e da discriminação racial, mereceriam a atenção de uma ciência psicológica tanto no plano individual, sob o olhar de uma psicologia clínica, quanto no plano coletivo, sob o olhar de uma psicologia social (p.93).

2. Sujeito do Grupo e as Alianças Inconscientes: racismo como uma herança intergeracional

As reflexões e as discussões desta pesquisa estão apoiadas na psicanálise, que discute a constituição do sujeito como sujeito do grupo, baseada nos fundamentos teóricos desenvolvidos por René Kaës. Nessa perspectiva teórica, compreende-se que a subjetividade é construída no vínculo.

Assim, a subjetividade é configurada a partir e por meio dos laços estabelecidos nas relações com os outros, com o entorno, com o passado e com o futuro e dos afetos promovidos por acontecimentos reais ou imaginados. Esses vínculos que os sujeitos estabelecem estão inseridos, obviamente, nos meios sociais, políticos e históricos (Kaës, 1997).

É no grupo que o sujeito se constitui sujeito do inconsciente. Nessa linha, Kaës (1997, p.274) assevera:

O sujeito do grupo se constitui como sujeito do inconsciente segundo duas determinações convergentes: a primeira deve-se a seu submetimento ao conjunto (família, grupos, instituições, massas...). Formações do inconsciente transmitem-se pela cadeia de gerações e dos contemporâneos. Uma parte da função recalcadora tem seu apoio e estrutura (neurótica ou psicótica) em certas modalidades da transmissão psíquica, por exemplo segundo as modalidades fixadas pelas alianças, pactos e contratos inconscientes: além do mais, o processo de encriptagem, a formação do Superego e duas funções do Ideal seguem igualmente essa determinação intersubjetiva.

A segunda é tributária do funcionamento próprio do Inconsciente no espaço intrapsíquico. Ele se apoia nos grupos internos que derivam sua formação e sua função não apenas da incorporação ou da introjeção dos objetos e dos processos constituídos nos vínculos inter e trans subjetivos, submetidos pela identificação e pelo apoio a um trabalho de transformação no aparelho psíquico, mas também propriedades imediatamente grupais dos pensamentos recalcados, que enquanto separados do consciente e agrupados entre elas no inconsciente exercem uma atração sobre os elementos isolados que destacam do sistema Pcs-Cs (pré-consciente – consciente). O sujeito do grupo constitui-se como sujeito do inconsciente segundo essas duas determinações que decorrem de sua “abertura” do lado da exigência do objeto, geradora de descontinuidade, e do lado da exigência narcísica, geradora de continuidade.

Os vínculos intrasubjetivos são estruturados no grupo e por isso as relações entre sujeitos geram formações e processos psíquicos inconscientes distintos. Esse processo de aparelhagem psíquica entre dois ou mais sujeitos é sustentado por dois organizadores. O primeiro organizador é o sociocultural, que corresponde aos elementos que são adquiridos por meio da cultura. São esses que norteiam modelos normativos e dão suporte para que um grupo construa sua origem e se diferencie de outros. O segundo organizador é o inconsciente, trata-se das fantasias, identificações, medos ou desejos comuns entre os sujeitos de um grupo. A

realidade psíquica do grupo é estabelecida pelos arranjos inconscientes e apoiada na realidade da psique de cada sujeito.

Para a estudiosa Fernandes (1994), o grupo é unidade de análise do sujeito e, por meio dele, é possível compreender suas determinações internas e externas. De acordo com a autora, o grupo pode ser definido como um sistema que requer uma organização interna para a criação de vínculos.

Pertencer a um grupo não é uma escolha dos sujeitos, que fazem parte não só de um, mas de diversos grupos e, em razão disso, psiquicamente herdam aspectos dos seus antepassados, por meio de apoio, identificação, incorporação e via do recalçamento (Kaës, 1997).

A transmissão psíquica entre as gerações pode ser entendida pela figura do negativo. Negativo, na clínica atual, remete àquilo que não foi simbolizado, uma falta, algo que permanece em estado bruto. Para Fernandes (2005, p.119): “Na clínica atual, o negativo como sintoma se apresenta como experiência do vazio, angústia de aniquilação. É a sombra do eu e do objeto, um verdadeiro narcisismo em negativo. A clínica do Fronteiriço, assim se apresenta”.

Nessa investigação, o sujeito é entendido enquanto herdeiro do seu grupo, o qual é responsável por transmitir geracionalmente seus discursos por meio das relações sociais. Nessa modalidade, o conteúdo recalcado retorna e opera em alianças inconscientes entre grupo e sujeito, como salienta Kaës (1997, p.269):

Chamarei, portanto, de aliança inconsciente uma formação psíquica intersubjetiva construída pelos e dos pactos que os sujeitos concluem e que seu lugar no conjunto os obriga a manter sujeitos de um vínculo para reforçar, em cada um deles, certos processos, certas funções ou certas estruturas de que eles tiram um benefício, tal como o vínculo que os liga adquire para sua vida psíquica valor decisivo. O conjunto assim ligado obtém sua realidade psíquica apenas das alianças, dos contratos. A idéia de aliança inconsciente implica as de uma obrigação e de um submetimento.

As alianças inconscientes sustentam a vida psíquica; não pertencem ao sujeito ou ao grupo, mas sim ao vínculo entre eles. São as alianças que ligam e sustentam os psiquismos de cada membro de um grupo, como uma ponte que liga as psiques e possibilita as transmissões psíquicas. Elas referem-se aos acordos inconscientes feitos entre vários sujeitos. Podem ser manifestadas por pactos narcísicos, pactos denegativos, comunidade de negação e contratos narcísicos. São elas que amarram as relações recalcadas que sustentam os sujeitos singulares e os conjuntos dos quais eles fazem parte (Fernandes, 2005).

Nos laços intersubjetivos entre os sujeitos, há muitas operações requeridas para a constituição ou a manutenção do vínculo, como as de recalque, de denegação, de negação, de desmentido, de rejeição ou de enquistamento. Esses laços são organizados positivamente por meio de investimentos mútuos, identificações, crenças e ideais comuns e sobre modalidades toleráveis de realizações de desejos. Negativamente por conjuntos de renúncias e sacrifícios, apagamentos, rejeições e recalques (Kaës, 2002).

Em cada sujeito do grupo, as alianças reforçam certos processos e funções, assim como as estruturas geradas no recalque, na denegação ou no desmentido. As alianças oferecem benefícios para os sujeitos ligados por um laço e, por isso, têm valor decisivo para suas vidas psíquicas. Permitem ainda que os sujeitos não tenham acesso aos seus desejos individuais e que acessem a realidade psíquica adquirida nas alianças, nos contratos narcísicos e nos pactos inconscientes, todos obrigados a serem mantidos no grupo. Vale ressaltar que são processos inconscientes, frutos do inconsciente e nele mantidos, conforme destaca Kaës (2002, p.8): “As alianças inconscientes são uma das modalidades maiores do processo da transmissão: o inconsciente de cada sujeito carrega traços, em sua estrutura e em seus conteúdos do inconsciente, de um outro e de mais de um outro.”

Nesta pesquisa, trabalha-se com a hipótese de que o racismo é uma aliança inconsciente e construída socialmente de que os negros são inferiores. Esse raciocínio se apoia nos argumentos de Fernandes (2005), baseados nas formações intermediárias, aquelas que estruturam novos laços integradores (Eros). As funções exercidas pelas formações intermediárias são chamadas funções fóricas e só podem ser compreendidas na perspectiva da dupla metapsicologia do sujeito singular e da intersubjetividade.

Essas formações intermediárias atuam como organizadoras, pois são capazes de satisfazer os sujeitos na singularidade e também atender às exigências que mantêm o vínculo entre o grupo.

Fernandes (2005) discute a mestiçagem como uma formação intermediária, lógica seguida nesta pesquisa quando se trata de racismo. De acordo com o que expõe a autora, essa modalidade de aliança inconsciente opera como uma ponte entre estruturas heterogêneas, serve e sustenta processos coletivos – os quais podem ser de natureza violenta. Há um acordo coletivo e inconsciente que assegura o grupo e mantém de fora (pela função do recalque) o que é considerado ameaçador a ele, ou seja, ao vínculo. Assim, poder-se-ia explicar como o racismo vem sendo sustentado e atua de modo violento com os negros.

Como uma herança transmitida entre gerações, o racismo pode ser considerado uma forma de resistência da branquitude, uma aliança que atua como maneira de inferiorizar os

negros, marcados pela sua diferença. Assim como pressupõe Fernandes (2005) sobre a mestiçagem, analisar o racismo como uma ideologia na Psicanálise implica a compreensão de que há a manutenção de um quadro e a luta para que este não seja rompido.

O racismo, enquanto uma aliança inconsciente, é transmitido intergeracionalmente e validado nos vínculos estabelecidos nos grupos. Para que esse tipo de transmissão possa ser transformado, há a necessidade de se cruzar a fronteira (Fernandes, 2005). Isso significa que é necessário operar, isto é, trabalhar sobre as formações psíquicas, a fim de que novas ligações sejam possíveis. Portanto, formações que sejam sensíveis às transformações e ao reconhecimento da diferença. Como destaca a autora Fernandes (2005, p.142): “O que está em jogo é a nossa capacidade para reconhecer a diferença e torná-la presente no viver”. Pensar o racismo nessas concepções nada mais é do que buscar culturalmente romper a ideia do negro inferiorizado intelectual e fisicamente, além de acabar com a crença de que os negros poderiam roubar um lugar que, até então, pertence somente aos brancos e que, por isso, merecem serem alvos de todos os tipos de violência. É necessário superar a crença de que os negros são uma ameaça para que a sociedade se mantenha em desenvolvimento. É essencial transmitir para as próximas gerações a noção de que ameaçador mesmo é viver em uma sociedade em que mesmo com as diferenças, de quaisquer ordens, não se pode ter acesso aos mesmos direitos.

3. Método

O objetivo deste estudo é investigar como a raça e o racismo afetam a prática dos psicólogos. Opera-se com a hipótese de que o grupo racial de pertencimento influencia a construção do vínculo nas relações intra e intergrupais. Assim, será preciso pesquisar se os profissionais do campo da clínica psicológica identificam problemas relacionados ao racismo e analisar sua atuação diante dessa temática.

Como supracitado, considera-se como hipótese que a prática clínica dos psicólogos sofre efeitos do racismo presente na sociedade, o que possibilita que os profissionais tenham diferentes perspectivas sobre a temática racial, acolhendo-a ou desconsiderando-a durante o processo de atendimento clínico.

Para essa investigação, foram realizadas entrevistas com três psicólogas, entre brancas e negras, que atuam com atendimentos no contexto da clínica nos serviços públicos e privados da região metropolitana de São Paulo. Foi definido como critério trabalhar em um território delimitado, a fim de permitir estudar e compreender a relação dos profissionais com as comunidades nas quais trabalham e o tipo de serviço que vêm sendo oferecido nos dispositivos especificados.

A ideia de realizar a pesquisa com profissionais brancas e negras vai ao encontro do artigo *White*, escrito por Dyer (1988), no qual se faz uma crítica aos estudos que investigam apenas as minorias e, dessa forma, contribuem para que elas permaneçam à margem. Sob essa mesma perspectiva, autoras como Bento e Carone (2014) e Piza (2014) defendem que a compreensão de racismo não se dará com estudos que consideram apenas os negros; é preciso analisar também o papel do branco em sua legitimação e manutenção.

O critério para classificar a raça das profissionais foi feito de acordo com a hetero e a autodeclaração.

A duração média do diálogo entre as pesquisadoras e os entrevistados foi de 46 minutos, tempo definido de acordo com a disponibilidade de cada uma das participantes, que também puderam escolher o local. As entrevistas tiveram embasamento teórico nos pressupostos de Bleger (1980), que compreende a entrevista psicológica como “uma relação com características particulares, que se estabelece entre duas ou mais pessoas” (p.6). A escolha por entrevista aberta foi feita em razão de sua flexibilidade e da possibilidade de a investigação ser configurada pelo próprio entrevistado, podendo ser mais ampla e profunda, conforme definição de Bleger (1980).

As entrevistas foram realizadas de acordo com o enquadramento estabelecido entre pesquisadoras e entrevistados, assim como o local, visto que este é um ponto para o qual Bleger (1980, p.15) chama atenção:

O enquadramento funciona como uma espécie de padronização da situação de estímulo que oferecemos ao entrevistador, e com isso pretendemos não que deixe de atuar como estímulo para ele, mas sim, que deixe de oscilar como variável para o entrevistador. Se o enquadramento se modifica (por exemplo, porque a entrevista se realiza em um local diferente), esta modificação deve ser considerada como uma variável sujeita a observação, tanto como o é o entrevistado. Cada entrevista tem um contexto definido (conjunto de constantes e variáveis) em função do qual ocorrem os emergentes, e estes últimos só têm sentido em função de tal contexto.

A pergunta norteadora da entrevista será: *“Como as questões raciais se expressam no campo da clínica e nesse dispositivo utilizado?”*.

É importante ressaltar que esta pesquisa foi enviada e aprovada pela Plataforma Brasil via comitê de ética da Universidade de São Paulo, objetivando a autorização para a realização de pesquisa com seres humanos. Também será entregue a cada um dos participantes o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (ANEXO I).

Entrevista 01

A entrevista a seguir foi realizada com uma psicóloga que atende em um dispositivo clínico de saúde mental público de um município da região da grande São Paulo. A profissional concluiu a graduação há mais de 20 anos e atua há mais de 8 anos no dispositivo referido na entrevista, além de experiências anteriores com saúde mental em outras instituições públicas e privadas. Devido às questões institucionais, trabalha privilegiando os atendimentos em grupo. Sua identidade racial é hetero e autodeclarada como branca.

É importante explicar que, em todas as entrevistas, foram utilizadas iniciais fictícias na abreviação dos nomes dos entrevistados, a fim de preservar o sigilo das identidades dos participantes.

Pesquisadora: Como as questões raciais se expressam no campo da clínica e nesse dispositivo utilizado?

J: Vêm pela queixa, principalmente das crianças, com a questão do bullying. E aparece sobre tudo, não só racial, mas pela forma do corpo. Então se a pessoa é gordinha, e por aí vai. Mas costuma aparecer sim e não só nas crianças, mas em adultos, adolescentes também. Sempre questão da baixa autoestima, sabe? De bullying, dessas coisas assim. Aparecem bem.

Pesquisadora: O que você está chamando de bullying?

J: Pois é, a pessoa fala coisas assim: “ah, essa neguinha”, no sentido pejorativo, gozação por causa do cabelo, algumas coisas desse tipo.

(silêncio)

Pesquisadora: Como você aborda essas questões nos seus atendimentos?

J: Então, geralmente eu questiono conceitos de beleza, né? O que é ser belo, questiono, por exemplo, o porquê dessa baixa autoestima. E quando vem uma crítica, uma gozação, uma coisa de fora, mas quando a pessoa tem centrada a sua autoestima, sabe do seu valor, isso não abala. Então eu tento pegar por que deu curto circuito, por que azedou, por que aconteceu. Então você vai vendo que, às vezes, na própria família, as pessoas não aceitam a cor, sabe? Então essa questão, assim, de querer pintar de loiro o cabelo e lisinho, sabe? Com chapinha e coisa assim, quer dizer, a pessoa... é como se fosse uma negação da raça. A própria família não incentiva o valor, sabe? Então você começa a buscar as coisas, começa a investigar,

começa a ir atrás e aí você vê que vem de outras gerações que vem essa questão. “Aí meu cabelo é ruim”. “É ruim por quê? Ele te fez maldade?”. Né? Então são termos e coisas que as pessoas usam e nem percebem que elas mesmas estão passando para a frente a questão do racismo [*silêncio*].

Pesquisadora: De que outras formas você percebe?

J: Olha, uma coisa... Mas isso eu já percebo não tão enquanto profissional da saúde básica. Mas, assim, enquanto estudante mesmo. Mesmo na área que eu incentivo as leituras, para as crianças menores eu sou uma superincentivadora. Não é meu papel, tô lá como psicóloga clínica, mas uma das coisas que mexo muito é por causa da questão de escola, né? Das crianças não estarem indo muito bem. E uma das coisas que eu faço é oferecer livrinhos e tal. Aí você percebe uma ausência absurda, né? De personagens negros. Então assim, não tem. Aí um gibizinho até que tem agora, Ronaldinho, acho uma gracinha hoje em dia, eu tenho lá. Mas, assim, historinhas mesmo, de livros infantis... É muito difícil você ver personagens negros. Então acho que é uma falta que faz eles terem uma identificação, né? Bonecas então... Por exemplo, eu tenho lá bonequinhas para brincar. São todas de doações e não tem uma boneca negra, faz falta até para a criança poder se identificar e brincar de uma forma mais lúdica para eu poder ver onde estão os problemas. Tinha que ter uma coisa maior de identificação e não tem.

Pesquisadora: E quais são essas leituras que você costuma indicar?

J: Ixi, também é tudo doação, né? Então, por exemplo, eu tenho bastante daquele Itaú Cultural, sabe? Que doam, aqueles fininhos, eu tenho bastante lá. Então a gente vai recebendo das crianças, elas leem e devolvem. É assim, tem das princesas, “Cinderela”, “Bela Adormecida”, esses clássicos todos. Tem alguns de folclore, também da série do Itaú. Mas é isso, são esses livrinhos que eu tenho. Tudo na base da doação.

Pesquisadora: E você comentou que há uma questão de autoestima. Como você percebe isso? Se está ou não relacionada à questão racial?

J: Então, você vê que assim... As meninas, elas se espelham muito em Shakira, sabe? Cantoras, personagens loiras, altas, magras, gringas, do jeito que elas acham. Aí o que acontece? De repente aparece uma Beyoncé, aí pronto. Aí elas tem com o que se identificar, então, assim, você vê que são pessoas que passam para elas uma imagem de “também sou linda, maravilhosa”. Igual eu também falo isso para elas: “Você só gosta da Shakira? Não é possível”. Então, assim, meio que cutuco também no sentido de “Por que não gostar de outras cantoras, outros cantores, né?”. Mas é isso, a gente geralmente vê elas numa identificação de alguns mitos, cantores, atores e poucos são... Igual aquela série que pegou muito com os

adolescentes, dos vampiros e tudo mais, eu não lembro de ter vampiro negro. Não sei se estou errada, mas não lembro. Agora não vou saber, não lembro o nome, ficou tão conhecido, saiu a série de livros, depois veio os filmes.

Pesquisadora: Crepúsculo.

J: Isso. Então, acho que não tem. Tem? Não lembro. Eu não assisti, mas eu sei que a molecada gosta, então mais ou menos eu tento me inteirar para ter o que falar, né? Assim, conversa com eles para que eles se sintam bem e eu não me lembro de ter nenhum vampiro negro. Então assim, faz falta. Então onde tá esse pessoal que poderia ser identificação para esses adolescentes? Para poder se espelhar...

Pesquisadora: E você costuma apontar quando percebe esse tipo de situação relacionada à raça? Como você costuma fazer?

J: Eu pego sempre por esse lado de perguntar “Por que você não se acha bonita? Com quem você tá se comparando?”. E você vai ouvindo e não tem, né? Faz falta. E assim “Por que é feio? Quem disse? Onde tá escrito que é feio cabelo assim?”. A roupa, estilo de roupa... Eu fico achando engraçado porque elas também não sabem de onde surgiu isso. Alguém, algum dia, falou que não era bonito cabelo encaracolado e pronto. Então acho engraçado, mas se bem que já melhorou muito isso. Porque você vê produtos de cabelo, agora têm muitos, para cabelos cacheados e não sei o que. Tem que hidratar muito. Agora parece que as pessoas estão deixando enfim o cabelo ser do jeito que ele é, né?

É que você pegou a questão raça, mas nessa questão da discriminação e preconceito eu trabalhei 3 anos do projeto DST/AIDS. Então eu pegava isso mais pela vertente do sexo. Problemas sexuais, o *gay*. Então isso também estava muito presente. Das pessoas não aceitarem o diferente, não aceitam. Então é uma coisa muito presente e aí a gente tem que trabalhar. E te digo mais: aparece muito mais do que a questão racial. Essa discriminação impiedosa mesmo contra *gays*, lésbicas e transexuais é muito cruel. Eu não sei se é por que lá a população tem uma quantidade de negros enorme, ou pardos. É muita gente do Nordeste que fica por lá, né? Na Grande São Paulo... Então lá tem muito nordestino, muito. Então você vê que é tudo misturado, não tem assim um branco puro, imagina. É raríssimo, ter uma loirinha assim. Tudo é pardo. E eles... Eu percebo isso e isso é uma coisa que me incomoda, eles não se veem como negros, quando a gente pergunta. Isso num outro lugar lá que a gente pergunta, também não sei para quê isso. O nome, o bairro de onde vem, raça idade, como ficou sabendo... Isso lá no Conviver, sabe? Conviver é um espaço da saúde mental que é ali num parque e a gente oferece várias oficinas para integração das pessoas que têm doença mental, que têm problemas conviver com outras pessoas, ter assim uma mistura, né? A interação com

a sociedade em geral. E eu não sei de onde é que surgiu essa ideia de perguntar o bairro, a idade e a raça. E aí eu fico observando. Tá lá o papel e a pessoa fala assim: “raça?”. Aí fica assim... Aí põe parda, eu acho engraçado que essa raça não existe. Ou então põe branca. Não põe negra, é muito raro. E você vê que a grande maioria da população é negra sim. Então é uma coisa que me chama atenção também.

Pesquisadora: Você tem ideia do motivo dessa dificuldade?

J: Eu acho... Eu acho que assim, junto com a raça, tá muito ligada, tá muito relacionada à questão da pobreza, a questão da escravidão, sabe? De injustiça após injustiça, não sei o que, não sei o que... Toda essa discrepância, né? Que a gente tem socioeconômica mesmo. Então eu vejo que as pessoas não se veem negras, porque “ai, vão dizer que eu sou pobre”, alguma coisa mais ou menos nesse estilo, eu acho. Acho que está muito associado.

Pesquisadora: E a população que você atende nesse dispositivo é em maioria negra?

J: Parda. A maioria se autodeclara parda. Então isso é uma curiosidade. A gente tem um levantamento do mês e faz uma espécie de um levantamento estatístico de quantas pessoas procuraram, acho que até para o pessoal pensar em oficinas que contemplem naquela faixa etária que procuram mais, né? Mas é uma curiosidade minha o porquê da raça. Nunca me perguntei por que perguntam a raça.

Pesquisadora: Já teve algum trabalho ou oficina direcionada a essa temática?

J: Não. Acho que não. Isso é discutido... Se eu não me engano já teve, mas não oficina. Tem uma vez por mês uma roda de bate-papo chamada “bem-estar” e aí eles escolhem temas, né? Então já teve, por exemplo, saúde da mulher. E uma das vezes eles colocam temas assim... Igual dessa última vez parece que teve alguma coisa relacionada à raça, se eu não me engano. Acho que foi perto do... Quando chega a data do... em novembro.

Pesquisadora: Consciência negra?

J: Isso, em novembro, né? Então, aí eu acho que eles fizeram alguma coisa relacionada ao tema, tudo. Mas não sei para que tem essa estatística de raça. Porque eu acho assim, na minha cabeça, você perguntar a idade, perguntar o bairro... Então, por exemplo, se eles têm uma oficina itinerante: “nossa, que tal a gente ir em bairro tal que é longe e não tem área de lazer lá para eles, não tem nada assim bacana?! Então vamos fazer uma oficina itinerante lá?”. Acho que teria uma razão de ser, mas perguntar a raça...

Pesquisadora: E como você vê essa pergunta da raça?

J: Eu acho descabida.

Pesquisadora: Descabida?

J: Eu acho descabida. Para quê? Eu acho... No que vai diferenciar se naquele mês 30 brancos procuraram uma atividade lá qualquer ou se vieram 45 negros, sabe? Qual a diferença, né? Então, por exemplo, vai ter a oficina de fuxico, fuxico para qualquer um, né? Vai ter oficina de violão, violão também para qualquer um. Não tem “ah não, isso é uma prática só de negros, isso é uma oficina só de negros”. Aí vai discriminar ainda mais. Na minha cabeça, é isso. Na verdade, eu não sei para quê essa estrutura lá na folhinha na hora de perguntar. Mas a gente faz, tá lá. Tem gente que ignora. Simplesmente não põe.

Pesquisadora: Você acha que eles se sentem desconfortáveis?

J: Eu acho que um pouco, pode ser desconforto e um pouco a pessoa não ter essa identificação. Outro dia, a mulher perguntou pra mim: “Raça? Que raça? Que raça eu sou?”. Assim, não tem noção. Engraçado que isso suscita assim na pessoa. “Raça, que raça eu sou?”. Eu olhei para ela e falei: “branca?”. Para mim, ela era branca. Mas, assim, o que define raça? Sabe que eu já me perguntei isso? Eu fico pensando assim: tem gente branquinha, branquinha, branquinha, mas que você olha e sabe que a pessoa é da raça negra. Agora o que é que faz? Será que é a estrutura do rosto, o nariz, os lábios? É o cabelo? Sei lá, eu sei que eu olho a pessoa e percebo que ela é descendente de negro. Não importa a cor da pele. A pessoa se, por o braço, é mais branca do que eu. Então assim, o que realmente define uma raça? Eu não sei, eu não saberia dizer. Igual, por exemplo, eu tenho Oliveira no meu nome e Benedito. Benedito até que eu já te expliquei que vem do italiano, mas Oliveira tem a ver com portugueses, os novos cristãos que eles batizavam com nome de árvore. Era tudo judeus que os filhos foram para lá, né? Aí eu fico me perguntando: será que eu sou da raça judia? Sabe? Então, assim, com essas dúvidas, a gente não tem árvore genealógica. Mas, por exemplo, meu pai tinha a maior discriminação com judeu e com negro. E eu falo assim: “Meu Deus do céu, que coisa mais maluca!”. Na faculdade, logo de cara, meus professores entram instruindo, todos aqueles temas assim... Sei lá, acho que, para você ser um psicólogo, você tem que rever todos os seus valores. Porque senão é aquela história: “eu não gosto de gays”. Então como você vai tratar uma pessoa que vem com toda uma questão sexual, de identidade e tal. Você não gosta. “Então eu tenho que pôr uma plaquinha no meu consultório: não atendo no meu consultório gays, lésbicas e transexuais”. Fica difícil, aí a gente revê tudo isso na faculdade. Logo no comecinho, pelo menos na faculdade que eu fiz, a gente teve esses questionamentos e tal. Para gente tentar rever os nossos valores e ver se realmente a gente tem alguma coisa assim, algum preconceito com relação a alguma coisa e rever isso, né? O ruim é a gente negar que tem, nega: “Não, eu sou superlegal”. Mas aí solta piadinha de negros, por exemplo, no meu WhatsApp. Então eu falo “Opa”.

Pesquisadora: Onde você estudou?

J: Na São Marcos. Até não existe mais, né? Acabou, mas foi lá. Gostei muito da faculdade.

Pesquisadora: E você lembra se houve alguma discussão sobre a questão racial?

J: Tinha sim. Quando a gente discutia problemas daquela época, por exemplo, uma discussão antiga. Foi a época que foi aprovada a lei do divórcio, não tinha. Então até isso as mulheres eram discriminadas, né? Quando era desquitada, a mulher não prestava, não sei mais o que... Só ia sobreviver sendo prostituta, coisas assim desse tipo. Então a gente já veio de lá, essa coisa já mudou, graças a Deus, mas eu lembro, bem no finalzinho da ditadura foi uma época bem polêmica. Entrei em 1978 na faculdade e saí em 1983 e, neste ano, eu lembro que tava o *boom* do HIV, né? A descoberta que não tinha cura, que morreu Cazusa. Então essa questão do sexo estava muito séria, né? Mas tinha as questões de preconceito racial sim. A gente fazia alguns trabalhos. Até, não sei se você já viu alguma coisa ou conheceu, eu tive o meu professor de Psicologia Social foi o Ciampa e a gente discutia muitas coisas assim. Muito bacana.

Pesquisadora: E isso te possibilitou alguma experiência para atuar com essas questões nos seus atendimentos clínicos?

J: Eu acho que sim. Acho que desde a faculdade isso já mexe comigo e assim: provoca, né? Provoca um desconforto e um incômodo e você pergunta: “por que eu tô indignada com determinadas coisas?”. Então você vê que vai perpetuando toda uma diferença, sabe? De raça, não sei o que... Você fala: “gente, quando isso vai acabar?”. Então, assim, uma suposição: as pessoas não concordam com a questão da cota. Aí você vai ver por que não. “Ai, eu acho que não tem que separar, porque isso que é discriminar, não sei mais o que, não sei mais...”. Mas aí há discriminação com pessoas que são deficientes físicas, né? São muitas outras coisas, não só para a questão racial. Igual, lá perto de casa, tem também o Ambulatório do Índio, da Unifesp. Então são outros também discriminados, né? “Vagabundo, não gosta de trabalhar”. Isso tudo é passado. Desde que você vê lá na escolinha, o índio, não sei o que. Da história do Brasil, não foi respeitada a religião deles, não foi respeitado nada. Então, se eu vejo na televisão, igual teve recentemente um garotinho que não podia ir de branco para escola. Ele tinha que ir de branco por causa da religião dele e a escola não admitia. E aí, eu sinto muito isso, discriminação com relação à religião, sabe? Umbanda, candomblé, porque assim: lá em Embu, a gente tem muito crente, protestantes, toda essa linha que não é católico e não é de outra religião. Então eles falam assim: “essa religião do diabo, do demônio”. Tudo com relação a espírito, espiritismo, aí eles discriminam para caramba. E aí eu fico me perguntando: “meu, eles não têm noção?”. É o próprio medo, né? De discriminação. Eles não têm noção de

que essa religião vem do próprio berço, da África. Foi trazida de lá e é uma religião como outra qualquer. Acreditam num Deus e não sei o que, não sei o que. Mas eu não entro nesses detalhes. Principalmente porque eu acho que para o teu trabalho, lá na área que eu trabalho. Com os grupos, né? Para gente dar conta de atender, a gente atende em grupo.

Pesquisadora: Tem psicoterapia individual?

J: Então, raríssimo. Só quando é questão de estupro ou por exemplo: a pessoa recebeu o diagnóstico de HIV positivo e a pessoa não quer se expor, não quer que as outras pessoas saibam, aí eu faço alguns atendimentos individuais, mas preparando para mais futuramente ir para grupo. Então assim: no grupo, uma das regrinhas que eu falo é para a gente não discutir religião, né? Futebol. Discutir assim, para entrar em polêmicas, que eu falo que não vão levar a nada, então a gente procura um ouvir o outro. E, quando eles começam a falar, colocam muito assim: “Deus tá preparando”. Eu falo: “gente, não dá pra vocês ficarem falando essas coisas porque cada um tem a sua crença, vamos respeitar”. Então eu tento, meio que, tirar o foco dessa questão da religião. Então não dá muito para abordar. Eu gostaria de falar assim “mas por que você tem tanta discriminação contra o candomblé, contra a umbanda?”. Acho que, assim, discrimina porque não conhece, sabe aquela história? Tudo que eu acho que é diferente e não conheço, procuro rejeitar. É um pouco assim.

Pesquisadora: Obrigada pela sua participação.

Entrevista 02

A próxima entrevista contou com a participação de uma profissional que trabalha com atendimentos clínicos individuais e grupais em consultório particular na cidade de São Paulo, também desenvolvendo intervenções em Organização não Governamental (ONG). Graduou-se em Psicologia há mais de 20 anos e, durante todo esse período, atuou em diversos serviços privados e públicos, especializou-se em terapia corporal e estudou, e permanece estudando, questões ligadas à problemática racial. A hetero e a autodeclaração definem que ela pertence ao grupo racial negro.

Pesquisadora: Como as questões raciais se expressam no campo da clínica e nesse dispositivo utilizado?

O: Normalmente quando as pessoas chegam aqui, seja homem ou mulher negra, né? Ela já vem com essa temática, são pessoas que já estão familiarizadas com essa questão: seja porque

é militante ou não militante, mas que estuda de alguma forma esse tema ou outros que sentem na pele a questão do racismo. Como é que chega... Chega por um sentimento... Como eu sou psicoterapeuta corporal, chega com a queixa de um corpo paralisado. Um deles foi abordado pela polícia, ele disse que estava perdendo o gosto pela vida. Outra vem com uma mulher, vem com a sua capacidade intelectual mais contida, mais embotada, a voz também, a voz muito mais para dentro, muito mais contida, sem expressão. Outras vêm com queixa de uma solidão muito grande. Uma solidão não no sentido da solidão da mulher negra, uma solidão de não conseguir compartilhar os sentimentos de sofrimentos causados pelo racismo com outras pessoas, né? Ou as pessoas não aguentam e não vão ouvir o sofrimento ou vão dizer: “é coisa da sua cabeça, você é uma mulher muito bonita, inteligente, tem uma boa profissão, tem o seu salário, tem o seu carro e isso não existe”. Então esse não ressoar o que tá sendo dito vem causando muito sofrimento. E quando a pessoa chega aqui, ela vem com essa queixa também, né? O silêncio familiar... Ainda hoje é difícil dizer, falar sobre isso dentro da família porque é um tema que a família sofre. Então é difícil alguém também poder ter a escuta, poder ouvir esse sofrimento. Outras pessoas vêm no que diz respeito ao racismo institucional, né? Sensações... Sensações não, atitudes de humilhação, de invisibilidade são os mais comuns. Claro, tem outras questões: o quanto é difícil também... Às vezes, a própria pessoa se tenta fazer invisível, para não haver contato com o sofrimento ou fazer o enfrentamento frente à instituição. Uma delas, por exemplo, quando o chefe (no caso o presidente da empresa, trabalha numa multinacional) às vezes se aproxima dela, ela quer sumir. Ela mesma diz: “eu quero sumir, eu não quero que ele me veja ou fique claro que ele vá achar que eu sou uma farsa”. Ela usa essa expressão: “eu sou uma farsa”. Por que uma farsa? Ainda que os efeitos psicossociais do racismo (que é com o que eu lido) estejam tão enraizados nela que, mesmo que ela seja uma profissional que fale outra língua, que esteja trabalhando numa multinacional, a sensação de incapacidade, de não acreditar na própria inteligência ainda é grande mesmo com todas essas conquistas. Então fazer um trabalho para que ela possa sair desse casulo em que ela foi envolvida, de que não tem capacidade, não é inteligente, não é bonita, tá sendo um processo... Tá sendo um processo. E não é da noite para o dia, né? Então basicamente fora o cansaço físico, dor nas costas, dor de cabeça, tensão mandibular de ter que usar placa, dificuldade de ter que enfrentar determinados lugares, chamados redutos brancos. Ou seja: alguns restaurantes ou mesmo bairros, algumas lojas. Agora isso com o processo terapêutico tem diminuído, mas isso também é uma das questões que é trazida aqui no consultório. Respondi?

Pesquisadora: Sim. E quais ferramentas você acha que nós psicólogos temos para lidar com essas questões?

O: É... Eu vou dizer para você da minha experiência. Enquanto eu não tava estudando sobre isso, eu não tinha ferramenta nenhuma. Eu sofria, e claro, todos nós sofremos racismo, seja por um gesto ou uma expressão de palavra ou atitude de um racismo institucional, mas eu só consegui me instrumentalizar estudando. Estudando primeiro, conhecendo a história do nosso país, a história colonial, né? E o regime escravista, eu precisei ler sobre isso. Eu entrei numa instituição, não necessariamente as pessoas precisam entrar, mas eu entrei em uma porque estava chegando em um ponto em que estava tão difícil trabalhar que eu não encontrava lugares que pudessem me respaldar. Inclusive as minhas duas terapeutas não sabiam lidar com isso, me encaminharam para a ONG em que eu trabalho ou “vai conversar com outra pessoa que é negra”. Por que dentro do consultório... [gesto com as mãos que significa nada] Mas também nem foi atrás, viu?

Pesquisadora: Mas você já percebia que aparecia essa temática?

O: Sim. Desde a primeira vez quando eu fiz terapia. Teve uma cena que até hoje eu não esqueço. Eu não tinha noção do que eu estava falando, eu não tinha muita clareza do que eu estava falando. Hoje, eu tenho mais clareza do que aconteceu. A primeira vez quando eu fui fazer terapia, falei para o meu terapeuta, perguntei se ele gostava de chocolate ao leite. Ele é psicanalista, ele não sacou o que eu disse, mas estava dito que era preto com branco, eu sou uma pessoa miscigenada. Até hoje, não houve resposta. Ele disse que gostava, passou, mas ele não aprofundou essa questão.

Pesquisadora: Não entendeu o que você queria trazer pra ele...

O: Sim. Estava no meu inconsciente, se ele tivesse manejo disso: pronto, né? A minha trajetória mesmo, de lidar com essa questão, de outras vezes que eu sofri racismo, estaria muito melhor para tratar o racismo que eu vivi. Mas não houve isso. Então, depois de um certo tempo, na medida em que eu fui ascendendo socialmente, a coisa foi ficando muito mais pesada. Eu fui incomodando mais as pessoas, eu tive que ir por conta própria. Então fui estudar a história do nosso país, não só a do nosso país, mas a história americana também, né? Músicas também: Billie Holiday, filmes do Spike Lee, de outros atores, depoimentos de atores, muitos americanos. Aqui, no Brasil, era muito pouco, eu vi só uma vez do *Grande Hotel* e da Rute de Souza, mas muito por cima, e entrar na ONG, mais num sentido de uma militância em que eu pudesse ter uma ação mais política e, para mim, como psicóloga, fui no AMMA por conta de que trabalhava com sofrimento psíquico. Esse era meu interesse. Foi aí

que eu fui me instrumentalizando, né? Lendo mais as temáticas de pessoas que escreveram sobre o racismo, Neusa dos Santos, Isildinha Nogueira.

Pesquisadora: A Isildinha traz bastante essa questão do corpo...

O: Sim, ela traz. Para mim, é bastante importante, por ser psicoterapeuta corporal e por ser eu mesma também, né? Foi muito importante eu estar em grupo com pessoas negras também. Não no sentido de miserabilidade, de sempre aquele lugar de “mora na favela, porque é pobre, não sei o que, coitado...”. Não nesse lugar, mas pessoas que também estavam ainda num processo de luta, mulheres que estão num processo de luta. E entre iguais, isso também me fortaleceu muito. Até então, eu estava sozinha, eu falava sozinha, né? Então não ressoava. Então esses foram instrumentos que eu encontrei e que me ajudam até hoje. Ler a história, saber sobre a história social do meu país, ler livros que tratam da temática e estar com pessoas entre iguais. Mas isso é um processo para a vida inteira.

Pesquisadora: Pensando na sua formação: houve alguma discussão sobre o tema?

O: Nunca. Nem na minha formação como psicóloga nem na minha formação como psicoterapeuta corporal, com exceção de duas professoras judias que eu tive, elas entendiam do que eu trazia do meu sofrimento. No sentido ligado à questão racial. Elas entendiam porque eu me colocava, que eu tinha que salvar o mundo, porque eu tinha tido um pouco mais de ascensão, eu tinha que salvar minha família, tinha que salvar as pessoas... “Esse lugar de extermínio”, vamos dizer assim. Ficar fadado a uma condição social de que você não vai ter ascensão. Sempre nessa representação social de subalternos. Eu trazia essa temática, e elas conheciam isso por serem as duas serem judias. Elas sim, por uma história pessoal, elas sim compreenderam. E uma outra profissional, que é uma das pessoas importantes do instituto em que eu trabalho. Ela morou muito tempo na Bahia e conheceu um pouco mais essa temática. E ela dava, abria um pouco o caminho para isso. Abria um pouco o caminho para isso, tanto que deu oportunidades para falar em palestras, para trazer essa temática no instituto, mas se eu disser para você que basta falar e basta dizer que a instituição vai abrir campo: não. Você fala pontualmente, mas não sei o que acontece: depois cai no silêncio. É um silêncio estratégico, né?! Não é um silêncio comum, mas é um silêncio de quem tem dificuldade para lidar com isso, de alguém que não conhece a história, e que vai ter que se ver porque a questão racial diz respeito a todos nós, ele vai ter que se ver consigo mesmo também. Vai ver o quanto a pessoa também está implicada nisso, então é difícil, mas a gente tem cavado espaços, dando visibilidade. As redes sociais têm um papel extremamente importante nesse sentido, de dar visibilidade a essa temática. E o racismo está saindo da toca, né? Esse racismo cordial, cada vez mais a gente vê, principalmente as celebridades que dão mais notoriedade para isso.

Quando aparece a questão racial. Nós, reles mortais, vamos viver o sofrimento no dia a dia, mas cada um vai buscando uma forma de mudança disso. Seja na militância, seja no ativismo, sendo formador de opinião, sendo uma professora, como também estudando para fazer mudança desse pensamento nas pessoas, né? Aprender a ver as pessoas dessa forma é cômodo, porque têm privilégios, ninguém quer sair desse lugar: tem medo. As pessoas têm muito medo, acham que vão perder os privilégios e as pessoas ainda pensam sobre isso, mas isso também é um outro recurso.

Pesquisadora: E esse tema aparece aqui nas suas sessões só com as pessoas negras ou já apareceu pessoas brancas que pensam nas questões raciais?

O: Pessoas brancas não pensam nas questões raciais. Nunca. Isso não existe. Não existe. Pra eles não existe [risos]. Quem traz essa temática são as pessoas negras, seja de diversos tons de pele. A pessoa branca não traz essa questão, não traz.

Pesquisadora: E você atende brancas também?

O: Sim, tanto pessoas brancas quanto pessoas negras. Sejam homens brancos ou homens negros.

Pesquisadora: E como psicóloga negra você já esteve nesse lugar que você mencionou, que as pessoas sempre esperam que a gente vá contar uma história: “você veio da favela”, de sofrimento. E ver que você alcançou outro *status* de repente, você sempre esteve numa outra condição, já se passou alguma coisa assim com você?

O: Como assim? Acho que não entendi.

Pesquisadora: Por exemplo, de atender uma pessoa branca e essa pessoa não te reconhecer, se surpreender. Por exemplo, marcou e não sabia que você é negra.

O: Não.

Pesquisadora: Ou com colegas psicólogos brancos...

O: Não, só teve uma pessoa negra. Quando uma outra colega me encaminhou, ela não sabia que eu era negra. Essa paciente é negra de pele escura e, quando me viu, ela ficou muito feliz, abriu um sorriso [risos]. Outra é uma mulher que eu atendo atualmente: negra, sofre violência doméstica. Quando ela entrou no consultório, ela sentou onde você está sentada, ela ficou... Deu esperança para ela: “ver você aí, eu vejo a possibilidade de que a gente consegue”. Uma vez, mas não era paciente minha. Eu dava cursos, na época, nesse local. Quando eu fui fazer os trabalhos, uma delas, uma mulher negra disse: “nossa, você me surpreendeu”. Essa é a fala. Claro que não esperava nada, né? E uma outra, quando me viu na sala do consultório, pensou que eu fosse secretária, né? Aí um outro senhor que eu atendi aqui, mas ele é racista mesmo. Racista, homofóbico, tudo que ele tem direito. Ele foi

encaminhado, ele sentou aqui no consultório e ele disse claramente que ele tinha dificuldades de lidar com pessoas negras, mas ele era confuso. Porque, ao mesmo tempo ele diz que tinha medo lá fora de assalto, “bibibi”, “bababa”, ele vinha assiduamente. Estava pontuado no racismo dele. Ele era homofóbico também, ele não escondia. Mas essa questão do racismo, em relação à questão da pessoa negra, às vezes, ele trazia uma coisa positiva, às vezes, negativa. Então era pontuado aqui o próprio conflito dele, inclusive de ser atendido por uma psicóloga negra. Mas, até hoje, ele estabeleceu um vínculo. Mesmo eu não atendendo mais ele, ele mantém contato, encaminha inclusive pessoas para cá.

Pesquisadora: E como que você acha que os profissionais da Psicologia que não estudam e não se aproximam desse tema podem atender pessoas que chegam com queixas, como essas que você descreveu que chegam aqui?

O: É uma coisa que me preocupa muito, porque não foi mais de uma vez que eu atendi pessoas aqui, pessoas negras que querem ser atendidas por pessoas negras, porque elas veem um despreparo do profissional, mas pior que isso: ele traumatiza. Quando uma delas chegou aqui, tratava no hospital. A psicóloga do hospital dizia que aquilo que ela estava dizendo não era racismo. Foi... Esqueci o que a pessoa disse para ela, tanto que ela nunca mais voltou. Nunca mais voltou e procurou uma pessoa, uma profissional negra. Porque a pessoa não acreditou no que ela estava dizendo, disse assim: “ah, não é verdade o que você está dizendo. O que você está me dizendo é um problema com sua mãe e com o seu pai. O que você está dizendo a respeito do racismo, isso não é verdade”. Foi essa questão que a moça trouxe e fez com que ela procurasse um profissional negro. A outra foi uma profissional também. Ela não disse que não existia, mas disse que não estava compreendendo. Ela pediu desculpas por ela não compreender, mas essa teve bom senso de estudar. Essa foi estudar e tentar compreender essa questão. Outras, quando eu vou dar palestra, dizem: “é verdade, você tem razão”. Outros profissionais psicólogos dizem que você tem razão, mas não fazem esforço absolutamente nenhum.

Pesquisadora: É confortável ficar sem pensar nisso?

O: Sim. Aí é uma questão séria, aí não: todas essas situações são questões sérias, porque implicam uma negligência profissional. Há uma imperícia do profissional em lidar com isso e isso retraumatiza a pessoa. Quando você fala seu sofrimento e eu digo: “o seu sofrimento não existe”, isso causa tamanha agonia, a pessoa fica num lugar de tal vazio, não ressoa nenhum tipo de acolhimento, nenhum tipo de mudança, isso é sério no profissional. Inclusive com professores: quantas situações eu já ouvi aqui, boa parte das bobagens que os professores dizem. Uma porque são racistas e outra porque desconhecem toda questão. Mesmo com a lei

que trata da obrigatoriedade da história da África, eles não sabem nada. E também não estudam, isso que eu chamo de negligente. Sabem, as coisas estão sendo visibilizadas. Eu não vejo movimento de querer mudar isso. São poucos, você pode contar no dedo quem são os profissionais que vão atrás disso. Os outros ficam no conforto do seu privilégio: esquecendo que é uma questão que todos estamos implicados.

Pesquisadora: O racismo é sempre visto como um problema do negro?

O: Sim, e não. Todos nós estamos implicados. Porque a literatura fica fracionada, ela traz uma gama de questões. Se não trata outra questão... Nos cursos, nos livros de Psicologia, trata como se todo mundo fosse igual, né? Somos iguais, mas a dinâmica psíquica por conta do envolvimento social é diferente. Freud já dizia: “nós somos atravessados pela nossa cultura”. Se na cultura é tratado de uma questão de todo mundo ter privilégios, todo mundo tem igualdade, isso também... O branco e o negro sofrem com isso. As empresas não sabem lidar com a diversidade, elas têm prejuízos com isso, perdem oportunidades. O país perde oportunidades, o país perde talentos e por aí vai... Todos nós perdemos.

Pesquisadora: Que caminhos você vê para a Psicologia dentro da temática racial? Como você acha que a gente vai aprender a lidar, ou não?

O: Eu acho que nós estamos aprendendo, muito lentamente, a passos muito lentos. Quando a Taís Araújo diz que nosso país está muito atrasado, talvez uns 40 anos em relação aos Estados Unidos, é verdade. Uma porque a gente não dá abertura para isso e outra porque não se fala sobre isso. Hoje que as coisas estão emergindo um pouco mais, estamos saindo desse racismo cordial ou democracia racial. Então eu vejo uma possibilidade de mudança sim. O Conselho Regional de Psicologia, a partir do momento que entraram conselheiros que trouxeram essa temática, entraram outras pessoas que compõem o GT (Grupo de Trabalho), que trouxeram essa questão, está fazendo um trabalho extremamente importante. Inclusive vai sair um livro, que vai ser lançado agora em dezembro (2017), pelo Conselho Regional, que tem normas que tratam da questão racial, normas do psicólogo. Então são trabalhos extremamente importantes: publicações, discussões e palestras. Esse sentido político em que nós estamos envolvidos, principalmente os militantes e ativistas sociais nessa questão, com a Sepir (“*que agora esse atual prefeito fez o que fez*”) tem feito muita diferença. Seja tendo ascensão a determinados lugares de poder ou buscando, cavando espaços nesses lugares, isso tem trazido oportunidades. Nós estamos fazendo outra representação social que não mais um lugar subalterno. Somos mais formadores de opinião, então isso tem feito mudanças muito grandes. Principalmente quando a gente vai à política (“*que a ascensão que eu gostaria que a gente tivesse ainda está muito pequena, nossa representação de pessoas negras no congresso é*

muito pequena”), na educação... Isso tem trazido conquistas pela lei, mas isso é algo que ainda precisa ser muito trabalhado. Com relação à Psicologia, o Conselho Regional tem feito um bom trabalho nesse sentido. Mas a gente precisa ter espaço social e político no lugar de representação, para fazer a diferença.

Pesquisadora: Muito obrigada.

O: Foi um prazer.

Entrevista 03

Na terceira entrevista, a profissional participante é formada há mais de 30 anos e possui um currículo vasto quanto às atuações já desempenhadas. Atualmente, entre suas diversas atividades, prioriza o ensino em cursos e eventos relacionados à temática racial e os atendimentos clínicos em consultório particular em São Paulo, onde dedica-se às sessões individuais e de grupos. É negra, segundo sua autodeclaração, o que vai de acordo com a heterodeclaração da pesquisadora.

Pesquisadora: Como as questões raciais se expressam no campo da clínica e nesse dispositivo utilizado?

V: Aparecem questões de toda ordem, provocadas pelo racismo: as invisibilidades, sejam no âmbito pessoal, sejam no âmbito profissional; as dificuldades de ascensão no trabalho; as diferenças no trabalho, mas também diferenças no tratamento dentro de casa, em função de casamentos inter-raciais. As angústias produzidas pelos estereótipos que o racismo produz são de inferioridade, de não saber se dar conta, de se apropriar, de não saber identificar seus atributos, competências, as dificuldades de colocá-los em prova... Porque, às vezes, há uma dúvida: “Sou capaz mesmo? Não sou capaz?”, né? O que isso tem a ver com o racismo? Dúvidas, inclusive, algumas vezes, se é racismo ou se não é racismo. E também aparece algumas vezes os desejos não confessáveis, né?!

Pesquisadora: Como, por exemplo...

V: Desejo pelo homem branco... No que se refere às mulheres, elas não veem como um desejo, mas veem como uma atração, uma... Um ataque a si, uma culpa, muitas vezes de não dar conta de responder ao racismo que vai vivendo no cotidiano. Que vai vivendo no cotidiano seja por inepção, seja por medo de que venha um ataque ainda maior. Seja por medo de não ter argumento, recursos internos suficientes para dar conta dessas discriminações

percebidas. Seja, vem também... O medo. Às vezes, de inquirir o outro, de responder o outro. O medo de que isso vá trazer algum prejuízo na sua jornada, trajetória. De maneira geral, é isso que vem. Vem também... As contradições quando você, quando a família é inter-racial. Vem as contradições de afeto: “Se eu gosto de um, não devo gostar do outro? Como eu devo gostar do outro?”. Isso no caso das mais ativistas, mais politizadas. “Como é que é fazer o enfrentamento ao racismo se eu tenho um pai branco, se eu tenho uma mãe branca?”. A ambiguidade de pais de casamentos inter-raciais: a ambiguidade, primeiro de poder reconhecer se aquilo é racismo ou não é racismo. E no reconhecimento, uma dificuldade de poder lidar, de poder enfrentar. Porque uma coisa é enfrentar o vizinho, outra coisa é enfrentar o pai, enfrentar a mãe e dizer: “você é racista”. O que significa isso? E também as dores de viver o racismo dentro da casa: de não ser reconhecido, de ser motivo de chacota. As mesmas ridicularizações vividas na rua sendo vividas dentro de casa. E outra coisa também que vai aparecendo, fruto do racismo e de uma sociedade que se recusa a reconhecer a existência do racismo concretamente, embora diga o racismo “existe”, que é: “quem eu sou?, “que lugar que eu ocupo?”. Os mais claros, né? A oportunidade de ora se apresentar como negro, ora se apresentar como branco. A confusão que isso produz, a cobrança que isso produz. Uma coisa bastante intensa (isso eu estou falando nos filhos de casamentos inter-raciais) que é: você, muitas vezes, não é aceito pelo branco porque você é negro, e não é aceito pelo negro porque você é um negro claro, né? E o ataque do movimento, particularmente o movimento na atualidade, de um movimento que “tem que ser preto ou não é”. Então isso vai produzindo muitos conflitos internos, muitas dificuldades de lidar e muito tempo de processamento, de tomadas de decisões, de escolhas sobre quem eu sou, né? Porque isso é uma complicação: “quem eu sou?”. “Eu sou branco ou eu sou negro?”, né? Se, por um lado, eu não sou reconhecida pelos negros pela tonalidade da minha pele, por outro lado eu tenho um cabelo que não é um cabelo liso, como o cabelo da minha mãe ou do meu pai, né? Mas, para o movimento, esses signos valem muito pouco diante de uma pele muito clara. Então eu acho que os conflitos vão aparecendo nessa intersecção sociedade/família. Mesmo nos de peles escuras vai aparecer muitos conflitos, porque nossas famílias não foram preparadas para discutir racismo, para aceitar a existência do racismo e, muitas vezes, vai atribuir ao sujeito a incapacidade de ocupar um lugar de destaque, quando, na verdade, tem o racismo que está permeando o trabalho, a escola. Muitas vezes, não vai se reconhecer, a família não vai reconhecer uma angústia ou uma dor psíquica, um sofrimento psíquico pelo fato de ser negro e das vivências de humilhações que o cotidiano vai reservando. São essas coisas que vão aparecendo, agora: essas coisas nunca aparecem em si. Elas aparecem acompanhadas de

processos. Porque o sujeito que vem para análise é uma pessoa. Como diz James: “foi o branco que me nomeou de negro, se não fosse isso eu seria apenas uma pessoa”. Eu acho que poder olhar: “é verdade, o racismo me atravessa desde antes de eu nascer e não termina depois que eu morrer. Mas eu também carrego outras questões próprias de ser humano!”. Então é preciso que a gente possa reconhecer isso, distinguir porque senão o sujeito entra na minha sala e eu fico esperando as experiências de racismo e deixo de reconhecer as experiências que aquele humano que está na minha frente vive: que podem ser iguais a de qualquer humano, de qualquer raça e etnia.

Pesquisadora: Você mencionou que algumas vezes aparece a dúvida: “isso é racismo/isso não é racismo?”. Como você intervém nesse tipo de situação? Como você acha que nós psicólogos podemos auxiliar aquela pessoa a entender?

V: Eu penso que uma Psicologia que compreende a existência do racismo, ela não pode operar somente com os olhos da Psicologia ou da Psicanálise. Ela precisa estar integrada às questões da História. Da mesma forma que para o psicólogo ou psicanalista é a história do sujeito que é importante, não existe um sujeito fora da história do seu grupo familiar, fora da história do seu grupo de pertencimento. Então é preciso que o psicólogo possa também trazer dimensão da história e do seu grupo de pertencimento, para que esse sujeito possa também pensar nas suas questões como sujeito negro. Às vezes, você vai receber alguém que está em processo de descoberta de si. Esses processos muitas vezes produzem muito sofrimento, porque há um ataque a si, como se você fosse culpado de não saber quem você é. Então é preciso situar, no contexto mais amplo, para que... Não sei se ela deixa de existir, mas, ao diminuir a culpa, eu posso me inserir nesse grupo de uma outra maneira. Eu posso me pensar de uma outra maneira, né? Por um lado... Por outro, como um dos pensadores que a Maria Inês admira e trouxe já para cá, que é Kaës, o Kaës vai falar de transmissão psíquica, né? Se eu não tiver essa dimensão que o sujeito transmite coisas que talvez nem ele saiba que está transmitindo. Alguém precisa saber da dimensão histórica para poder inseri-lo na história do seu grupo. Uma Psicologia que pensa o sujeito, na sua condição racial, precisa pensar o sujeito na sua condição histórica. Ninguém pensa “o judeu”, todo mundo pensa o judeu inserido numa História, né? Que persegue Jesus Cristo, mas que tem um marco, é um conflito, né? Quando Jesus Cristo morre é um conflito entre os judeus. Então, portanto, é necessário que a gente possa, obviamente, com as ferramentas da Psicologia e da Psicanálise, introduzir o sujeito na história do seu grupo, para que ele possa construir uma história de si articulada. Ele precisa saber que o que está acontecendo com ele é um ataque ao seu grupo, não é um ataque a ele. Até porque o sujeito nem conhece ele... “Vai me atacar por quê? É a primeira

vez que me viu, está atacando ao meu grupo através de mim”. Isso resolve? Isso elimina a humilhação? Não, não elimina. Não elimina a humilhação porque o sujeito está ali sendo alvo de uma violência, mas se ele está integrado na História, ele pode responder de uma forma diferenciada, e não necessariamente carregar a culpa: “mas será que eu sou isso?”, “será que eu sou incapaz, será que eu sou inferior, será que eu sou incompetente?”, “será que eu sou burro mesmo? Eu devo ser burro...”. Então é talvez pensar... Talvez não; pensar um acolhimento psicológico, psicanalista, ou seja de que vertente for. De um negro, mas não só. Porque eu posso pensar isso em relação ao transexual, eu posso pensar isso em relação à lésbica, ao gay. Eu posso pensar isso em relação ao indígena. Mas é importante que eu pense isso dentro de marcadores estruturais. Eu não posso pensar, por exemplo, que ser gordo é a mesma coisa do que ser negro. Porque ser negro é um elemento estruturador da condição do sujeito. Ser gordo não é um elemento estruturador, é um elemento que vem com o tempo e que pode ir embora com o tempo, né? Aquilo não é: eu não posso deixar de ser negra, jamais. Eu continuarei sendo mesmo que eu não queira. E eu serei tratada, mesmo que eu não goste. E eu vou ou não responder de acordo com minhas condições de história, de conhecimento, com minhas condições cognitivas e minhas condições emocionais, né? Então eu acho que é isso que falta à Psicologia. Falta à Psicologia dar uma dimensão histórica. É contraditório isso, né? Porque a Psicologia não trabalha com o sujeito em si, trabalha com a história do sujeito, mas também como gente, e óbvio que isso já mudou: houve um momento em que a tendência era que o sujeito produzia sua neurose, como se não tivesse integrado no corpo social e acredito que algumas pessoas ainda pensem dessa forma, né? Tirando isso, tirando que o inconsciente não produz uma história independente da história do sujeito. O nosso inconsciente vai ser formado, Freud já dizia que o sujeito, antes de mais nada, é sujeito social. Portanto, seu inconsciente é construído em relação, não é possível desenvolver o inconsciente se não for em relação. Portanto, são questões que a Psicologia vai precisar repensar, né? Como acolher um sujeito, mas um sujeito integral, não só na sua história familiar, mas na sua história coletiva, nas suas escolhas. Se, em um determinado momento, eu me encontro lésbica e acho que é isso mesmo que eu sou, se eu quero poder encontrar uma analista que reconheça o meu direito, por um lado, e, por outro lado, o efeito que esse direito tem sobre a minha vida. Porque eu também sou alvo dos fascistas, e também posso ser assassinada porque eu sou lésbica. Então, isso é importante que a Psicologia aborde, que coloque luz, coloque em conteúdo, desenvolva. Que tenha um conteúdo que possa fazer com que os psicólogos repensem a Psicologia e repense o sujeito que ele vai atender.

Pesquisadora: E, hoje, você acha quem têm sido oferecidas essas ferramentas na formação dos psicólogos?

V: Não. Veja, nós temos uma universidade pública extramente burguesa, apesar de que ela está pela hora da morte... Não tem dinheiro. Não tem dinheiro... Não tem interesse dos governantes em fazer um investimento qualitativo na pesquisa e por aí afora. Por outro lado, como as universidades públicas, elas foram construídas para atender o aluno da escola privada, ela não tem nenhum interesse. A discussão das cotas mostrou que ela não tem ou não teve nenhum interesse de ampliar o escopo teórico, a visão, a reflexão para além do eurocentrismo. Deixou de lado o continente africano, que é o berço da humanidade. Não faz a crítica que a Europa, que de alguma maneira, como colonizadora, foi a sequestradora de praticamente todos os povos. Sequestrou bens, bens intelectuais, bens materiais. Se pensar o Egito, por exemplo, que não se reconhece como um Egito negro: isso é fruto do eurocentrismo. “Como que os negros podem construir pirâmides?”. Quer dizer, é sequestrar uma parte da história para que você não atribua àquele grupo, que você acha menor, a capacidade cognitiva, intelectual, de pensamento e de construção. Então é preciso retirar dos povos que foram colonizados a sua capacidade criativa e científica. Isso a Europa fez com todos os grupos, com todos no continente africano, está explícito que ela fez. Ela também fez isso com outros grupos raciais e, hoje, por exemplo, tem muita gente que acredita que o berço da humanidade é a Europa. Então eu preciso restituir. Se a gente pensar que Picasso bebeu em África, mas que não citou a fonte: é isso. Isso é um sequestro. Ele pode ser maravilhoso agora, mas ele é mais maravilhoso do que os artistas africanos? De reinos antigos, de descobrimentos que até hoje vigoram na humanidade? Tem uma lista que circula na Internet: “Se não tivesse negros” e aí tem uma série de coisa: “não existiria isso, isso e isso...”. Maravilhoso.

Pesquisadora: E como você percebeu que precisava se apropriar de fatos históricos para dar conta dessas questões na clínica? Como você percebeu as questões raciais na clínica?

V: Porque a gente só se dá conta que você é negro, finalmente, quando você se apropria da história. É simples assim. Em função de como o racismo, no Brasil, foi perverso, no sentido de fazer uma... Dando uma dimensão de que “casa grande e senzala” eram só um espaço geográfico e que se vivia muito bem na casa grande e que os negros se davam muito bem com os brancos e *blá-blá-blá*. Enfim, essa mística que se coloca em cima da escravização no Brasil, como estratégia, inclusive de reconhecimento da violência do racismo e da forma como os pensadores foram trabalhando, no sentido de construir uma democracia racial onde brancos, índios e negros vivessem harmonicamente. Quer dizer: para que a gente se descubra como negro, a gente tem que fazer essa desmitificação. Portanto, eu só me tornei negra

quando alguém me mostrou historicamente o papel da escravização e da construção do racismo. Para eu poder me sentir integrada ao grupo, precisei saber da minha história. E isso acontece com todos os negros. E eu digo “me tornei negra”, porque eu acho, aproveitando a frase de Simone de Beauvoir, que “não se nasce mulher, torna-se mulher”, e a gente se torna mulher quando a gente sabe o papel do patriarcado na nossa vida, que, portanto, o patriarcado vai criar estratégias para que homens e mulheres ocupem lugares diferentes, em função do poder. Então é só dessa forma que a gente se torna negro: quando a gente dá conta que o racismo vai definir qual é o espaço do branco e qual é o espaço do negro e, para essa definição, o racismo vai negar sua história, vai negar sua condição, vai negar inclusive a sua humanidade. Então é preciso que a gente saiba isso para a gente recuperar a dignidade do ser humano. Ao descobrir isso e ao fazer meu curso, que em momento nenhum teve absolutamente nada sobre as questões raciais, né? Quando eu recupero, quando era dramático no ensino médio, no ensino fundamental, enfim... As histórias de escravidão, a gente era colocado no lugar de subordinação. Quando eu vou descobrindo isso e eu descubro muito tarde: já era, deixa eu ver... 50, 76... Tinha 27 anos. Aí é que eu vou descobrir que eu sou negra nessa função. Quando eu compreendo politicamente o que significa isso, aí é que eu compreendo que, sem história, a gente não vai a lugar nenhum. Sem a história do grupo, a gente não vai a lugar nenhum. E daí pensar a Psicologia. A Psicologia, se a gente pensar Freud... Veja para onde Freud foi: ele foi para todos os lugares. Ele não fez a psicanálise destituída da História, da Arte, da Literatura, da Medicina, da Antropologia, da Sociologia. Ele criou uma teoria onde ele foi beber em todos os campos. É bem verdade que os psicanalistas, em sua maioria branca, de olho na Europa, deixaram de reconhecer, inclusive, o legado de Freud como um judeu que sofreu perseguição, que teve que sair de Viena, que foi morar nos Estados Unidos... E que, enfim, estando no Brasil, alguns escolheram serem brancos, mais do que serem negros.

Pesquisadora: E aí, pensando no que você falou “que a gente só se torna negro quando a gente se apropria da nossa história”, como ficam os psicólogos brancos olhando para a questão racial?

V: A história deles também... É se apropriar da história, isso é para brancos e negros. Porque se nós temos a herança da escravização, os brancos têm a herança do senhor escravo. É a história deles, quando o branco se apropriar da história efetivamente, ele pode fazer uma crítica à Psicologia e pode compreender que é preciso] que ele faça uma Psicologia diferenciada. Porque ele também tem uma herança e a dele não é uma boa herança. Então quando eu digo “se apropriar da história” é de todos nós, é de brancos e negros. E poder

pensar que, obviamente, eu não sei o que é ser negro, porque eu sou branco. Mas o fato de eu ser branco não significa que eu não saiba o que é humilhação, porque, em algum momento na vida, qualquer pessoa, branco, negro, amarelo, indígena, seja lá quer for, viveu uma humilhação e, muitas vezes, tão violenta quanto é a violência do racismo. Então todos nós sabemos o que é viver uma humilhação. A diferença da humilhação, para brancos e negros, é que os negros vivem humilhação cotidianamente. O negro é forjado na humilhação, porque o racismo está aí, todo dia e toda hora. Muitas vezes eu posso nem me dar conta. Eu fui me dar conta da existência do racismo... Era um pouquinho mais nova, vai. Era no colégio, eu lembro da gente... Foi na universidade, 1º, 2º ano da universidade, eu lembro de eu e mais duas, três pessoas negras. A gente foi se dando conta disso e queríamos propor uma semana. Como era uma universidade particular, tivemos que falar com o diretor, aí o diretor aprovou, depois que ele viu quem eram as pessoas que a gente estava convidando... Uma das pessoas era o Eduardo Suplicy, aí ele proibiu então. Mas quando você começa a perceber e começa a perceber a história, você vai se dando conta de que vários elementos vão compondo a sua condição de sujeito, né? O país que você mora, a região, se ele foi um país colonizado ou colonizador... Uma coisa é nascer no Brasil, outra coisa é nascer na Suécia, portanto, isso já dá uma condição de quem eu sou, uma coisa no Brasil, São Paulo... Vai que está mais perto de nós: uma coisa é ser filho do Morumbi, da parte rica do Morumbi, e outra coisa é você nascer no Capão Redondo, né? Então, o território é um elemento importante, que entra na configuração da nossa história. Porque se eu nasci no Capão, já desde muito cedo, vou me deparar com violências, com precariedades de todos os níveis. No serviço público, na escola, na saúde, na assistência. Se eu estou no Morumbi, eu vou ter grandes escolas, eu vou ter um serviço público de qualidade. Então, assim, pensar o racismo também é pensar em como é que ele se materializa no território. Porque se eu estou na Brasilândia ou se eu estou no Capão Redondo e eu estou no CAPS, eu preciso saber que ali é um território negro e, se ele for um território negro, é um território que está assediado pela violência policial o tempo todo. E se, portanto, eu sou negra e se estou no território, eu também sou alvo, assim como os moradores do território. Então, veja, poder pensar a história é ampliar a nossa capacidade de pensar, de ver, de escutar, de acolher ou nossa incapacidade, né? Que a gente pode estar enquistado dentro do território. No Morumbi você tem aquele prédio que é símbolo do Morumbi, né? Que é aquele prédio em que cada andar tem uma piscina e, quando você olha assim, a favela está ali perto de onde cada morador tem a sua piscina no prédio. Quando eu estou na minha piscina no prédio, eu olho e vejo a favela. O quê que isso diz para aquelas pessoas? E quando eu estou na favela, sem dinheiro, em um 3x4, morando com cinco, seis, sete pessoas, eu vejo

ali o prédio, cada andar com sua piscina. O quê que é isso, né? Como é que a gente pode pensar isso?

Pesquisadora: Como você acha que a gente tem construído ferramentas para pensar isso?

V: Eu acho que tem, particularmente nessa nova era, na era da juventude, na era da Internet, na era em que você tem contato com o mundo rapidamente... Eu acho que são muitas as ferramentas que têm surgido. Talvez poucas na Psicologia, mas em todas as outras áreas... Hoje, você vê o movimento das crespas, por exemplo, isso é uma ação que traz mudanças, né? Onde de alguma maneira poder... Algumas pessoas acham que cabelo é só estética, cabelo não é só estética porque cabelo historicamente... Nosso cabelo historicamente tem sido um elemento de sofrimento, porque a gente quer ter cabelo liso, felizmente cada vez menos. Mas o cabelo, ele compõe a nossa apresentação e durante muito, muito tempo foi muito difícil para gente se apresentar com nosso cabelo natural e a gente precisou usar de instrumentos de tortura para o nosso cabelo ficar liso. E é uma tortura porque: orelha queimada, testa queimada, couro cabeludo queimado e isso é um instrumento de tortura.

Pesquisadora: Você passou por esses processos?

V: Sim, desejei ter cabelo liso, brincava com a toalha na cabeça para balançar. Tive muita testa e orelha queimada, deixei de ir em muitos lugares porque tomei chuva e não podia ir mais para o baile porque o cabelo tinha voltado ao normal. Sofrimento, isso é motivo de sofrimento. Portanto, ter salão de beleza que reconhece esse cabelo como um cabelo natural com todas as possibilidades que ele tem: de fazer o que quiser para cima, para o lado, preso. Ele se torna um cabelo desejado, um cabelo apreciado. Isso já liberta muitos quilômetros. Poder pensar, ter as nossas estilistas negras, ter os nossos jornalistas negros, que vão pautar matérias... Ter os *youtubers* negros, quer dizer, tudo que pressiona a Psicologia a mudar. Ter nós, psicólogos, negros metendo o pé na porta da universidade, dos Conselhos Regionais de Psicologia, enfim, dizendo o que é que precisa, fazendo as oficinas de autoestima, fazendo os grupos de escuta, trazendo elementos para mulheres, homens, crianças pensarem argumentos na escola com a Lei n. 10.639. A Psicologia, a Pedagogia, a História, a Geografia, todo o campo universitário, precisam introduzir o tema das relações raciais, porque é um tema da vida: 52% da população, o negro está em todos os lugares. Porque, do ponto de vista da origem de um grupo, a África produziu em todas as áreas, né? O Egito é um exemplo da alta tecnologia de cálculos, da Geometria, da Matemática. Isso é coisa que... Os prédios só existem hoje porque existiram, eu acho, pirâmides. Então, a Psicologia... Tem uma especificidade que é lidar com o sujeito, com o humano, com os afetos e com a dimensão do imaginário, a dimensão dos conteúdos emocionais psíquicos, então ela está lidando

diretamente com o sujeito, supostamente, na sua integralidade. Por isso que ela precisa mudar, porque ela é um elemento que se não mudar, será promotora de sofrimento psíquico. E ela não pode continuar sendo isso, né? E quando a Psicologia muda, ela ajuda a mudar muitas outras coisas. Os psicólogos hoje estão em todos os lugares, mas, como o racismo produz privilégios, a grande maioria dos psicólogos, que é branca, não quer também abrir mão dos privilégios. Não querem pensar e, às vezes, não querem pensar por pura ignorância, porque, nesse país, a ideologia faz isso. Todas as instituições são estruturadas a partir do patriarcado e do racismo. Portanto, a escola não poderia ser diferente do que é se ela não enfrentar o patriarcado e o racismo. Para incorporar a Lei n. 10.639, tem que mudar crenças e valores. E tem que introduzir isso, mas há uma resistência muito grande porque... O professor José Moura, da Psicologia Social, diz que é preciso que você negue seu grupo para enfrentar o racismo. Porque, para um branco fazer o enfrentamento legítimo do racismo, ele tem que enfrentar o grupo dele. Não é nós. Não é jogar capoeira, não é pôr lenço na cabeça, não é ir para escola de samba, não é fazer nada do que a gente faz. É enfrentar o grupo dele e dizer para o grupo dele que a condição que eles vivem é graças aos privilégios construídos pelo racismo. Então é preciso enfrentar o seu grupo, isso é enfrentar o racismo para o branco, isso que é o difícil. É difícil abrir mão da Oscar Freire, dos Jardins, né? É difícil. Porque abrir mão disso também é reconhecer eventualmente... Se seu pai tem uma indústria, ele tem que fazer uma mudança naquela indústria, porque aquela indústria opera a partir do racismo. Então como ele ou ela [filha] vai fazer isso dentro de casa? Como é que ela vai abrir mão das viagens duas vezes por ano para o estrangeiro, né? Ninguém pensa quem é que está pagando isso...

Pesquisadora: E como são essas oficinas de autoestima que você comentou?

V: Muita gente faz de várias maneiras, mas quando nós trabalhamos com grupo, a gente trabalha no sentido de pensar “Quem eu sou? Como eu fui constituído? Como que é que são as relações familiares? Como é que racismo e sexismo permearam minha vida? Como é que eu senti? Como é que sinto? Que impacto que isso tem em mim?”. Pensar autoestima não é como eu gostar de mim mesmo, autoestima não é só isso. Autoestima é pensar como nós fomos constituídos, é pensar narcisismo. O termo é palatável, mas o conteúdo é *hard*, né? É a gente poder olhar quais são as marcas produzidas pelo racismo e como, que estratégias, cada um tem para poder desconstruir cada um e coletivamente. Para poder desconstruir. É pensar, por exemplo, nas experiências que eu vivi na escola. Porque a escola é um espaço privilegiado de aprendizagem de ser inferior, né? De se pensar... Porque, veja, a escola é o espaço de formação, não é só da formação, mas é o espaço da socialização, é o espaço do encontro com

o outro. Ela é o espaço que vai ter alguém lá que a gente atribui autoridade. E essa pessoa vai ensinar para uma criança o que é conviver em sociedade. Isso é escola. Então é na escola onde, inevitavelmente, nós vamos viver de forma constante e sistemática o racismo: seja no recreio, seja na sala de aula, seja na forma como o professor ministra sua aula, na forma como ele lida com as humilhações raciais que vão acontecendo no cotidiano. Seja na forma como ele incentiva um branco e não incentiva um negro... Seja na forma como ele vai dizer que na escravidão os negros eram preguiçosos e *pá pá pá*, e os brancos eram os patrões. Quer dizer, é ali que ele vai naturalizar a condição de superior e inferior. Então, portanto, a escola, para nós, que é um espaço extremamente importante de formação, vai nos formar como deseja o ideológico. Não é que tem alguém construindo, isso já foi construído há tanto tempo que já não precisa mais ninguém rever. É a escola que vai informando, escola e trabalho que vão informando, qual é o seu lugar, ela escolhe o meu lugar. Eu lembro que as lésbicas do movimento lésbico... Todo mundo, todo mundo tem curiosidade de saber: “como é que são as lésbicas na cama?”. Tem um grupo de mulheres lésbicas que fez uma produção, que assim: “na cama a gente faz como todo mundo faz: come, assiste televisão, trepa, beija, briga, dorme. É, não tem diferença”. Mas a escola vai nos ensinando que o lugar do branco é o lugar de superior e o lugar do negro é o lugar de inferior: na forma como ela vai tratando, na forma como ela vai lidar, na forma como ela vai dando ênfase à história: na forma como falar sobre a Europa branca ou falar sobre a África. Na forma como ela fala na escravização, a forma como ela nomeia o negro africano de escravo, e não de escravizado, como se escravo fosse da natureza. Então, essa escola tem que mudar, se essa escola, por exemplo, tivesse incorporado a Lei n. 10.639, ela muda brancos e negros. Porque ela não vem para mudar o negro, ela vem para mudar um sistema de crenças, de valores, de símbolos, de signos. E essa lei, ela é para o ensino fundamental, o ensino médio e o ensino universitário. Mas como é que vai garantir privilégios se eu incorporo?

Pesquisadora: Então, para você, tem uma importância da gente não só pensar no negro, mas pensar a branquitude?

V: Com certeza. Nós não mudamos só mudando o negro. Nós temos que mudar a sociedade. A sociedade é composta de brancos, negros, indígenas, de amarelos. O branco precisa saber o que é branquitude. Ele é racializado, é preciso que ele seja... Que ele tenha a consciência de que é racializado. E do que significa ser racializado para ele e para nós. É preciso uma conversação, a radicalidade não ajuda. E porque falar para nós é importante, porque é do jeito que a gente vai se construindo e se constituindo de uma forma positiva. Mas nós temos também que falar para o outro, porque nós não existimos só entre nós. Até porque nós nem

detemos o capital e os meios de produção, então nós seremos, na maioria das vezes, trabalhadores, e os patrões serão brancos. Então é essa consciência que a gente tem que mudar. Então a Psicologia, a categoria de psicólogos e de psicanalistas, a sua grande maioria, majoritariamente, ela é branca. Isso é que precisa mudar?

Pesquisadora: Como a gente faz esse diálogo?

V: Estamos fazendo. A gente vem fazendo já há muito tempo, né? A gente vem atuando no Sistema Conselho, todos os estados têm negros dentro, conscientes, trabalhando ou em uma comissão de relações raciais ou levando o tema. O Conselho Federal de Psicologia, eu já fiz parte da Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal por um tempo... E a gente faz isso também do lado de fora: questionando, fazendo os debates, exigindo que o Sistema Conselho se posicione em relação aos temas relativos ao racismo. Quer dizer, isso que os sistemas fazem hoje eles só fazem porque nós estamos dentro deles. Outra coisa é também trabalhar na questão curricular. Outra coisa é ter professores negros universitários, né? Conscientes... Outra coisa é fazer o que você está fazendo, as teses sobre branquitude, sobre negritude, sobre os diferentes aspectos psicológicos... Fazer tudo que a gente está fazendo. Mas, fundamentalmente, é não deixar a porta fechar: é meter o pé na porta... É bater na porta, mas, se alguém não quer abrir, é abrir ela de qualquer jeito, ela tem que abrir, não tem jeito. Nós trabalhamos na modernidade para tornar o racismo visível, ele hoje está aí. Ele está visível, ele está tão visível a ponto de as pessoas brancas racistas, fascistas, não mais deixarem de falar do seu racismo, né? Na internet, todo dia a gente vê um branco dizendo lá da “macaca”, “da não sei o que, não sei o quê”. Até quem não deveria dizer, diz: o diretor da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), que fez uma fala racista outro dia, empresa brasileira de comunicação. Essa é uma empresa pública. Ele fez um ataque a um vídeo da Taís Araújo, que ela fez falando de um episódio racista, falando dos filhos dela. Então a etiqueta... Havia uma etiqueta do politicamente correto, essa etiqueta se quebrou. Então isso é ruim, mas eu acho que isso é bom. Isso é ruim porque mostra um país que continua tão racista quanto era, mas isso é bom porque isso nos dá condições de fazer a crítica e criar novos dispositivos de enfrentamento. E de possibilidades de mudança. Agora, o trabalho que a gente fez, ele está visível na sociedade. As mudanças, mesmo que pequenas, são frutos do trabalho ativista: as ações afirmativas, seja no emprego, seja na universidade, seja na saúde. Tudo isso é luta. De negros e de parceiros. É preciso reconhecer a existência de parceiros brancos. Porque eles estão na direção, se você não tem parceria com eles, vai demorar muito tempo... E porque eles são parte do problema, não só porque eles estão. É porque eles são parte do problema. E

porque eles são parte do problema, eles também são parte da solução. Por isso nós não podemos falar só para nós: temos que criar alianças, alianças importantes, alianças fortes.

Pesquisadora: Que caminhos você vê para nós, psicólogas... E para nós, psicólogas negras?

V: Eu estou muito satisfeita com o que eu estou vendo. O que eu vejo hoje? Eu vejo psicólogas e psicólogos negros racionalmente se constituindo em coletivos, porque nós também percebemos que a clínica individual não dá conta do enfrentamento ao racismo. Ela é muito expositiva, mas o dispositivo coletivo e grupal é potente. Não dá para abrir mão da clínica individual, porque há casos que precisam, mas um dispositivo coletivo é muito potente, promotor de mudanças. Eu percebo muitas... Eu percebo isso, naqueles que eu já fui conversar: Rio de Janeiro, Espírito Santo, Porto Alegre, Bahia, São Paulo, Pernambuco, Brasília... Pelo menos esses eu percebo coletivos trabalhando, se encontrando, fazendo grupos de estudos, oficinas. Há uma... Como um polvo que vai penetrando... Eu percebo isso, eu percebo demandas, eu percebo necessidade de os psicólogos conversarem, de se juntarem e de trabalharem juntos e juntas, né? E percebo porque já não dá para fechar os olhos: há uma demanda grande de sofrimento. E nós estamos respondendo a isso, eu estou dizendo psicólogas e psicólogos negros. Da forma como cada um pode, nós estamos caminhando. Eu acho que nós estamos fazendo, aliás, essa sempre foi a minha compreensão. Nós começamos no movimento negro da década de 1970 para cá, a gente começou a atuar pelo campo do trabalho, pelo campo da educação, porque era ali onde reunia pessoas, pensadores e gente necessitada. Mas de 2000 para cá, 2005 por aí... O tema do racismo e das relações raciais começou a ganhar o campo da subjetividade. Nós estamos crescendo. Quanto mais a gente investir no olhar de si, mais qualidade vai ter nossa ação política. E eu acho que, mesmo que a gente não tenha conversado sobre isso, isso começa a acontecer. Eu acho que a gente está no caminho.

Pesquisadora: Obrigada.

4. Análise

4.1 Entrevista 01

A primeira entrevista revela que não há distinção entre racismo e outros preconceitos: racismo, *bullying* ou discriminações decorridas por quadros patológicos, como HIV, e por pessoas com deficiências são encaradas da mesma forma. O *bullying* é definido como a violência no contexto escolar, violência baseada no preconceito e cometida frequentemente por alunos mais velhos ou fisicamente mais fortes, a um mesmo aluno. No *bullying*, há intimidação e hostilidade direcionada aos alvos, que podem ser expressas direta e fisicamente por agressões físicas, roubos, destruição de pertences da vítima e até mesmo exploração sexual. Também pode ser verbal, por meio de apelidos, insultos e comentários ofensivos. Também pode ocorrer indiretamente através de fofocas, boatos e ameaças (Antunes e Zuin, 2008; Crochík, 2012).

Colocar o racismo no mesmo pé de igualdade que determinadas manifestações de violência é desconsiderar que aquelas situações que geram violência são contingenciais: podem acometer qualquer pessoa. Salienta-se ainda a diferença de que o racismo tem um viés ideológico sustentado pela crença de que os negros são inferiores. E mais: quando os negros são comparados aos deficientes, pode-se entender que também há no negro, alguma deficiência: ele é diferente.

O modo como as questões raciais são expressas no dispositivo clínico investigado está relacionado às questões estéticas e de autoestima (ou a falta dela). Há o reconhecimento, segundo as exposições, de que o racismo pode provocar sofrimento, embora também haja a ideia de que isso não ocorrerá se a pessoa não estiver “centrada em de si mesma” (*sic*). As menções feitas ao sofrimento que aparece por meio de insatisfação com a aparência estão ligadas à visão pejorativa que se faz das características físicas dos negros. Nogueira (1998) apresenta uma concepção a respeito do corpo negro: aquele tido culturalmente como indesejável, inaceitável e, além disso, aponta a inferioridade social. O negro é o dono do corpo contrastante ao corpo desejado: o corpo branco. Ao introjetar essas crenças e recusar a sua imagem, o negro permanece cercado pelo fantasma da inferioridade e marcado socialmente pelo próprio corpo.

Uma pessoa “não será afetada pelo racismo se houver autoestima” (*sic*) o bastante para não ser atingida. Pensamentos como os expostos não seriam formas de responsabilizar os negros pelo seu próprio sofrimento? Como manter a autoestima estando fora do padrão do que é considerado belo? A estética pode ser compreendida como um fator importante em um país

que valoriza tanto a aparência física como o Brasil, que passeia entre o primeiro e o segundo lugar dos campeões mundiais em cirurgias plásticas. No caso das mulheres, esse é um ponto ainda mais grave, pois há uma pressão para mulheres, em geral, corresponderem aos padrões e serem “bonitas”, “gostasas” e tudo o que uma sociedade patriarcal pode exigir.

No caso das mulheres negras, em maior ou menor medida, ser negra, por si só, já causa um impacto direto sobre a vida afetiva e sexual: seus corpos são objetificados, porém, são preteridas como parceiras conjugais (não são vistas como “mulheres para casar”) e correspondem ao maior número de mães que criam filhos sozinhas. Mesmo que as mulheres negras sonhem com o “príncipe encantado”, constantemente se deparam com uma realidade na qual a princesa esperada é branca (Souza, 2008b; Pereira e Rodrigues, 2010). A partir dessas reflexões, é possível questionar quais caminhos podem ser percorridos para a construção de uma autoestima suficiente para impedir os efeitos do racismo.

O que emerge na entrevista mostra que a identificação com artistas também é algo que contribui para a autoestima, assim como ter acesso a conteúdos literários que permitam tal identificação (embora esses materiais sejam pouco comuns e acessíveis). Quanto à literatura infantil e sua relação com as crianças negras, o estudo de Gouvêa (2005) analisou as representações sociais nas produções destinadas às crianças no Brasil e identificou que o conteúdo literário produzido para essa faixa etária em sua maioria não contempla personagens negros e quando o faz, esses personagens são retratados a partir de visões estereotipadas. Além disso, a pesquisadora concluiu que, nas obras analisadas, todas as vezes em que houve tentativas de integração entre personagens negros e brancos, essa integração foi feita a partir do embranquecimento dos personagens negros. Percebeu-se que, direta ou indiretamente, se adota a imagem do branco como superior.

Outro ponto destacado é a dificuldade de reconhecimento das pessoas negras em se entenderem enquanto negras e que isso pode ser um fator que contribui para a baixa autoestima e conseqüentemente para o sofrimento dado pelo preconceito. Observa-se, na entrevista, que existe dificuldade de identificação dos negros devido à associação da raça com a pobreza e às discrepâncias sociais vividas por eles. Percebe-se uma reflexão sobre as implicações do ser negro para além da cor da pele ou traços físicos, mas a partir do ponto de vista social. Aqui é possível pensar na dificuldade da identificação racial como fruto da tentativa de se branquear o país e evitar que houvesse muitas gerações de negros. Diferentemente do que houve nos Estados Unidos, onde as pessoas negras tentavam “amenizar” sua negritude com manipulações estéticas (o que gerava alívio para uns e

indignação para outros), pois, para os norte-americanos, não há meio termo: ou se é negro ou se é branco.

No Brasil, isso ocorreu com a falta de unidade entre os negros em decorrência da miscigenação. Aliás, é pertinente abrir parênteses para citar Oracy Nogueira (2006), que distingue o racismo enfrentado nos Estados Unidos do brasileiro. O primeiro pertence à realidade norte-americana, em virtude da ascendência, e considera o grupo racial de origem do indivíduo. O segundo é o denominado preconceito racial de marca e baseia-se no julgamento dos traços físicos das pessoas, o tipo de racismo vivenciado no Brasil. Então, pensar na identidade racial no Brasil, é associar raça à cor da pele, o que pode aproximar ou afastar do reconhecimento da negritude, dependendo da tonalidade da pele. Para Munganga (2017), quando se divide os negros em negros e pardos, a crença na mestiçagem manipula e dificulta o processo de formação de identidade. Aqueles não politizados e não conscientes das questões raciais podem não se reconhecer enquanto negros e se aproximar do ideal do branqueamento (e suas vantagens): “A figura do mestiço e da mestiça é muito manipulada na ideologia racial branca, ora para escamotear problemas da sociedade, ora para combater as propostas de políticas afirmativas que beneficiam os que se assumem como negros” (p.41).

A compreensão de que tonalidades diferentes da cor negra podem usufruir de privilégios sociais (como poder se passar por branco ou não ser aceito em determinados espaços por ser “negro demais”) é o que academicamente se define por *colorismo*: uma das faces do racismo que dá a ilusão de que o número de negros é pequeno, pois acredita-se que há aqueles que estão no meio dos brancos e negros: os “mulatos”, “moreninhos”, “mestiços” e incontáveis terminologias para evitar que pessoas de pele negra em tonalidades mais claras sejam reconhecidas como negras (afinal, o negro é compreendido quase como um sinônimo de um defeito). Segundo Bicudo (2010), o branqueamento faz com que o mulato seja mais tolerado. A escala de aceitação é: brancos, mulatos e negros. Corroborando nesse mesmo sentido, destacam-se as palavras de Oracy Nogueira (2006, p.297): “Assim, no Brasil, a intensidade do preconceito varia em proporção direta aos traços negróides (...)”. Reconhecer-se enquanto negro é, portanto, assumir que se é visto socialmente como inferior, seja pelos aspectos sociais, como a pobreza, conforme apontado na entrevista, ou até mesmo pela dificuldade de olhar para própria pele e entender seu grupo racial de pertencimento. A jornalista Bianca Santana retrata um pouco do processo de se reconhecer negra, vivenciado por ela em seu livro “Quando me descobri negra”, publicado em 2015:

Tenho 30 anos, mas sou negra há apenas dez. Antes, era morena. Minha cor era praticamente travessura do sol. Era morena para as professoras do colégio católico, para os coleguinhas – que talvez não tomassem tanto sol – e para toda a família que

nunca gostou do assunto. “Mas a avó não é descendente de escravos?”, eu insistia em perguntar. “E de índio e português também”, era o máximo que respondiam. Eu até achava bonito ser tão brasileira. Talvez por isso aceitasse o fim da conversa (p.13).

Talvez seja o tom da pele que, inclusive determina quem pode ou não ser referência, visto que a artista negra que as adolescentes admiram é Beyoncé, que tem a tonalidade de pele clara e é ícone mundial de música, moda e estilo. Entretanto, há muitas artistas negras tão talentosas quanto e que não têm o mesmo prestígio e muito menos são mencionadas como símbolo de admiração.

Ainda sobre identidade racial, a entrevista reflete dúvidas sobre a relevância da identificação racial no cadastro das pessoas que usam os serviços municipais, pergunta que é interpretada como “descabida” (*sic*), já que não há diferenciação dos atendimentos prestados de acordo com a raça. É importante mencionar que a inserção do quesito raça/cor nos serviços de saúde é uma das estratégias do Ministério da Saúde para identificar, prevenir e enfrentar iniquidades provocadas por determinantes raciais. O Plano Nacional de Saúde (2009) estabelece como diretriz:

inclusão do quesito raça/cor entre as informações essenciais dos atendimentos realizados no SUS e na rede suplementar de serviços, e determina a utilização da raça/cor como categoria analítica dos perfis de mortalidade, de carga de doença e de condições ambientais.

A Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, aprovada em 10/11/2006, pelo Conselho Nacional de Saúde, tem como objetivo “promover a equidade em saúde da população negra, priorizando o combate ao racismo e à discriminação nas instituições e serviços do SUS”. Além disso, existe a importância de armazenar esses dados, como frisado na 12ª Conferência Nacional de Saúde:

Divulgar informações e implantar banco de dados epidemiológicos e estatísticos socioeconômicos por etnia, tais como moradia, condições de vida e saúde, com identificação do número de pessoas atingidas pelas patologias, utilizando o índice de desenvolvimento humano (IDH) desagregado por sexo e cor e os índices de exclusão social como parâmetros para monitorar as doenças prevalentes entre as populações negras e indígenas.

Na publicação do Centro de Referência e Treinamento em DST/aids “Perguntar não Ofende: Cor, raça e etnia na saúde”, organizada pela Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo e redigida por Jussara Dias em 2009, defende-se que ter acesso aos indicadores de raça e cor nos sistemas nacionais e locais de saúde possibilita traduzir os efeitos sociais e da desigualdade na população. Com a mesma proposta, há panfletos como o “Como e para que perguntar a cor ou raça/etnia no Sistema Único de Saúde”, um manual explicativo que

justifica a necessidade de obter dados raciais e sugere como fazer a abordagem para coleta desses dados. Há ainda um vídeo informativo destinado aos profissionais da saúde intitulado “Quesito Cor”.

Atualmente, existe um dia pró-saúde da população negra: dia 27 de outubro, Dia da Mobilização Nacional Pró-Saúde da População Negra, no qual é reconhecida a relevância da Política Nacional de Saúde da População Negra aprovada. Na ocasião, em 2007, José Gomes Temporão declarou: “O novo texto é um marco para o atendimento à saúde da população negra. Por meio dele, o governo federal reconhece a existência do racismo institucional e a desigualdade étnico-racial.” Entretanto, a dificuldade dos profissionais em compreender e perguntar sobre a raça/cor das pessoas que utilizam os serviços de saúde não foi encontrada apenas na entrevista deste estudo. Na investigação qualitativa de Araújo *et al.* (2010), foram entrevistados profissionais que trabalhavam em um hospital de ensino da cidade do Rio de Janeiro, identificando-se que mesmo que grande parte deles soubesse da obrigatoriedade de coletar as informações sobre raça/cor, não havia um consenso sobre como fazê-lo e, por isso, cada um usava sua própria estratégia e bom senso para cumprir essa tarefa, o que demonstrou a necessidade de capacitação, já que a maneira como essas informações eram coletadas afetavam em sua qualidade.

Para Santos (2012), uma das medidas mais importantes para o enfrentamento do racismo e das suas consequências para a saúde é os profissionais tomarem conhecimento dos números da desigualdade racial no Brasil, a fim de tornar possível também identificar a vulnerabilidade individual, social e programática. Discutir coletivamente resultados de estudos que tratam da estigmatização permite refletir a relação entre os preconceitos e a história das doenças e pode possibilitar que os profissionais identifiquem, reconheçam e transformem práticas discriminatórias, buscando minimizar seus efeitos nas pessoas. Além disso, é imprescindível que cada profissional reflita individualmente sobre seus preconceitos (Venturini, 2012).

Entre todos os pontos mencionados, essa entrevista mostra que, embora haja a percepção de que é importante pensar na raça e no racismo, essa problemática não está relacionada ao desenvolvimento de atividades e intervenções clínicas. Observa-se que é comum evitar a discussão de temas que podem ser considerados polêmicos, como a religião, apesar de ser nítido, segundo os apontamentos, o preconceito com as religiões de matrizes africanas. Ressalva-se, mais uma vez, que as religiões afro-brasileiras são formas de resistência negra. Hoje, existem mais de 30.000 terreiros em todo o Brasil, que são expressões de diversas religiões de matrizes africanas (Silva, 2003). Essas religiões são alvo de

intolerância religiosa, estigmatizadas e consideradas como favoráveis às manifestações ditas demoníacas (Silva, 2007). De acordo com a Comissão de Combate à Intolerância Religiosa (CCIR), em audiência pública na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), realizada em 2015, entre julho de 2012 e dezembro de 2014 foram registradas 948 queixas de casos de intolerância religiosa e as denúncias correspondentes às religiões de matrizes africanas totalizaram 71% do total. Assim, acredita-se que, enquanto as religiões permanecerem como assuntos “proibidos”, dificilmente haverá possibilidade de que essa realidade seja transformada e que as religiões afro-brasileiras possam vir a ser respeitadas.

No que se trata do processo de formação, essa entrevista revela o julgamento de que a graduação possibilita a aquisição de conhecimentos para lidar com a temática do preconceito.

4.2 Entrevista 02

A segunda entrevista difere da primeira, possivelmente pelo caráter do dispositivo clínico, isto é, ter a configuração de sessões individuais em espaço privado, receber pessoas com algum ou até muito conhecimento sobre a própria raça, muitos por conta da atuação militante, conforme revelam as informações obtidas. A militante negra Gabriela Moura compartilhou, em texto publicado em 2017, sua experiência pessoal com as razões pelas quais ela acredita que a militância pode causar adoecimento. Entre os motivos destacados, está a falta de uma rede de apoio psicológico dentro dos coletivos: “Na prática, contudo, a Psicologia, coitada, é a coisa mais negligenciada”. A necessidade de constante reconhecimentos e as expectativas alheias também são reveladas pela autora. Por fim, finaliza sua reflexão: “Com tantos problemas que enfrentamos todos os dias, não basta mais apenas selecionar as lutas que queremos lutar. Agora existe uma tarefa extra, que é a de se proteger, se preservar, e cuidar para que a saúde não seja ainda mais afetada pelas melhores intenções”. Contudo, essa é mais uma observação que pode ser fundamental para o atendimento de pessoas envolvidas em coletivos ou ativas em alguma forma de militância: o quanto a saúde mental pode ser afetada.

Enfatizando o sofrimento provocado pelo racismo, de acordo com o exposto na entrevista, o qual chega principalmente desvelado no corpo – considerando que a atuação da profissional entrevistada tem o olhar para os aspectos corporais –, esses corpos apontam para o sofrimento que vivenciam: “Como é que chega... Chega por um sentimento... Como eu sou psicoterapeuta corporal, chega com a queixa de um corpo paralisado (...) Então basicamente

fora o cansaço físico, dor nas costas, dor de cabeça, tensão mandibular de ter que usar placa (...).”.

Outro ponto que merece notoriedade são as queixas sobre a falta de parceiros para partilhar do sofrimento oriundo do racismo, processo que muitas vezes é solitário e até conflituoso de lidar em relacionamentos interpessoais, como família e relações afetivas. Em artigo que discute um caso de racismo e o silêncio diante desse tipo de violência, Sampaio (2012) indica que silenciar é o que denota a perversidade do racismo brasileiro, que é vivido, sentido, mas não é posto em discussão. O sentimento de solidão pode ser frequente em consequência da falta de pares que compreendam essas dores, o que, por vezes, resulta no conflito entre manter sentimentos encobertos ou correr o risco de se tornar distante e perder a própria potência no silêncio alheio. Solitariamente, esse processo é vivido, dia após dia, como um dos pacientes entrevistados no estudo de Souza (1983, p.43), que afirma “Eu sinto o problema racial como uma ferida. É uma coisa que penso e sinto o tempo todo. É um negócio que não cicatriza nunca”.

Tudo isso pode ser encarado como resultado da invisibilidade, também realçada no relato da entrevistada, que denuncia o modo como o racismo pode interferir na vida social e psicológica, mediante a recusa da sociedade em olhar para os problemas raciais. É essa mesma sociedade que também segrega nos “redutos brancos”, espaços elitizados que não deixam passar despercebida a presença de negros, como se quisessem dizer que ali não é um lugar para eles. Sobressalta-se, ainda, o racismo atrelado à ascensão social, em destaque não só no discurso das pessoas atendidas, mas também no da profissional participante, em suas vivências pessoais enquanto uma mulher negra.

A ascensão social entre os negros ainda é pouco comum, como aponta um levantamento da Folha de São Paulo, em 2015, baseado em critério de autodeclaração e análise de fotos, o qual apurou que, entre as 20 maiores empresas do país, em apenas uma o presidente se considerou pardo. Entre as demais profissões pesquisadas, os deputados federais apresentaram porcentagem de 4,3%. Na academia, o número representativo de pardos foi de 8,2% e o de negros de 2%. Ainda que inseridos em profissões elitizadas e que tenham acesso aos bens de consumo, à cultura e ao lazer, nem assim há isenção de sofrimento, como constata Carneiro (1995, p.547):

Mesmo os negros que devem o seu sucesso aos seus próprios talentos pessoais são prisioneiros desta perversa dinâmica e veem-se impotentes para transferir o seu prestígio pessoal para o seu grupo racial. Embora desfrutem individualmente de uma situação privilegiada sabem que não representam nada que tenha relevância política social ou econômica porque os negros enquanto coletividade são considerados a

parcela descartável de nossa sociedade e se bem sucedidos individualmente servem apenas para legitimar o mito da democracia racial.

Para os negros que se mantêm em funções de prestadores de atividades pouco ambicionadas pelos brancos, o racismo continua ressoando em peculiaridades, como a entrada ou elevador “de serviço” (destinada aos empregados, que em sua maioria são negros) o “quarto da empregada” (espaço ligado à cozinha e à área de serviço, e distante das áreas sociais da casa, geralmente é estreito e mal iluminado). Para Conte *et al.* (2015), essa não é só uma linguagem, mas uma reiteração do passado, que mantém uma hierarquia interna, na qual a lembrança mais viva do período de escravização ainda é a violência.

De acordo com o diálogo com a entrevistada, é realidade, nos atendimentos clínicos de pessoas negras, a manifestação do sentimento de ser uma farsa, da mesma forma que há dúvidas quanto às capacidades físicas e intelectuais, quando se alcançam determinados espaços e/ou posições. Hoje, esses sentimentos são conhecidos como o fenômeno da “síndrome do impostor”, que acontece quando um indivíduo não consegue desenvolver autoeficácia em razão de seu sucesso ser julgado como obra do acaso, e não originado no próprio empenho. Essa síndrome foi identificada pela primeira vez em mulheres que, mesmo sendo consideradas bem-sucedidas acadêmica e pessoalmente, se viam como impostoras. A recorrência dos sentimentos expostos leva as pessoas afetadas a buscar incisivamente por perfeição em tudo o que fazem, não sem entrar em conflito com a falta de fé na própria competência. Essa síndrome está diretamente associada à autoestima (Clance e Imes, 1978; Cowman e Ferrari, 2002). Em vista disso, não é difícil associar sua incidência e prevalência em vítimas de racismo que, inúmeras vezes, são colocadas em posições incapazes de auxiliar nas descobertas de potencialidades e direitos. Uma prova de que, mesmo negros que alcançaram o *status* social, não são capazes de mudar isso é a fala da escritora negra norte-americana Maya Angelou, citada por Filomeno (2016): “Eu escrevi onze livros, mas cada vez que lançava um, pensava: ‘uh, eles vão descobrir a minha farsa agora’”.

A situação exemplificada na entrevista elucida como os psicólogos lidaram com as dificuldades da profissional entrevistada diante dos desafios que abrangem o problema do racismo; apresenta a falta de respaldo que pode existir dentro das instituições. Como é sabido, embora as instituições possam ser espaços para o bem comum, a violência também faz parte substancial da vida institucional. No caso das instituições terapêuticas, isso é marcado pelas relações assimétricas permanentes. Por parte dos pacientes, é esperada uma ajuda, que pode não ser correspondida, uma vez que os profissionais nem sempre conseguem exprimir necessidades além das próprias, esquecendo seus pacientes, o que se caracteriza como uma

violência. É certo que as pessoas podem encontrar suporte nas instituições, mas, para tanto, é necessário haver trocas que permitam novas construções, como explica Enriquez (1989, p.73):

(...) Em algumas instituições, as sessões de análise e de regulação de equipe permitem analisar e tratar os problemas vividos pelos doentes; espaços são construídos onde o intercâmbio de palavra favorece o estabelecimento de um novo vínculo simbólico que abre para os pacientes uma nova possibilidade de ancoragem no real e, por esse fato, um caminho para a cura (...).

Acredita-se que não será necessário enfatizar que, infelizmente, esse não é o cenário da maioria das instituições, como no exemplo relatado na entrevista e em tantos outros lugares que contam com uma realidade diferente, pois, corroborando com essas ideias, está a parte cabida à Psicologia enquanto Ciência e profissão, na qual a conversa com a psicóloga entrevistada destaca a escassez de discussões que contemplem as perspectivas raciais, tanto nos cursos de graduação quanto nos de pós-graduação. Por outro lado, nota-se um fortalecimento dos profissionais, psicólogas e psicólogos, na Psicologia, união que se dá por meio de encontros, grupos de estudos e organização de eventos. Os Conselhos Regional e Federal de Psicologia têm tido uma contribuição significativa nesse aspecto, pois, nos últimos anos, incentivaram e possibilitaram discussões e debates sobre o tema, realizando eventos e publicações, como a resolução 018/2002, criada pelo Conselho Federal de Psicologia, em 2002, que direciona a atuação profissional diante de queixas relacionadas ao racismo; já em 2007, o Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP/SP) produziu um caderno sobre a temática racial, para nortear os profissionais na atuação dessas questões. A publicação mais recente, até então, foi lançada em 2017: o documento “Relações Raciais: Referências Técnicas Para a Atuação de Psicólogas(os)”; trata-se de um mapeamento do racismo no Brasil, colocando em voga os mecanismos de redução e eliminação dos direitos humanos e o desmonte de políticas públicas. A referência técnica, além de apresentar o atual cenário, também visa a defender que, mesmo com as adversidades, há esforços que podem ser empreendidos para a superação do racismo, entre eles uma Psicologia que considere as especificidades e que busque oferecer atendimentos equitativos e com mais qualidade, por isso, destaca-se a importância de se pautar a raça.

Apesar disso, as explanações encontradas mostram um fato preocupante: a falta de ferramentas para que os profissionais brancos, que atuam na clínica psicológica, sejam capazes de acolher os sofrimentos atribuídos ao racismo, além da atual busca por psicólogos e psicólogas negros, em razão de poderem cumprir uma função que deveria caber a todos os profissionais da área, conforme os pressupostos do Código de Ética.

O diálogo chama a atenção para a falta de reflexões dos brancos sobre o racismo. Como já explícito neste estudo, o racismo é considerado um problema exclusivo de negros. Não ter que pensar sobre raça e racismo é mais um dos privilégios da branquitude. Se os brancos se conscientizassem dos privilégios que usufruem e entrassem em questionamento e debate a respeito deles, poderiam contribuir para a transformação social (Munanga, 2017b).

Essa segunda entrevista evidencia que a profissional participante relaciona-se direta e indiretamente com as referidas questões, primeiro enquanto mulher negra e, segundo, como militante e psicóloga que busca ampliar seus conhecimentos teóricos e práticos, com o suporte de colegas também interessados no tema.

4.3 Entrevista 03

Esta entrevista apresentou pontos em comum com as duas primeiras, mas se mostrou ainda mais similar à segunda porque discorre sobre problemáticas semelhantes, como o silenciamento, as dificuldades advindas da ascensão social, a autoestima e a autoconfiança. De acordo com essa narrativa, as questões raciais são expressas como “questões de toda ordem provocadas pelo racismo: as invisibilidades, sejam no âmbito pessoal, sejam no âmbito profissional”. Serão priorizadas as temáticas que se mostraram inéditas durante a terceira entrevista.

Essa narrativa divulga um problema até então não exposto: os relacionamentos inter-raciais, que podem provocar conflitos entre os próprios desejos, a militância e a própria identidade. Ribeiro e Silva (2009) entendem que esse padrão de casamento é favorável à miscigenação crescente no último século. Os autores indicam evidências de que os homens de tonalidade de pele mais escura têm mais chances de se casar com mulheres de pele clara do que o oposto. Com o intuito de apreender como e em que circunstâncias as famílias formadas por casais de diferentes origens étnico-raciais, sendo um negro e outro branco, preparam e auxiliam seus filhos para enfrentar o racismo, o estudo de Brito (2013) concluiu que essas famílias têm dificuldades para estabelecer estratégias de enfrentamento ao racismo e que essa não é uma preocupação acrescentada à educação dos filhos. Por isso, não é surpresa que os integrantes negros, de famílias com pais de raças diferentes, expressem as dificuldades vivenciadas em suas sessões na clínica.

A entrevista atenta para uma contestação do eurocentrismo posicionar os homens brancos como os detentores de grandes feitos, como a construção das pirâmides no Egito, a única maravilha do mundo localizada no continente africano. Robinson (2000) defende que os egípcios, chamados de africanos nativos, partiram de regiões centrais para o sul do Egito, para a construção das pirâmides. O autor ainda assinala outros fatos pouco conhecidos: Cleópatra ter a pele negra e a existência de três papas negros afrodescendentes, sendo eles São Victor I (189-199), São Miltíades (311-314) e São Gelasius I (492-496). Nesse mesmo sentido, há muitas invenções criadas por negros que possivelmente têm sua autoria desconhecida pela sociedade, como a caneta criada por William Purvis; a máquina de datilografia, por Lee Burridge; as marchas automáticas dos automóveis, por Richard Spikes; o elevador, por Elbert R. Robinson, entre tantas outras coisas (Emeagwali, 2008).

A historiadora Couri (2016) comenta que o povo egípcio sofreu uma história de apagamento e falseamento da sua existência histórico-social. A autora indaga que, como não se pode negar que os egípcios existiram e que construíram uma sociedade rica e tecnológica, o caminho encontrado foi roubar suas descobertas e tornar a imagem deles mais próxima à dos europeus, por isso, quando se pensa em Egito, no senso comum, no Ocidente, é difícil fazer a associação com seu continente-mãe, a África. Há relatos gregos e árabes que retratam o povo do antigo Egito como negro, mas não é do interesse da historiografia moderna que as menções à negritude sejam mantidas, segundo a pesquisadora.

Nesse mesmo raciocínio, a entrevista pontua vários pontos atravessados pela História, que permitem um novo olhar para as questões raciais. O que se sobressai é que essa História não é e nem deve ser possuída só pelos negros, pois pertence a todos. Assim como na entrevista anterior, constata-se que o embranquecimento e o ideal de branquitude impossibilitam que essas apropriações, mais do que necessárias, sejam realizadas. A herança do branco não é discutida, nem na escravidão e tampouco nos seus consequentes privilégios. Não há uma reflexão de como o branco também fez e faz parte de todo esse processo: o negro é o diferente, o problema. Ao se eximir, o branco não se vê como parte dessa problemática. Quando se fala em branquitude, fala-se de um comportamento social que é estruturado no poder, em uma racialidade que não é nomeada, mas que se mantém por meio de privilégios (OIT, 2005).

O corpo negro aparece outra vez como um alvo da violência; o cabelo crespo é visto como inapropriado e objeto de procedimentos para alterar sua textura natural, mesmo que isso signifique arcar com consequências fisicamente dolorosas, como queimaduras no couro cabeludo. A reflexão sobre o corpo e a estética negra necessita passar por uma compreensão

sobre a construção da identidade, que aqui não será estendida, mas na qual se acredita que ambos, corpo e estética, são construções sociais e que fazem parte de um processo não vivido individualmente, mas nas relações sociais. Exemplos disso são as denominações dadas aos cabelos dos brancos e dos negros: o primeiro é “bom” e o segundo “ruim”. Ter um cabelo bom ou ruim não se trata, então, somente de estética, e sim também poder ser visto em posições de superioridade/inferioridade. Há uma categoria incluída no código social em que ser negro representa não só inferioridade social, mas que também abarca suas atribuições físicas que estão aquém das características dos brancos (Souza, 1983; Gomes, 2002, Miranda, 2004).

Nos últimos anos, conforme observado em todas as entrevistas, há um movimento de aceitação dos cabelos crespos. Em seu estudo, Gomes (2002), ao investigar salões de beleza voltados para a estética e a identidade negra em Belo Horizonte, identificou que, mesmo que não tenham diretamente um cunho político, esses espaços promovem transformações, que se estendem além do campo da estética, alastram-se para a identidade e levam também às questões políticas. Nessa mesma perspectiva, em sua tese de doutorado, Miranda (2004) teve a possibilidade de promover o encontro entre uma profissional de beleza e meninas negras, as quais, em um primeiro momento, aproveitaram a presença da profissional para falar da insatisfação com os cabelos crespos, depois pediram dicas de cuidados e, posteriormente, puderam ressignificar o objeto de vergonha para um símbolo de orgulho. Posto isso, entende-se que o cabelo crespo foi e continua sendo cheio de significado para os negros, a maioria deles considerada ruim até então, mas que tem sido feito um movimento para que essa realidade seja transformada, a fim de que não seja mais preciso que mulheres e homens negros tenham suas cabeças e couros feridos para serem considerados bonitos e, mais do que isso, dignos.

Para que a transformação supracitada ocorra, a representatividade, também elucidada na entrevista, tem um papel importante. Por representatividade, entende-se poder se ver em todos os espaços, lugares e profissões, e não só naqueles tidos como subalternos e ainda atribuídos com naturalidade aos negros. Entretanto, no espaço que é um dos primeiros para socialização, a escola, isso não ocorre. A entrevista reflete críticas ao modelo pedagógico e ao modo como os professores se relacionam com os alunos negros. O impacto da raça interfere até na localização dos alunos dentro da sala de aula, como identificou a pesquisa de Jango (2017): os alunos negros têm maior probabilidade de serem alocados ao fundo e distante dos professores. Rosenberg (1987) discorreu sobre a ligação das relações raciais e o desempenho escolar, e chegou à conclusão de que a trajetória na educação, imposta pelo sistema escolar

aos alunos negros, é mais dificultosa e mais curta do que a dos alunos brancos, o que implica na necessidade de persistência do primeiro grupo. A autora critica a carência de propostas teóricas e práticas que englobem as questões raciais como parte da formação. Quase duas décadas depois, Rosenberg *et al.* (2003) averiguaram mudanças no conteúdo dos livros didáticos, que foram proibidos de publicar conteúdos racistas e passaram a aportar a história das culturas indígenas e africanas, resultado de ações conjuntas entre o movimento negro e órgãos oficiais. Não se pode deixar de mencionar que esse estudo foi feito após à implantação da Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que também foi citada durante a entrevista.

Essa lei propõe que as culturas afrobrasileira e afroafricana sejam parte obrigatória do currículo escolar, como consta no Art. 26, em seus parágrafos 1º e 2º:

§1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

São sabidos e irrefutáveis os avanços que essas mudanças na educação representam, todavia, a escola ainda permanece como um espaço onde os negros são vistos como inferiores, afinal, assim o é na sociedade como um todo. Daí a ligação com os territórios diferentes entre brancos e negros, como já visto nesta pesquisa e reforçado nas entrevistas: há lugares diferentes para brancos e negros, simbólicos e materiais, como também mostra o relato da profissional.

Contudo, compreende-se que, para a Psicologia, cabe o papel de não deixar de considerar os contextos em que cada um está inserido, para os atendimentos dentro da clínica psicológica. De acordo com o afirmado por Freud (1929/1930), todo sujeito é sujeito social e não há fenômenos que ocorram individualmente que pertençam somente ao indivíduo e não estejam inseridos na sociedade. Assim, também não deveria haver uma Psicologia que não seja também Psicologia Social. A terceira entrevista contribui nesse aspecto com apontamentos para reflexão, como o da importância dos negros, apropriados da História, entenderem que os ataques sofridos, muitas vezes, não dizem respeito a eles individualmente, mas ao grupo que representam.

Assim, essa entrevista permitiu encontrar a importância da aproximação histórica, individual e social para o enfrentamento ao racismo.

5. Discussão

O material, resultado das entrevistas, possibilita inúmeras discussões, que podem se articular com inúmeros outros temas. Portanto, para esta discussão, alguns temas serão privilegiados: aqueles observados nas três entrevistas e que incitam reflexões pertinentes.

O primeiro aspecto destacado refere-se à *transmissão psíquica*, ou seja, aquilo que é transmitido entre gerações, como as crenças e os valores. Kaës (1993) explica que as transmissões são marcadas pela negatividade: aquilo que os pais tiveram dificuldade de lidar e transmitem aos seus filhos; seria esse o caso do racismo, analisado sob essa óptica. De certa forma, todos os aspectos mencionados também estão relacionados à ideia de transmissão. Pode-se citar, como exemplo evidente disso, a afirmação da participante quanto à questão do cabelo como algo transmitido entre as gerações:

Então você começa a buscar as coisas, começa a investigar, começa a ir atrás e aí você vê que vem de outras gerações, que vem essa questão. “Ai, meu cabelo é ruim”. “É ruim por quê?”. “Ele te fez maldade?”. Né? Então são termos e coisas que as pessoas usam e nem percebem que elas mesmas estão passando para a frente a questão do racismo (J. , entrevista 01)

A atribuição do adjetivo “ruim” ao cabelo crespo é algo naturalizado no vocabulário do senso comum, mas deixa em dúvida se as pessoas poderiam responder quando e por que acreditam nisso. Certamente, elas ouviram isso uma vez e passaram a reproduzir ou, como a ideia que esta discussão propõe: transmitindo a desqualificação do cabelo crespo e das demais características físicas dos negros por gerações. As transmissões são feitas por meio de *alianças inconscientes*, formações psíquicas intersubjetivas que são construídas por sujeitos vinculados entre si, para reforçar e manter certas funções e estruturas que garantem o vínculo. Trata-se de acordos coletivos. Para Fernandes (2005), a miscigenação foi uma ideologia garantida por esses acordos coletivos. Para a autora, a mestiçagem pode ser tida como uma herança transmitida intergeracionalmente e que afeta todos os aspectos da vida dos brasileiros. Cabe explicar que a mestiçagem, aqui retratada, fala de um apagamento da diferença. Pensar a mestiçagem como uma ideologia é compreender esta enquanto aquilo que possibilita manter determinadas estruturas quando estão ameaçadas. A ideologia permite a continuidade e, a partir da racionalização, impede que a diferença se manifeste, o que nem sempre é bem-sucedido, como sublinha Fernandes (2005, p.139): “A mestiçagem cruza fronteiras. Mas a diferença está no coração da formação da cultura, como elemento essencial”.

Tratando de diferenças, há muitas na sociedade brasileira, porém nem todas marcadas pela concepção anteriormente apresentada. Por isso, outro aspecto percebido é o da *ambiguidade*, isto é, a dificuldade da diferenciação do racismo de outros tipos de preconceito:

Pesquisadora: Como as questões raciais se expressam no dispositivo em que você trabalha?

J: Vêm pela queixa, principalmente das crianças, com a questão do *bullying*. E aparece, sobretudo, não só racial, mas pela forma do corpo. Então se a pessoa é gordinha, e por aí vai. Mas costuma aparecer sim, e não só nas crianças, mas em adultos e adolescentes também. Sempre questão da baixa autoestima, sabe? De *bullying*, dessas coisas assim. Aparecem bem (J., entrevista 01).

Diferentemente do *bullying*, que é configurado no ambiente escolar e apegado a determinadas características da vítima, o racismo inferioriza o negro em sua totalidade e não permite a ele existir enquanto sujeito de direitos e potencialidades. É importante considerar que o racismo é uma ideologia na qual se mantém a ideia de uma hierarquia racial e seus privilégios.

Parte-se então para o próximo ponto, que é a questão da *diferença como inferioridade*. Como supracitado, o racismo diferencia-se de outros preconceitos. Ele é sustentado pela crença de que os negros são inferiores, o que está diretamente relacionado ao lugar que lhes é dado socialmente. A discriminação é apenas uma das formas de expressão do racismo. O racismo já é parte da própria estrutura social.

O: Eu sofria, e claro, todos nós sofremos racismo, seja por um gesto ou uma expressão de palavra ou atitude de um racismo institucional (O., entrevista 02).

O lugar de inferioridade é passivo de muita insegurança e sofrimento. Há constantes dúvidas e dificuldades em fazer um alinhavo entre ser negro e ser capaz.

As angústias produzidas pelos estereótipos que o racismo produz de inferioridade, de não saber se dar conta, de se apropriar, de não saber identificar seus atributos, competências, as dificuldades de colocá-los

em prova... Porque, às vezes, há uma dúvida: “Sou capaz mesmo? Não sou capaz, né?” (V., entrevista 03).

Existe o sentimento de ser uma farsa, de estar usurpando uma posição na qual não se deveria estar:

(...) Ela usa essa expressão: “eu sou uma farsa”. Por que uma farsa? Ainda que os efeitos psicossociais do racismo (que é com o que eu lido) ainda estejam tão enraizados nela que, mesmo que ela seja uma profissional que fale outra língua, que esteja trabalhando em uma multinacional, a sensação de incapacidade, de não acreditar na própria inteligência ainda é grande, mesmo com todas essas conquistas (O., entrevista 02).

Como um aspecto do racismo não existe sem estar acompanhado de outros, as dificuldades de compreender quem se é e de aceitar suas próprias características podem causar muito sofrimento. Psicologicamente isso é imensurável, mas fisicamente é possível dimensionar, a partir do preço a ser pago corporeamente, quando se busca alcançar uma beleza distinta daquela que lhe é natural:

V: Algumas pessoas acham que cabelo é só estética, cabelo não é só estética porque cabelo historicamente... Nosso cabelo, historicamente, tem sido um elemento de sofrimento, porque a gente quer ter cabelo liso, mas, felizmente, cada vez menos. Mas o cabelo compõe a nossa apresentação e, durante muito, muito tempo, foi muito difícil para a gente se apresentar com nosso cabelo natural e a gente precisou usar de instrumentos de tortura para o nosso cabelo ficar liso. E é uma tortura porque: orelha queimada, testa queimada, couro cabeludo queimado, e isso é um instrumento de tortura.

Pesquisadora: Você passou por esses processos?

V: Sim, desejei ter cabelo liso, brincava com a toalha na cabeça para balançar. Tive muita testa e orelha queimada, deixei de ir em muitos lugares porque tomei chuva e não podia ir mais para o baile, porque o cabelo tinha voltado ao normal. Sofrimento, isso é motivo de sofrimento (V, entrevista 03).

Para Nogueira (2017), a procura pela inalcançável brancura surge como uma possibilidade de participar do mundo e transcende às falhas do branco, visto da perspectiva do negro oprimido, cujo corpo é motivo de sofrimento e objeto de negação, mais uma vez temos um exemplo ilustrativo:

Então essa questão, assim, de querer pintar o cabelo de loiro e lisinho, sabe? Com chapinha e coisa assim, quer dizer, a pessoa... É como se fosse uma negação da raça (J., entrevista, 01).

Partindo da compreensão de que o sujeito é constituído pelo olhar do outro e considerando que esse outro enxerga o corpo negro como inaceitável, feio, insuficiente, sujo e outros adjetivos pejorativos, Nogueira (1998, p. 91) expõe que: “resta ao negro, para além de seus fantasmas, inerentes ao ser humano, o desejo de recusar esse significante, que apresenta o significado que ele tenta negar, negando-se a si mesmo pela negação do corpo”.

Assim, não é preciso ressaltar que, em todos os aspectos mencionados, o sofrimento é inerente. Nos relacionamentos afetivos das vítimas de racismo não é diferente, pois se identifica a contradição entre o *desejo* e a *culpa* de se relacionar com uma pessoa pertencente à raça diferente:

(...) E também aparece, algumas vezes, os desejos não confessáveis, né?!

Pesquisadora: Como, por exemplo?

V: Desejo pelo homem branco... No que se refere às mulheres, não veem como um desejo, mas veem como uma atração, uma... Um ataque a si, uma culpa, muitas vezes de não dar conta de responder ao racismo que vai vivendo no cotidiano. Que vai vivendo seja por inepção, seja por medo de que venha um ataque ainda maior. Seja por medo de não ter argumento, recursos internos suficientes, para dar conta dessas discriminações percebidas. Seja... Vem também... O medo. Às vezes, de inquirir o outro, de responder o outro. O medo de que isso vá trazer algum prejuízo na sua jornada, trajetória. De maneira geral, é isso que vem. Vem também... As contradições quando você, quando a família é inter-racial. Vem as contradições de afeto: “Se eu gosto de um, não devo gostar do outro? Como eu devo

gostar do outro?”. Isso no caso das mais ativistas, mais politizadas (V., entrevista 03)

Para entender a razão de a culpa estar presente nos relacionamentos afetivos das mulheres negras com os homens brancos, é necessário, ao menos, passar pela questão da solidão da mulher negra, temática já apresentada, mas pouco explorada neste trabalho. Sucintamente, as mulheres negras, como todas as mulheres, podem enfrentar muitos obstáculos para estar em relacionamentos afetivos, somadas a essas dificuldades está o marcador da raça, que potencializa que sejam preteridas. Bell hooks (1993) chama a atenção para o fato de que, na vida dessas mulheres, há pouco ou nenhum amor; esse sofrimento é tão doloroso que permanece privado, oculto em espaços públicos. Se antes, em virtude de tantas violências, as mulheres negras não tinham a possibilidade de pensar no direito de amar e ser amadas, agora essa realidade tem sido debatida. Discutem-se os privilégios dos homens negros, que são vítimas do racismo, mas não são atravessados pelo machismo e, por isso, ainda podem escolher com quem se relacionar e, em sua maioria, escolhem construir suas famílias com mulheres brancas, o que está diretamente relacionado a sair do lugar de inferioridade tantas vezes aqui mencionado, sobretudo depois de ascender socialmente.

Mas, diante da promessa de uma breve explicação, “palmitagem” é um neologismo usado para expressar a relação de pessoas negras com pessoas brancas. Embora tenha sido criado para fazer a crítica aos homens negros que preterem as mulheres negras, dando preferência a mulheres brancas, o termo também tem sido utilizado para provocação de mulheres negras que se relacionam com homens brancos. Contrário às relações inter-raciais, há dentro do movimento negro quem defenda que o amor deve ser afrocentrado e que a relação entre negros também se constitui um ato político (Bairros, 2000; Carneiro, 2002; Moutinho *et al.*, 2016). Tudo isso para explicar as contradições de uma mulher negra politizada em desejar estar com um homem branco.

Os conflitos não se restringem aos relacionamentos afetivos sexuais, há aqueles vivenciados dentro da própria família, que nem sempre acompanha os passos e os pensamentos advindos da militância:

“Como fazer o enfrentamento ao racismo se eu tenho um pai branco, se eu tenho uma mãe branca?”. A ambiguidade de pais de casamentos inter-raciais: a ambiguidade primeiro de poder reconhecer se aquilo é racismo ou não é racismo. E, no reconhecimento, uma dificuldade de

poder lidar, de poder enfrentar. Porque uma coisa é enfrentar o vizinho, outra coisa é enfrentar o pai, enfrentar a mãe e dizer: “você é racista”. O que significa isso? E também as dores de viver o racismo dentro de casa: de não ser reconhecido, de ser motivo de chacota (V., entrevista 03).

A dificuldade em se localizar e se apresentar em sua identidade não aparece só dentro da família, mas também no restante da sociedade, considera-se que há uma *problemática do lugar*, dos lugares que estão sendo transmitidos na condição do racismo: subalternos e de subordinação.

(...) Uma delas, por exemplo, quando o chefe (no caso o presidente da empresa, trabalha numa multinacional), às vezes, se aproxima dela, ela quer sumir. Ela mesma diz: “eu quero sumir, eu não quero que ele me veja ou fique claro que ele vá achar que eu sou uma farsa (...). Então, fazer um trabalho para que ela possa sair desse casulo em que foi envolvida, de que ela não tem capacidade, não é inteligente, não é bonita, está sendo um processo... Está sendo um processo. E não é da noite para o dia, né? Então, basicamente, fora o cansaço físico, dor nas costas, dor de cabeça, tensão mandibular de ter que usar placa, dificuldade de ter que enfrentar determinados lugares, os chamados redutos brancos. Ou seja, alguns restaurantes ou mesmo bairros, algumas lojas. Agora, isso com o processo terapêutico tem diminuído, mas isso também é uma das questões trazidas aqui no consultório (O., entrevista 02).

As dificuldades observadas podem estar associadas ao constatado *sequestro da história do sujeito*, cometido pelo eurocentrismo, que, apossado da história africana dos negros, impediu que esta fosse disseminada fidedignamente:

(...) Não faz a crítica que a Europa, de alguma maneira, como colonizadora, foi a sequestradora de praticamente todos os povos. Sequestrou bens, bens intelectuais, bens materiais. Se se pensar no Egito, por exemplo, que não se reconhece como um Egito negro, isso

é fruto do eurocentrismo. “Como que os negros podem construir pirâmides?”. Quer dizer, é sequestrar uma parte da história, para que você não atribua àquele grupo, que você acha menor, a capacidade cognitiva, intelectual, de pensamento e de construção. Então é preciso retirar dos povos que foram colonizados a sua capacidade criativa e científica. Isso a Europa fez com todos os grupos, com todos no continente africano, está explícito que ela fez. Ela também fez isso com outros grupos raciais, para hoje, por exemplo, tem muita gente que acredita que o berço da humanidade seja a Europa. Então eu preciso restituir. Se a gente pensar que Picasso bebeu em África, mas que não citou a fonte: é isso. Isso é um sequestro. Ele pode ser maravilhoso agora, ele é mais maravilhoso do que os artistas africanos? De reinos antigos, de descobrimentos que até hoje vigoram na humanidade? (V., entrevista 03).

O impedimento de acessar as origens e percorrer trajetórias dignas e respeitadas a partir delas é mais uma das sequelas do processo de branqueamento, como registra Francisco Weffort, *apud* Santana (2015): “o branqueamento apaga as glórias dos negros, a memória dos líderes que poderiam sugerir caminhos diferentes daquele da humilhação cotidiana, especialmente dos pobres”. Ademais, o eurocentrismo e a branquitude não só recusam que os negros pensem a própria história, como também não se enxergam como parte dela:

Pessoas brancas não pensam nas questões raciais. Nunca. Isso não existe. Não existe. Para eles não existe [*risos*]. Quem traz essa temática são as pessoas negras, de diversos tons de pele. A pessoa branca não traz essa questão, não traz (O., entrevista 02).

A falta de debates é o que mantém as estruturas racistas, o silêncio não mobiliza, ele cristaliza:

(...) É um silêncio estratégico, né?! Não é um silêncio comum, mas é um silêncio de quem tem dificuldade para lidar com isso, de alguém que não conhece a história, que vai ter que se ver porque a questão racial diz respeito a todos nós, ele vai ter que se ver consigo mesmo

também. Vai ver o quanto a pessoa também está implicada nisso, então é difícil, mas a gente tem cavado espaços, dando visibilidade. As redes sociais têm um papel extremamente importante nesse sentido, de dar visibilidade a essa temática. E o racismo está saindo da toca, né? Esse racismo cordial, cada vez mais a gente vê, principalmente as celebridades que dão mais notoriedade para isso. Quando aparece a questão racial. Nós, reles mortais, vamos viver o sofrimento no dia a dia, mas cada um vai buscando uma forma de mudança disso. Seja na militância, seja no ativismo, sendo formador de opinião, sendo uma professora, como também estudando para fazer mudança desse pensamento nas pessoas, né? Aprender a ver as pessoas dessa forma é cômodo, porque tem privilégios, ninguém quer sair desse lugar: tem medo. As pessoas têm muito medo, acham que vão perder os privilégios, e as pessoas ainda pensam sobre isso, mas isso também é um outro recurso (O., entrevista 02).

As relações afetivas, familiares e sociais e os lugares simbólicos são pautados pelo racismo, não sendo diferente com os lugares geográficos, os *territórios negros*, pouco privilegiados socialmente, com restrições de acesso a serviços como saúde, educação e segurança e discriminados pela pobreza, mesmo quando localizados em regiões nobres, os únicos olhares percebidos são os de incômodo:

(...) vários elementos vão compondo a sua condição de sujeito, né? O país que você mora, a região, se ele foi um país colonizado ou colonizador... Uma coisa é nascer no Brasil, outra é nascer na Suécia, portanto, isso já dá uma condição de quem eu sou, uma coisa no Brasil, São Paulo, vai que está mais perto de nós: uma coisa é ser filho do Morumbi, da parte rica do Morumbi, e outra coisa é você nascer no Capão Redondo, né? Então, o território é um elemento importante, que entra na configuração da nossa história. Porque, se eu nasci no Capão, já desde muito cedo vou me deparar com violências, com precariedades, precariedades de todos os níveis. No serviço público, na escola, na saúde, na assistência. Se eu estou no Morumbi, eu vou ter grandes escolas, vou ter um serviço público de qualidade. Então,

assim, pensar o racismo também pensar é em como é que ele se materializa no território. Porque se eu estou na Brasilândia ou se eu estou no Capão Redondo e eu estou no CAPS, eu preciso saber que ali é um território negro e, se ele é um território negro, é um território que está assediado pela violência policial o tempo todo. E se, portanto, eu sou negra e se eu estou no território, eu também sou alvo, assim como os moradores do território (V., entrevista 03).

Adentra-se, agora, em discussões específicas à clínica psicológica, que prioritariamente, nesta investigação, aborda os atendimentos da psicologia clínica, sendo estes públicos ou privados. Contudo, é relevante salientar que essas reflexões não se limitam a esse formato de atendimento. De fato, a clínica não corresponde apenas a uma única forma de atuação, em um espaço delimitado no enquadre, mas que faz referência ao posicionamento dos psicólogos perante às relações com os outros e com o mundo, e é sustentado pela escuta, que pode ser exercida para além das salas e consultórios de análise e psicoterapia (Garcia, 1997; Levy, 2001).

Dito isso, admite-se a existência de *estruturantes psíquicos*, responsáveis pelo delineamento do sofrimento de ser negro. Não se pode deixar de sê-lo, por mais que sejam feitas infundáveis tentativas:

Mas é importante que eu pense isso dentro de marcadores estruturais. Eu não posso pensar, por exemplo, que ser gordo é a mesma coisa do que ser negro. Porque ser negro é um elemento estruturador da condição do sujeito. Ser gordo não é um elemento estruturador, é um elemento que vem com o tempo e que pode ir embora com o tempo, né? Aquilo não é: eu não posso deixar de ser negra, jamais. Eu continuarei sendo mesmo que eu não queira. E eu serei tratada, mesmo que eu não goste (V., entrevista 03).

Se não se pode abandonar a negritude, tampouco é possível fazê-lo com suas representações sociais e estereótipos:

Eu acho... Eu acho que assim, junto com a raça, está muito ligada, está muito relacionada à questão da pobreza, a questão da escravidão,

sabe? De injustiça após injustiça, não sei o que, não sei o que... Toda essa discrepância, né? Que a gente tem socioeconômica mesmo. Então eu vejo que as pessoas não se veem negras, porque “ai, vão dizer que eu sou pobre”, alguma coisa mais ou menos nesse estilo, eu acho. Acho que está muito associado (J., entrevista 01).

Identificou-se que, na dimensão da clínica, há um *espaço para elaboração*, que pode auxiliar a iniciar e permanecer na luta do reconhecimento de si próprio. Essas elaborações devem considerar o âmbito pessoal e ser inseridas no contexto histórico, como ilustrou uma das profissionais entrevistadas:

(...) Portanto, é necessário que a gente possa, obviamente, com as ferramentas da Psicologia e da Psicanálise, introduzir o sujeito na história do seu grupo, para que ele possa construir uma história de si articulada. Ele precisa saber que o que está acontecendo com ele é um ataque ao seu grupo, não é um ataque a ele. Até porque o sujeito nem conhece ele... “Vai me atacar por quê? É a primeira vez que me viu, está atacando ao meu grupo através de mim”. Isso resolve? Isso elimina a humilhação? Não, não elimina. Não elimina a humilhação, porque o sujeito está ali sendo alvo de uma violência, mas se ele está integrado na história, pode responder de uma forma diferenciada, e não necessariamente carregar culpa (V., entrevista 03).

Olhar para como os negros são vistos desde sempre, enquanto grupo, é importante, para fazer essas elaborações, pois, como disse Schwarcz em debate com Conte *et al.* (2015, p.113): para olhar para o passado, é possível se dar conta do quanto ele faz parte do presente. Nessa perspectiva, fica mais fácil de compreender as seguintes palavras de Gonçalves Filho (1998, p.148):

O racismo é, eminentemente, um fenômeno histórico, e os fenômenos históricos são eminentemente sociais. É uma luta de grupo contra grupo. A humilhação de um negro é praticada de modo nunca destinado a apenas a ele. O ataque a “um negro” é sempre um ataque “aos negros”. O ataque racista deve valer a muitos, a todos os negros. É um ataque exemplar, contra um grupo, e que representa os interesses do grupo atacante.

Assente-se o valor de *respeitar o sujeito enquanto um sujeito*, acima da análise sobre a raça. Por isso, o olhar para a questão da raça e do racismo é fundamental, mas o olhar para o

sujeito em si é imprescindível, a fim de não negligenciar quaisquer questões que sejam inerentes a uma pessoa. Isso é visível nas seguintes palavras:

(...) Porque o sujeito que vem para análise é uma pessoa. Como diz James (?): “foi o branco que me nomeou de negro, se não fosse isso eu seria apenas uma pessoa”. Eu acho que poder olhar: “é verdade, o racismo me atravessa desde antes de eu nascer e não termina depois que eu morrer. Mas eu também carrego outras questões próprias de ser humano!”. Então é preciso que a gente possa reconhecer isso, distinguir porque senão o sujeito entra na minha sala e eu fico esperando as experiências de racismo, e deixo de reconhecer as experiências que aquele humano que está na minha frente vive: que podem ser iguais a de qualquer humano, de qualquer raça e etnia (V., entrevista 03).

Esse movimento, como profissional, muitas vezes requer o olhar para si mesmo enquanto indivíduo:

(...) Sei lá, acho que, para você ser um psicólogo, tem que rever todos os seus valores. Porque senão é aquela história: “eu não gosto de gays”. Então como você vai tratar uma pessoa que vem com toda uma questão sexual, de identidade e tal. Você não gosta. “Então eu tenho que pôr uma plaquinha no meu consultório: não atendo no meu consultório gays, lésbicas e transexuais”. Fica difícil, aí a gente revê tudo isso na faculdade. Logo no começo, pelo menos na faculdade que eu fiz, a gente teve esses questionamentos e tal. Para a gente tentar rever os nossos valores e ver se realmente a gente tem alguma coisa assim, algum preconceito com relação a alguma coisa e rever isso, né? O ruim é a gente negar que tem (...) (J., entrevista 01).

Nota-se que, para não prosseguir sendo encarado como um problema só dos negros, é necessário *fazer parcerias*; aqueles que podem não experimentar as mesmas dores, mas tem a capacidade de sensibilizar-se a elas:

(...) Nós não mudamos só mudando o negro. Nós temos que mudar a sociedade. A sociedade é composta de brancos, negros, indígenas, de amarelos... O branco precisa saber o que é branquitude. Ele é racializado, é preciso que ele seja... que ele tenha a consciência de que é racializado. E do que significa ser racializado para ele e para nós. É preciso uma conversação, a radicalidade não ajuda. E porque falar para nós é importante, porque é do jeito que a gente vai se construindo e se constituindo de uma forma positiva. Mas nós temos também que falar para o outro, porque nós não existimos só entre nós.

Tudo isso é luta. De negros e de parceiros. É preciso reconhecer a existência de parceiros brancos. Porque eles estão na direção, se você não tem parceria com eles você vai demorar muito tempo... E porque eles são parte do problema, não só porque eles estão. É porque eles são parte do problema. E porque eles são parte do problema, eles também são parte da solução. Por isso, nós não podemos falar só para nós: temos que criar alianças, alianças importantes, alianças fortes (V., entrevista 03).

A maneira como essas parcerias podem ser construídas é pela tentativa de tornar compreensível o quão dolorido o racismo é, aproximando-se das dores vivenciadas pelas pessoas que não são negras, não para mensurar, mas para se fazer compreender. Pois, imensurável que é, quem já sentiu dor, sabe o que é doer:

(...) Mas o fato de eu ser branco não significa que eu não saiba o que é humilhação, porque, em algum momento na vida qualquer pessoa, branco, negro, amarelo, indígena, seja lá o que for, viveu uma humilhação na vida e, muitas vezes, tão violenta quanto é a violência do racismo. Então todos nós sabemos o que é viver uma humilhação. (...) (V., entrevista 03).

A humilhação adotada nessa interpretação é a humilhação social, de Gonçalves Filho (1998), na qual o humilhado é impedido de sua humanidade. É amparada na angústia da desigualdade. Então, quem já esteve no lugar de desigual, pode ter sido humilhado e saber

como é. Mas, assim como em uma consulta médica, depois de apresentada a dor, ela pode ser especificada, mostrando como é diferenciada de outras dores:

(...) A diferença da humilhação para brancos e negros é que negros vivem humilhação cotidianamente. O negro é forjado na humilhação, porque o racismo está aí, todo dia e toda hora. Muitas vezes, eu posso nem me dar conta (V., entrevista 03).

Por fim, reconhece-se a necessidade de *apropriação histórica*, para que os fenômenos raciais possam ser compreendidos e superados não só na clínica psicológica, mas na sociedade em sua totalidade, tanto por negros quanto por brancos. Essa herança é de todos, como apontam as ricas contribuições dadas pelas psicólogas entrevistadas:

(...) Todos nós estamos implicados. Porque a literatura fica fracionada, ela traz uma gama de questões. Se não trata outra questão... Nos cursos, nos livros de Psicologia, trata como se todo mundo fosse igual, né? Somos iguais, mas a dinâmica psíquica, por conta do envolvimento social, é diferente. Freud já dizia: “nós somos atravessados pela nossa cultura”. Se, na cultura, é tratado de uma questão de todo mundo ter privilégios, todo mundo tem igualdade, isso também... O branco e o negro sofrem com isso. As empresas não sabem lidar com a diversidade, elas têm prejuízos com isso, perdem oportunidades. O país perde oportunidades, o país perde talentos e por aí vai... Todos nós perdemos (O., entrevista 02).

A história é deles também... É se apropriar da história, isso é para brancos e negros. Porque se nós temos a herança da escravização, os brancos têm a herança do senhor escravo. É a história deles, quando o branco se apropriar da história efetivamente, ele pode fazer uma crítica à Psicologia e compreender que é preciso que ele faça uma Psicologia diferenciada. Porque ele também tem uma herança e a dele não é uma boa herança (V., entrevista 03).

Conclusão

Viu-se, neste estudo, que o racismo é sinônimo de sofrimento e que não há aspectos da vida dos negros que não contenham o seu atravessamento direto ou indireto, mesmo com a dificuldade de o racismo ser reconhecido socialmente enquanto uma violência, diferentemente de outras formas de violência existentes.

O racismo vai delimitar como os negros podem se sentir, desejar, morar, circular e se relacionar com outras pessoas e espaços simbólicos ou não. Ele caminha ao lado do verbo viver, como uma companhia que pode até fechar um dos olhos, mas que nunca dorme. O racismo permanece como uma herança passada de geração em geração, por meio de alianças e pactos inconscientes.

No que concerne à Psicologia, ainda que avanços significativos tenham sido reconhecidos para essa temática, faz-se mais do que necessário haver a contínua reflexão de uma Psicologia e de uma psicanálise que se diga brasileira. Isso requer uma aproximação da temporalidade e dos traços históricos contextualizados no país, com o intuito de compreender seus atravessamentos no psiquismo. Conforme Borges (2017), citando Kon, explica, o trauma do Brasil com relação às dores de sua colonização e escravatura é uma conta que se mantém aberta.

Retomando o objetivo motivador desta dissertação, que é investigar como raça e racismo afetam a prática dos psicólogos, é possível perceber que essa relação carece da dimensão histórica e que é apenas a partir e através dessa apropriação que a Psicologia poderá contribuir, com toda sua potência de agente de transformação, para a questão do racismo.

Mostra-se essencial que a Psicologia, enquanto ciência e profissão, compreenda os fenômenos psíquicos a partir das questões apresentadas nas individualidades dos sujeitos, mas que também contemple as questões das realidades sociais.

A partir da compreensão do sujeito enquanto sujeito de vínculos e de grupos, os grupos podem ser objetos de investigação dos processos intersubjetivos que nele ocorrem e possibilitar o entendimento dos processos psicossociais (Fernandes e Scarcelli, 2017). Dessa forma, é importante, no contexto da clínica, olhar não somente através da patologização de problemas tidos como individuais, como pertencentes somente a cada sujeito isoladamente, mas que, na verdade, solicitam o olhar para o social, exigindo também atenção para o âmbito político (Fernandes, 1999).

É preciso que os psicólogos se aproximem das questões sociais e políticas, pois é inegável que sua contribuição pode ser tanto social quanto política.

ANEXOS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a), como voluntário(a), a participar da pesquisa “**A relação entre Psicologia e Racismo: as heranças da clínica psicológica**”. O objetivo deste estudo é entender melhor como os psicólogos compreendem e atuam no atendimento às pessoas negras, bem como identificar suas queixas relacionadas às questões étnico-raciais. Assim, visa-se a contribuir para os estudos étnico-raciais na área da Psicologia. Informamos que:

- Não há benefício direto com sua participação, pois se trata de uma pesquisa sem fins lucrativos, que contempla a área da Psicologia Social e do Trabalho e será utilizada para obtenção do título de mestre da pesquisadora Maiara de Souza Benedito.
- Os riscos oferecidos neste estudo podem ser considerados de nível moderado, visto que os aspectos abordados nas entrevistas podem suscitar desconfortos tanto do âmbito pessoal (como vivências atravessadas pelas questões étnico-raciais) quanto do profissional (como a percepção de dificuldades na formação e na atuação diante das questões mencionadas).
- O(a) entrevistado(a) está suficientemente esclarecido(a) dos possíveis riscos e desconfortos psicológicos que este estudo pode causar e poderá, a qualquer momento, solicitar outros esclarecimentos a esse respeito. Além disso, caso a entrevista ou a pesquisa produza algum desconforto, será oferecido encaminhamento para atendimento psicológico.
- Será realizada uma entrevista com você e sua duração dependerá da conversa desenvolvida entre você e a pesquisadora.
- As entrevistas serão gravadas em arquivo digital (formato 3gpp ou similar). Os registros ficarão em posse da principal pesquisadora por tempo indeterminado. As transcrições das entrevistas, assim como os arquivos em áudio, poderão ser disponibilizadas ao(à) entrevistado(a) mediante sua solicitação.
- Em qualquer etapa do estudo, o(a) entrevistado(a) terá acesso à profissional responsável pela pesquisa, para esclarecimento de eventuais dúvidas. A principal pesquisadora é Maiara de Souza Benedito, mestrande em Psicologia Social e do Trabalho da Universidade de São Paulo, localizada no endereço: Avenida Professor Mello de Moraes, 1721 - Butantã, São Paulo - SP, CEP 05508-030. As pesquisadoras Maria Inês Assumpção Fernandes e Maiara de Souza

Benedito podem ser contatadas através do telefone (11) 3091-4184 e do e-mail maiarabenedito@usp.br.

- Não haverá nenhum prejuízo caso você não queira conceder a entrevista.
- Você é livre para se recusar a participar, retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade.
- Não há despesas pessoais para o(a) entrevistado(a) nem compensação financeira relacionada a sua participação.
- A pesquisadora tratará a sua identidade segundo padrões profissionais de sigilo. Você não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo. Uma via deste consentimento será arquivada e outra será fornecida a você.
- A presente pesquisa foi analisada e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (CEPH-IPUSP), situado à Av. Prof. Mello Moraes, 1.721 - Bloco G, 2º andar, sala 27 - CEP 05508-030 - Cidade Universitária - São Paulo/SP, que pode ser contatado através do e-mail ceph.ip@usp.br e do telefone (11) 3091-4182.

DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO

Eu, _____, fui informado(a) dos objetivos da pesquisa acima de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas sobre os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, seus desconfortos e riscos e as garantias de esclarecimentos permanentes. Sei que, em qualquer momento, poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão sem penalidades. A pesquisadora *Maiara de Souza Benedito* certificou-me de que todos os dados desta pesquisa serão confidenciais. Ficou claro, também, que minha participação é isenta de despesas. Expresso minha concordância em participar voluntariamente deste estudo, através da assinatura do presente termo, em duas vias, uma em meu poder e outra em poder da responsável pela pesquisa.

Nome: _____

Assinatura: _____

São Paulo, _____, de _____ de 2017.

Referências

- Andreouli, E., Greenland, K., & Howarth, C. (2016). 'I don't think racism is that bad any more': Exploring the 'end of racism' discourse among students in English schools. *European Journal of Social Psychology*, 46, 171-184.
- Antunes, D. C., & Zuin, A. A. S. (2008). Do bullying ao preconceito: os desafios da barbárie à educação. *Psicologia & Sociedade*, v.20, n.1, 16-32.
- Augoustinos, M., & Every, D. (2007). The language of "race" and prejudice. *Journal of Language and Social Psychology*, 26, 123-141.
- Araújo, C. L. F., Cruz, L. M. F., Lopes, M. C., & Fernandes, E. C. S. (2010). O quesito cor/raça em formulários de saúde: a visão dos profissionais. *Rev. enferm.*, v.18, n.2, 241-246. Rio de Janeiro: UERJ.
- Barros, S., Batista, L. E. , Delossi, M. E., & Escuder, M. M. L. (2014). Censo psicossocial dos moradores em hospitais psiquiátricos do estado de São Paulo: um olhar sob a perspectiva racial. *Saúde Soc. São Paulo.*, v.23, n.4, p. 1235-1247.
- Bento, M. A. S. (1998). Cidadania em preto e branco: discutindo relações raciais. São Paulo: Ática.
- Bento, M. A. S. (2014). Branqueamento e Branquitude no Brasil. In: Bento, M. A. S., & Carone, I. (Org.). *Psicologia social do racismo*. São Paulo: Vozes, 6ª ed.
- Bento, M. A. S., & Carone, I. (Org.) (2014). *Psicologia social do racismo*. São Paulo: Vozes, 6ª ed.
- Bento, M. A. S. (2014). Branqueamento e Branquitude no Brasil. IN: Bento, M. A. S., & Carone, I. (Org.) (2014). *Psicologia social do racismo*. São Paulo: Vozes, 6ª ed.
- Bicudo, V. (2010). *Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo*. Edição organizada por Maio, Marcos C. São Paulo, Sociologia e Política.
- Borges, R. (2017). Prefácio. In: Kon, Silva e Abud (Org). *O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise*. São Paulo: Perspectiva.

- Brasil. (2003). *Lei 10.639*. Brasília: Conselho Nacional de Educação.
- Brasil. (2005). *Articulação para o Combate ao Racismo Institucional. Identificação e abordagem do racismo institucional*. Brasília.
- Brasil. (2009). *Perguntar não ofende: qual é a sua cor ou raça/etnia? Responder ajuda a prevenir*. Série: Prevenção à DST/aids. Centro de Referência e Treinamento DST/aids.
- Brasil. (2009). *Como e Para que Perguntar a Cor ou Raça/Etnia no Sistema Único de Saúde*. Série: Prevenção à DST/aids. Centro de Referência e Treinamento DST/aids.
- Brito, A. E. C. (2013). Lares negros olhares negros: identidade e socialização em famílias negras e inter-raciais. *Serv. Soc. Rev.*, v.15, n.2. Londrina.
- Brodish, A. P., Brazy P. C., & Devine, P. G. (2008). More eyes on the prize: Variability in white Americans' perceptions of progress toward racial equality. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 34, 513-527.
- Cardoso, L. (2008). *O branco "invisível": um estudo sobre a emergência da branquitude nas pesquisas sobre as relações raciais no Brasil (período: 1957-2007)*. (Dissertação de mestrado, Faculdade de Economia e Centro de Estudos Sociais de Coimbra).
- Carneiro, S. (1995). Gênero, Raça e Ascensão Social. *Estudos Feministas*, (2).
- Carneiro, S. (2002). *Gênero e raça*. In: Bruschini, C., & Unberhaum, S. G. Gênero, democracia e sociedade brasileira. São Paulo: Fundação Carlos Chagas.
- Clance, P. R., & Imes, S. A. (1978). The impostor phenomenon in high-achieving women: Dynamics and therapeutic interventions. *Psychotherapy: Theory, Research and Practice*, 15, 244-247.
- Chor, D. (2013). Desigualdades em saúde no Brasil: é preciso ter raça. *Cad. Saúde Pública*, v. 29, n. 7. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, p. 1272-1275.
- Ciconello, A. (2008). O desafio de eliminar o racismo no Brasil: a nova institucionalidade no combate à desigualdade racial. In: *Oxfarm International. From Poverty to Power: How*

Active Citizens and Effective States Can Change the World. Disponível em: <http://homologa1.portaldoservidor.ba.gov.br/sites/default/files/Racismo%20-%20texto%20do%20Peck.pdf>. Acesso em 8/abr/17.

Conselho Federal de Psicologia. (2002). *A psicologia no enfrentamento ao racismo: o que eu tenho a ver com isso? Resolução CFP 018/2002*. Brasília: Conselho Federal de Psicologia.

Conselho Federal de Psicologia. (2017). *Relações Raciais: Referências Técnicas para a atuação de psicólogas(os)*. Brasília: Conselho Federal de Psicologia.

Conselho Regional de Psicologia SP. (2007). *Psicologia e Preconceito Racial*. Cadernos Temáticos CRP SP. São Paulo: Conselho Regional de Psicologia de São Paulo.

Conte, B. S., Schwarcz, L. M., Silva, M. L., & Kon, N. M. (2015). Racismo, este estranho familiar. *Percursos*, v. XXVIII, n.54. Sessão Debates.

Costa-Lopes, R., & Vala, J. (2010). Youth attitudes toward difference and diversity: a cross-national analysis. *Análise Social*, vol. 45 (195), p. 255-275.

Costa-Lopes, R., et al. (2008). A construção social das diferenças nas relações entre grupos sociais. In: Cabral, M. V., et al. (Ed.). *Itinerários: a investigação nos 25 anos do ICS*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, p. 769-790.

Costa, J. F. (1983). Da Cor ao Corpo: A Violência do Racismo. In: Souza, N. S. *Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Edições Graal.

Costa, E. S. (2012). *Racismo, política pública e modos de subjetivação em um quilombo do Vale do Ribeira* (Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo).

Couri, A. O embranquecimento histórico do Egito Antigo. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/o-embranquecimento-historico-do-egito-antigo/>. Acessado em 10 de janeiro de 2018.

Crochík, J. L. (2012). Fatores psicológicos e sociais associados ao *Bullying*. *Rev. psicol. polít*, v.12, n.24.

Cowman, S. E., & Ferrari, J. R. (2002). Am I for real? Predicting impostor tendencies from self-handicapping and affective components. *Social Behavior and Personality: an international journal*, v.30, n.2, 119-125.

Dahia, S. L. M. (2013). Racismo como verbalismo? Delineamentos para compreensão da aquisição do racismo entre cegos congênitos. *Psicologia & Sociedade*, v.25, n.1, 103-112.

Conte, B. S., Schwarcz, L. M., Silva, M. L., Kon, N. M. (2015). Racismo, este estranho familiar. *Percursos*, v. XXVIII, n.54. Sessão Debates.

Costa, E. S., & Scarcelli, I. R. (2016). Psicologia, política pública para a população quilombola e racismo. *Psicologia USP*, v.27, n.2, 357-366.

Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948. Disponível em: <http://www.dudh.org.br/declaracao/>. Acesso em 1/ago/16.

Dryer, R. (1988). *White*. Londres/Nova York: Routledge.

Durrhein, K., Greener, R., & Whitehead, K. A. (2015). Race trouble: Attending to race and racism in online interaction. *The British Psychological Society*, n. 54, 84-99.

Elliot, J. (1968). The Eye of the Storm. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=In55v3NWHv4>. Acesso em dez/17.

Emeagwali, P. Como seria o mundo sem a raça negra? Disponível em <https://www.recantodasletras.com.br/artigos/1250374>. Acessado em 09 de janeiro de 2018.

Enriquez, E. (1989). *O trabalho de morte nas instituições*. In: Kaës, R. A instituição e as Instituições. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Fanon, F. (1980). Racismo e cultura. In: Fanon, F. *Em defesa da Revolução Africana*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora.

Fernandes, M. I. A. (1994). A subjetividade à luz de uma teoria de grupos. *Psicologia USP*, v.5, 285-296.

Fernandes, M. I. A. (1996). A População Diante da Implantação de Programas Políticos: Efeitos da Violência. In: Camino, L., & Menandro, R. *A Sociedade na Perspectiva da Psicologia: Questões Teóricas e Metapsicológicas*, v.1, n.13.

Fernandes, M. I. A. (1999). Saúde mental: a clausura de um conceito. *Revista USP*, n.43, 90-99.

Fernandes, M. I. A. (2005). *Negatividade e vínculo: a mestiçagem como ideologia*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Fernandes, M. I. A. (2003). *O Trabalho Psíquico da Intersubjetividade*. *Psicol. USP*, v.14, n.3, p.47-55. ISSN 0103-6564.

Fernandes, M. I. A., & Scarcelli, I. R. (2017). A queda do hífen: história, política e clínica. In: da Silva Junior, N., & Zangari, W. (Org). *A psicologia social e a questão do hífen: Programa de Psicologia Social do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo*. São Paulo: Edgar Blucher.

Filomeno, L. Síndrome do impostor: como detectar e superar sua auto-sabotagem. Disponível em: <https://manualdohomemmoderno.com.br/comportamento/sindrome-do-impostor-como-detectar-e-superar-sua-auto-sabotagem>. Acessado em 09 de janeiro de 2018.

Folha de São Paulo. (1995). *Racismo Cordial*. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/6/25/caderno_especial/1.html. Acesso em 15/mar/17.

Folha de São Paulo. (2015). Negros ocupam só 18% dos cargos de elite, aponta levantamento. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/06/1638879-negros-ocupam-so-18-dos-cargos-de-elite-aponta-levantamento.shtml>. Acessado em 09 de janeiro de 2018.

Freud, S. (1929-1930). (1996). *O Mal-Estar na Civilização*. Rio de Janeiro: Imago.

Garcia, C. (1997). *Clínica do Social*. Belo Horizonte: UFMG.

Geledés. (2013). *Guia de enfrentamento ao racismo institucional*. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/12/Guia-de-enfrentamento-ao-racismo-institucional.pdf>. Acesso em 20/mar/17.

Geledés. (2015). Quase 1 mil casos de intolerância religiosa foram registrados no Rio de Janeiro em dois anos. Disponível em: https://www.geledes.org.br/quase-1-mil-casos-de-intolerancia-religiosa-foram-registrados-no-rio-de-janeiro-em-dois-anos/?gclid=EAIaIQobChMI4Kesy_HI2AIVDgWRCh2sJgSeEAAYASAAEgLy7fD_BwE. Acesso em 08/ jan/18.

Goes, E. F., & Nascimento, E. R. (2013). Mulheres negras e brancas e os níveis de acesso preventivo de saúde: uma análise sobre as desigualdades. *Saúde em Debate*, v. 37, n. 99. Rio de Janeiro, p. 571-579.

Gomes, N. L. (2002). *Corpo e cabelo como ícones de construção da beleza e da identidade negra nos salões étnicos de Belo Horizonte*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP.

Gonçalves Filho, J. M. (1998). Social Humiliation— a Political problem into psychology. *Psicologia USP*, v.9, n.2.

Gonçalves Filho, J. M. (2017). A dominação racista: o passado presente. In: Kon, Silva e Abud (Org). *O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise*. São Paulo: Perspectiva.

Gouvêa, M. C. S. (2005). Imagens do negro na literatura infantil brasileira: análise historiográfica. *Educação e Pesquisa*, v.3, n.1.

Guimarães, A. S. A. (1999). Raça e os estudos de relações raciais no Brasil. *Novos Estudos*, nº54.

Guimarães, A. S. A. (2003). Como trabalhar com “raça” em sociologia. *Educação e Pesquisa*, v.29, n.1, 93-107.

Guimarães, A. S. A. (1999). *Racismo e anti-racismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora 34.

Hasenlbag, C. A. (1979). *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Graal.

Hooks, bell. (1993). *Living to Love*. Disponível em: <https://sociologyandfamily.files.wordpress.com/2010/02/livingtolove026.pdf>. Acesso em 10 de janeiro de 2018.

Howarth, C. (2006). A social representation is not a quiet thing: Exploring the critical potential of social representations theory. *British Journal of Social Psychology*, 45, 65-86.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *A janela para olhar o país: PNAD-Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Síntese de Indicadores 2014*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000024052411102015241013178959.pdf>. Acesso em 10/jun/16.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Pesquisa. *Histórico da investigação sobre cor ou raça nas pesquisas domiciliares do IBGE*. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/caracteristicas_raciais/notas_tecnicas.pdf. Acesso em: 2 set. 2015.

Instituto AMMA Psique e Negritude. (2008). *Os efeitos psicossociais do racismo*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (2007). Igualdade Racial. In: *Políticas sociais: acompanhamento e análise*. Disponível em http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/politicas_sociais/BPS_13_completo13.pdf. Acesso em 11/abr/17.

Iraci, N., & Madsen, N. (2014). Racismo Institucional: Como Definir, Identificar e Enfrentar. In: Silva, C. *Mais direitos e mais poderes para as mulheres*. SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia. Disponível em http://www.mulheres.ba.gov.br/arquivos/File/Publicacoes/Livro_MaisDireitoseMaisPoder_completo.pdf. Acesso em 02/abr/17.

Jango, C. F. (2017). *Aqui tem racismo: um estudo das representações sociais e das identidades das crianças negras na escola*. São Paulo: Editora Livraria da Física.

Kaës, R. (1993). *Transmission de la vie psychique entre les générations (em Le sujet de*

l'heritage). Paris: Dunod.

Kaës, R. (1997). *O grupo e o sujeito do grupo: elementos para uma teoria psicanalítica do grupo*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Kalckmann, S., Santos, C. G., Batista, L. E., *et al.* (2007). Racismo institucional: um desafio para equidade no SUS? *Saúde Soc*, v.16, n.2, 146-155.

Levy, A. (2001). *Ciências clínicas e organizações sociais – sentido e crise do sentido*. Belo Horizonte: Autêntica.

Lins, S. L. B., Lima-Nunes, A., & Camino, L. (2014). O papel dos valores sociais e variáveis psicossociais no preconceito racial brasileiro. *Psicologia & Sociedade*, v.26, n.1, 95-105.

Lopes, F. (2003) *Mulheres negras e não-negras vivendo com HIV/AIDS no estado de São Paulo: um estudo sobre suas vulnerabilidades*. (Tese de doutorado, Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo).

Lopes, F. (2003b). Raça, saúde e vulnerabilidade. *Boletim do Instituto de Saúde*, n.31, p.7-11.

Lopes, F. (2005). Experiências desiguais ao nascer, viver, adoecer e morrer: tópicos em saúde da população negra. In: Batista, L., & Kalckmann, S. (Org.). *Seminário saúde da população negra estado de São Paulo, 2004*. São Paulo: Instituto de Saúde.

López, L. C. (2012). O conceito de racismo institucional: aplicações no campo da saúde. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, v. 16, n. 40. São Paulo: Unesp, p. 121-134.

Martins, J. S. (1997). *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo, Paulus, 3ª ed.

Martins, E., Santos, A. O., & Colosso, M. (2013). Relações étnico-raciais e psicologia: publicações em periódicos da SciELO e Lilacs. *Revista Psicologia: Teoria e Prática*, v.15, n.3. São Paulo, p. 118-133.

Miranda, M. A. (2004). *A Beleza Negra na Subjetividade das Meninas “Um Caminho para Mariazinhas”*: Considerações psicanalíticas (Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo).

Molina, K. M., & James, D. (2016). Discrimination, internalized racism, and depression: A comparative study of African American and Afro-Caribbean adults in the US. *Group Processes & Intergroup Relations*, v.19, n.4, 439-461.

Moura, G. (2017). Cinco razões pelas quais a militância te adocece. Disponível em: https://medium.com/@metaforica_gabi/cinco-raz%C3%B5es-pelas-quais-a-milit%C3%A2ncia-te-adocece-4a1f55e95266. Acessado em 09 de janeiro de 2018.

Moutinho, L., Alves, V., Mateuzi, M. (2016). Quanto mais você nega, mais eu me reafirmo: visibilidade e afetos na cena periférica paulistana. *Tomo*, n.28.

Munanga, K. (2004). Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: Brandão, A. A. P. (Org.). Programa de Educação Sobre o Negro na Sociedade Brasileira. *Cadernos Penesb*, n. 5. Rio de Janeiro: Editora da UFF, p. 15-34.

Munanga, K. (2004b). Psicologia e Racismo: Uma Autocrítica Necessária. In: Silva, M. V. O. (Org.). *Psicologia e direitos humanos: subjetividade e exclusão*. São Paulo: Conselho Federal de Psicologia, Casa do Psicólogo, p. 89-94.

Munanga, K. (2017). As ambiguidades do racismo à brasileira. In: In: Kon, Silva e Abud (Org.). *O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise*. São Paulo: Perspectiva.

Munanga, K. (2017b). *Prefácio*. In: Müller, T. M. P., & Cardoso, L. *Branquitude: Estudos sobre a identidade branca no Brasil*. Curitiba: Editora Appris.

Nairn, R., Pega, F., McCreanor, T., & Rankine, J. A. (2006). Media, Racism and Public Health Psychology. *Journal of Health Psychology*, v.11, n.2, 183-196.

Nogueira, I. B. (1998). *Significações do corpo negro* (Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo).

Nogueira, I. B. (2017). Cor e Inconsciente. In: Kon, Silva e Abud (Org.). *O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise*. São Paulo: Perspectiva.

Nogueira, O. (2006). Preconceito racial e preconceito racial de origem: Sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, v.19, n.1.

Nunes, S. S. (2014). Racismo Contra Negros: sutileza e persistência. *Psicologia Política*, v.14, n.29, 101-121.

Organização Internacional do Trabalho. (2005). *Manual de Capacitação sobre gênero, raça, pobreza e emprego: guia para o leitor*. OIT: Brasília.

Oliveira, M. L. P., Meneghel, S. N., & Bernardes, J. S. (2009). Modos de subjetivação de mulheres negras: efeitos da discriminação racial. *Psicologia & Sociedade*, v.21, n.2, 266-274.

Paixão, M., Rossetto, I., Montovanele, F., & Carvano, L. M. (2010). *Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil; 2009 e 2010: Constituição Cidadã, seguridade social e seus efeitos sobre as assimetrias de cor ou raça*. Laboratório de Análises Econômicas, Históricas, Sociais e Estatísticas das Relações Raciais (LAESER). Instituto de Economia, Universidade do Rio de Janeiro.

Pereira, E. M., Rodrigues, V. (2010). Amor não tem cor?! Gênero e raça/cor na seletividade afetiva de homens e mulheres negros(as) na Bahia e no Rio Grande do Sul. *Revista da ABPN*, v.1, n.1, n.2.

Piza, E. (2014). Porta de vidro: uma entrada para branquitude. In: Bento, M. A., & Carone, I. (Org.). *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis: Vozes, p. 59-90.

Poteat, P. V., & Spanierman, L. B. (2012). Modern Racism Attitudes Among White Students: The Role of Dominance and Authoritarianism and the Mediating Effects of Racial Color-Blindness. *The Journal of Social Psychology*, v.152, n.6, 758-774.

Reis, J. J. (1983). Resistência Escrava na Bahia. “Poderemos Brincar, Folgar e Cantar...”: O Protesto Escravo na América. *Afro-Ásia*, 14.

Reis, J. J. (1996). Identidade e Diversidades Étnicas nas Irmandades Negras no Tempo da Escravidão. *Tempo*, Rio de Janeiro, v.2, n.3, 7-33.

Reis, J. J. (2003). *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*. São Paulo: Companhia das Letras.

Ribeiro, A. C.; Silva, N. V. (2009). Cor, Educação e Casamento: Tendências da Seletividade Marital no Brasil, 1960 a 2000. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, v.52, n.1. Rio de Janeiro.

Robinson, R. (2002). *The Debt. What America Owes to Blacks*. New York: Dutton.

Rosemberg, F. (1987). Relações Raciais e Rendimento Escolar. *Cad. Pesq.*, (63).

Rosemberg, F., Bazilli, C., Silva, P. V. B. (2003). Racismo em livros didáticos brasileiros e seu combate: uma revisão de literatura. *Educação e Pesquisa*, v.29, n.1, 125-146. São Paulo.

Sacramento, A. M., & Nascimento, E. R. (2011). Racismo e saúde: representações sociais de mulheres e profissionais sobre o quesito cor/raça. *Rev Esc Enferm USP*, v. 45, n. 5, 1142-1149.

Sampaio, A. S. (2012). Ecos do silêncio: reflexões sobre uma vivência de racismo. In: Brasil. *Saúde da População Negra*. Brasília: ABPN, 2^a ed.

Santana, B. (2015). *Quando me descobri negra*. Sesi-SP Editora: São Paulo.

Santos, A. O. (2011). Panorama dos programas de ação afirmativa para inserção da população negra no ensino público superior brasileiro (2002-2007): estudos e grupos de pesquisa. *Revista da ABPN*, v.2, n.5, 99-114.

Santos, A. O., Schucman, L. V., & Martins, H. V. (2012). Breve histórico do pensamento psicológico brasileiro sobre relações étnico-raciais. *Psicologia: Ciência e Profissão*, n.32 (esp.), 166-175.

Santos, A. O. (2012). Superar o racismo e promover a saúde da população negra: desafios para o trabalho de prevenção ao HIV/AIDS no Brasil. In: Paiva, V., Ayres, J. R., Buchalla, C. M. (Org.). *Vulnerabilidade e direitos humanos. Prevenção e promoção da saúde. Da doença à Cidadania*, v. 1, 1^a ed. Curitiba: Juruá Editora, 145-163.

Santos, B. S. (1999). A construção multicultural da igualdade e da diferença. *Oficina do CES, Centro de Estudos Sociais*.

Santos, E. F., Diogo, M. F., & Shucman, L. V. (2014). Entre o não lugar e o protagonismo: articulações teóricas entre trabalho, gênero e raça. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, v.17, n.1, 17-32.

Santos, A. O., Ortega, A. K. (2015). Relações étnico-raciais, preconceito e discriminação no cotidiano de trabalho de psicólogos(as) que atuam em serviços de imigração. In: XII Congresso Luso-Afro-Brasileiro (CONLAB), Lisboa, 2015. *Livro de Atas do 1º Congresso da Associação Internacional das Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa*, v.1. Lisboa: Leading Congressos, 9971-9983.

Santos, A. O. (2012). Superar o racismo e promover a saúde da população negra: desafios para o trabalho de prevenção ao HIV/AIDS no Brasil. In: Paiva, V., Ayres, J. R., & Buchalla, C. M. (Org.). *Vulnerabilidade e direitos humanos. Prevenção e promoção da saúde. Da doença à Cidadania*, v.1, 1.ed. Curitiba: Juruá Editora, 145-163.

Schucman, L. V. (2012). *Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana*. Tese de doutorado. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo.

Schucman, L. V. (2014). Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da branquitude paulistana. *Psicologia & Sociedade*, v.26, n.1, 83-94.

Schucman, L. V., Nunes, S. S., & Costa, E. S. (2015). A Psicologia da Universidade de São Paulo e as relações raciais: perspectivas emergentes. *Psicologia USP*, pub 17 de abril de 2015. <https://dx.doi.org/10.1590/0103-6564A20132413>.

Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial- Seppir. (2011). Racismo como determinante social de saúde. Disponível em <http://www.seppir.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/pub-aco-es-afirmativas/racismo-como-determinante-social-de-saude-1>. Acesso em 7/abr/17.

Silva Jr, H. (1994). Direitos Civis e relações raciais no Brasil. Rio de Janeiro: Luam.

Silva, J. M. (Org.). (2003). *Religiões afro-brasileiras e saúde*. São Luís: Centro de Cultura Negra do Maranhão.

Silva, M. L. (2005). Racismo e os efeitos na saúde mental. . In: Batista, L., & Kalckmann, S. (Org.). *Seminário saúde da população negra estado de São Paulo, 2004*. São Paulo: Instituto de Saúde.

Silva, V. G. (2007). Neopentecostalismo e religiões afro-brasileiras: Significados do ataque aos símbolos da herança africana religiosa no Brasil contemporâneo. *Mana*, (13), 1. Rio de Janeiro.

Silva, J., *et al.* (2009). A promoção da igualdade racial em 2006 e o Programa de Combate ao Racismo Institucional. In: Jaccoud, L. (Org.). *A construção de uma política de promoção de igualdade racial: uma análise dos últimos vinte anos*. Brasília: Ipea.

Silva, M. L. (2017). Racismo no Brasil: Questões para Psicanalistas Brasileiros. In: Kon, Silva e Abud (Org.). *O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise*. São Paulo: Perspectiva.

Silvério, V. R. (2002). Ação afirmativa e o combate ao racismo institucional no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, n.117, p.219-246.

Souza, N. S. (1983). *Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Edições Graal.

Souza, N. S. (2008). Contra o racismo com muito orgulho e amor. *Correio do Brasil*, ano XII, n.4444.

Souza, C. A. S. (2008b). *A solidão da mulher negra – sua subjetividade e seu preterimento pelo homem negro na cidade de São Paulo*. Dissertação de Mestrado. Pontíficia Universidade Católica de São Paulo.

Tavares, N. O., Olivera, L. V., & Lages, S. R. C. (2013). A percepção do psicólogo sobre o racismo institucional na saúde pública. *Saúde em Debate*, v.37, n.99. Rio de Janeiro, p. 580-587.

Trail, T. E., Goff, P. A., Bradbury, T. N., & Karney, B. R. (2012). The Costs of Racism for Marriage: How Racial Discrimination Hurts, and Ethnic Identity Protects, Newlywed Marriages Among Latinos. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 38(4) 454–465.

Unesco. (1978). *Declaração sobre raça e os preconceitos raciais*. Disponível em <http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/discrimina/dec78.htm>. Acesso em 7/abr/17

Vergne, C. M., Vilhena, J. , Zamora, M. H., & Rosa, C. M. (2015). A palavra é... genocídio: a continuidade de práticas racistas no Brasil . *Psicologia & Sociedade*, v.27, n.3, 516-528.

Venturini, G. (2012). Misoginia, homofobia, racismo e “gerontofobia”: contribuições de análises da opinião pública para a prevenção. IN: Paiva, V., Ayres, J. R., Buchalla, C. M. (Org.). *Vulnerabilidade e Direitos Humanos: prevenção e promoção da saúde. Livro I: da doença à cidadania*. Curitiba: Juruá, 2012.

Zamora, M. H. R. (2012). Desigualdade racial, racismo e seus efeitos. *Fractal, Rev. Psicol.*, v. 24 – n. 3, p. 563-578.

Werneck, J. (2013). *Racismo Institucional*. In: ONU Mulheres. Racismo institucional: uma abordagem conceitual. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/FINAL-WEB-Racismo-Institucional-uma-abordagem-conceitual.pdf>. Acesso em 7/abr/17.

Wieviorka, M. (2006). *Em que mundo viveremos?* São Paulo: Perspectiva.